

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JAQUELINE MIRANDA DOS REIS SANTOS

“Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho,
ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS”

JUIZ DE FORA
2019

JAQUELINE MIRANDA DOS REIS SANTOS

“Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho, ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Serviço Social. Linha de Pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras.

JUIZ DE FORA
2019

Santos, Jaqueline Miranda dos Reis.

Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho, ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS. / Jaqueline Miranda dos Reis Santos. -- 2019.

120f.

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras Eiras

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2019.

1.Trabalho.2.EstadoNeoliberal.3.PolíticadeAssistência Social.4.SUAS.5.OSC's.I.Eiras,AlexandraAparecidaLeite Toffanetto Seabra Eiras, orient. II.Título.

JAQUELINE MIRANDA DOS REIS SANTOS

“Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho, ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Às Assistentes Sociais que junto a classe trabalhadora permanecem no compromisso de realizar o melhor atendimento possível em um cenário de violência estrutural que diz respeito a implicações críticas ao nosso trabalho profissional, aos nossos meios de sobrevivência e aos meios de sobrevivência dos nossos usuários.

À Isabel Antonieta, meu tesouro precioso.

AGRADECIMENTOS

Que lugar importante para um trabalho como este. Agradeço a todas as forças materiais e imateriais que me conduziram até aqui. Agradeço a Deus, a Nossa Senhora, aos anjos e santos que me subsidiam forças na jornada turbulenta que é o viver.

Agradeço à minha filha, tão pequena e já tão sábia. Te amo tanto “que enche o Monte Everest e entorna”.

Agradeço à minha mãe que desde sempre se fez referência, lugar seguro e fortaleza para os meus projetos e necessidades. Mulher tetravalente, de bondade e honestidade infinita que eu amo muito.

Agradeço ao meu pai. Homem trabalhador e perseverante, sempre dedicou amor e responsabilidade para comigo e meus irmãos.

Agradeço aos meus irmãos, Jader e Josué, pelo companheirismo e genuína fraternidade estabelecida no decorrer de nossas histórias de vida.

Agradeço à Paloma, prima querida e companheira em todos os momentos.

Agradeço à Laís, à Danúbia, ao Glauber, ao Haendel [in memoriam]. Tenho muita gratidão por vocês existirem na minha história, décadas de amizade. Agradeço cada momento que tivemos e ainda mais pelos que ainda teremos.

Agradeço à Renata, pessoa que cuida com amor e compromisso da minha materialização de preciosidade nos momentos que os meus olhos não podem alcançar.

Agradeço aos trabalhadores e usuários do CRAS Luisburgo-MG, pelo aprendizado e trocas que me enriquecem sobremaneira. Agradeço também pelos trabalhos formais e não formais que me atravessaram durante toda minha trajetória. A vida é como ela é, como tem que ser e da melhor forma possível, caminemos!

Agradeço à faculdade de Serviço Social, ao programa de pós-graduação em Serviço Social que me possibilitou e me possibilita aprendizado e construção de uma consistência tão necessária ao trabalho profissional.

Agradeço à Nívea, técnica da secretaria do mestrado, por me socorrer nos momentos mais decisivos e de maior urgência.

Agradeço às professoras Isaura e Isabel por aceitarem o convite de composição da

banca de defesa, mesmo extremamente atarefadas se disponibilizaram ao processo. Muito obrigada, de todo o meu coração.

Agradeço à CAPES que financiou parte do processo desta pesquisa. Entrei no mestrado desempregada e sem a bolsa esta dissertação não se realizaria. Agradeço por ter passado em um concurso público que possibilitou minha inserção em um espaço sociocupacionou provocante e inquietante, onde tive dimensões que me impulsionaram, e ainda me impulsionam, a realizar as reflexões expressas nesta dissertação.

Agradeço ao professor Ronaldo e ao professor Daniel, pela disponibilidade de ajuda nos estudos individuais. Agradeço a todos os professores que passaram pela minha jornada acadêmica, principalmente a aqueles que transbordaram da Universidade para as relações intrapessoais.

Agradeço em especial à minha orientadora, Alexandra, pela sensibilidade, empatia e companheirismo.

Obrigada, obrigada, obrigada!

RESUMO

A dissertação que apresentamos, intitulada “Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho, ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS”, se trata de uma pesquisa exploratória e tem por objetivo tecer considerações acerca da Política de Assistência Social na cena contemporânea, considerando sua constituição sobre as determinações da íntima relação entre Capital e Trabalho, por isso, necessitando do Estado enquanto esfera legitimadora dessa relação contraditória e orgânica. Avaliamos que põe-se a necessidade de análise do comportamento do Estado brasileiro em sua forma neoliberal, bem como as questões postas à classe trabalhadora frente as demandas do processo de acumulação, em um panorama que apresenta graves implicações para o SUAS - que vem se construindo desde o início dos anos 2000, pelos espaços participativos propiciados pela Constituição Democrática de 1988 e que agora está sofrendo ataques frontais em uma conjuntura antidemocrática em que os gastos sociais estão congelados e há um chamamento dos governos (federal, estadual e municipal) para que o uso das OSC's seja ampliado e engendrado ainda mais visceralmente à política de Assistência Social, que é onde o SUAS se localiza.

Palavras Chave: Trabalho, Estado Neoliberal, Política de Assistência Social, SUAS, OSC's.

ABSTRACT

This present dissertation proposes an exploratory research and has the intent to make considerations about the Social Assistance Politics scenery, considering its constitution on the settlement of the intrinsic relationship between Capital and Labor, therefore, needing the State as a legitimizing sphere of this contradictory and organic relationship. We evaluate the need to analyze the behavior of the Brazilian state in its neoliberal form, as well as the questions are set to the laboring class in face of the demands of the accumulation process, in this scenery that has serious implications for SUAS- which is being built since the early 2000s, by the Democratic Constitution of 1988 and which is now suffering frontal attacks in an undemocratic conjuncture that has frozen social spending and there is a call from governments (federal, state and town) to use OSC's to extend and engendered even more viscerally to the Social Assistance policy, which is where SUAS is located.

Keywords: Work, Labor, Neoliberal Status, Social Assistance Policy, SUAS, OSC's

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro de reportagens da Revista época, entre 2008 e 201070

Linha do tempo - Conferências Nacionais de Assistência.....87

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico: “crescimento das OSC’s por década no Brasil”.....	69
Tabela 1. Quantitativo de equipamentos no SUAS.....	89
Tabela 2: Equipamentos governamentais versus não governamentais/ OSC’s	90
Gráfico – Equipamentos governamentais versus não governamentais no SUAS- 2017/2018	90
Tabela 3: Entidades crivadas com a finalidade de Assistência Social	91
Gráfico participação (%) do gasto com BPC (Cenário Base) em relação ao total do MDSA projetado pelo (Cenário Base) e pelo Cenário do Novo Regime Fiscal instituído pela PEC 241/16, em uma projeção de 2017 a 2036.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 . TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.....	24
1.1 O Ser Social e o Trabalho.....	24
1.2 O Trabalho, mercadoria na sociedade capitalista.....	27
1.3 Trabalho, Sociedade Civil, Salário e Política Social.....	33
1.4 Política Social e Questão Social no Brasil.....	41
2. CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	47
2.1. Reestruturação produtiva e Estado neoliberal: a Política Social possível	51
2.2. Reestruturação Produtiva (1990) e Neoliberalismo no Brasil	57
2.3. Considerações importantes acerca das OSC's: minimização da sociedade civil a um ramo do setor de serviços	63
2.4 O arranjo jurídico operacional do Estado Brasileiro no trato às OSC's e a dimensão do trabalho nestas instituições	65
3: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ATUALIDADE: AMPLIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O SUAS	75
3.1 A política de Assistência Social no Brasil pós-Constituição de 1988	77
3.2 O acirramento do engendramento das OSC's com o elemento do MROSC sob o pano de fundo do ajuste fiscal. Implicações para a PNAS e para o SUAS.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

A dissertação que apresentamos, intitulada “Política de Assistência Social na atualidade: exploração desumana do trabalho, ampliação das organizações da sociedade civil e implicações para o SUAS”, se trata de uma pesquisa exploratória e tem por objetivo tecer considerações acerca da Política de Assistência Social na cena contemporânea, considerando sua constituição sobre as determinações da íntima relação entre Capital e Trabalho, por isso, necessitando do Estado enquanto esfera legitimadora dessa relação contraditória e orgânica. Avaliamos que põe-se a necessidade de análise do comportamento do Estado brasileiro em sua forma neoliberal, bem como as questões postas à classe trabalhadora frente as demandas do processo de acumulação, em um panorama que apresenta graves implicações para o SUAS- que vem se construindo desde o início dos anos 2000, pelos espaços participativos propiciados pela Constituição Democrática de 1988 e que agora está sofrendo ataques frontais em uma conjuntura antidemocrática em que os gastos sociais estão congelados e há um chamamento dos governos (federal, estadual e municipal) para que o uso das OSC’s seja ampliado e engendrado ainda mais visceralmente à política de Assistência Social, que é onde o SUAS se localiza.

O tema é proveniente da inquietação constante quanto aos acontecimentos da minha inserção como trabalhadora. Meu primeiro emprego formal, aos 17 anos, consistia em limpar o chão e vender coisas inúteis à sobrevivência. Lembro disso com risos, porque os clientes passavam rápido e pareciam não saber como gastar o que tinham, mas sentiam necessidade de comprar, como se na parada de ônibus, onde eu trabalhava, fosse obrigatório que se consumisse. Aos 19 anos me mudei para Juiz de Fora, havia passado no vestibular de Serviço Social, se antes trabalhar era importante e necessário, em Juiz de Fora era imprescindível. Para conseguir chegar ao trabalho ou ir a faculdade eu passava por pelo menos quatro prestações de serviços. O lugar onde eu trabalhava, um callcenter, prestava serviços de atendimento. Era uma sociedade de serviços e sem dinheiro para acessá-los não havia liberdade de ir e vir; o “ir” tinha um custo e o “vir” também.

Mesmo assalariada, passava por grandes dificuldades em conciliar o ganhar um salário (imperativo para sobrevivência) e estudar em uma Universidade Federal. Até para acessar uma política social universal, é necessário, antes, custear os serviços. Entrei em 2008, saí em 2016, fui a última da minha turma a subir as escadas do Cine Teatro Central para pegar o diploma. Tinha muito medo de ainda faltar alguma disciplina que impedisse a materialização daquele momento, mesmo já tendo pegado o diploma representativo das mãos

do reitor na solenidade de colação. Oito longos anos, com um dificultador no caminho; uma gestação em 2012. O pai da minha filha, um imigrante angolano que estudava jornalismo no Rio de Janeiro. Os vínculos não sobrevivem a distância, é necessário que se tenha condições de ordem material para fortalecê-los e mantê-los. De 2008 a 2011 era trabalhadora e estudante, de 2012 em diante me tornei trabalhadora, estudante e família de uma criança.

Dentro do processo de formação profissional em Serviço Social, a obrigatoriedade de horas de estágio. Com isso fui estagiar, sem remuneração, em uma OSC de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, concomitante ao trabalho em Call Center. Dessa experiência enlouquecedora abstraí que, se no Call Center havia exploração desmedida pelo controle absoluto de todas as minhas funções corporais, na OSC havia uma exploração sem medida fomentada pelo discurso da gestão¹ sobre sermos a última saída daquelas crianças e adolescentes que usavam dos nossos serviços. Não avalio má fé do gestor, tampouco nos funcionários da OSC; se olhássemos bem, quais saídas àquelas crianças e adolescentes teriam dentro da política? A OSC era a política.

Em 2015, já não conseguia mais conciliar todas as atividades de trabalho. O trabalho no setor de serviços gera e potencializa adoecimento, consome não somente o tempo pelo qual eles te pagam, mas também o seu tempo não pago. A dinâmica de exploração se apropria do como você poderá gastar o seu tempo fora da empresa para que não afete o seu desempenho dentro do tempo pago por eles. Prioridade absoluta para a produtividade! Se batíamos a meta, na semana seguinte a meta aumentava. Era algo inalcançável, era o pote de ouro no fim do arco íris. Nós, os trabalhadores, brincávamos. Como estratégia de sobrevivência, às vezes dizemos coisas sérias em tom de brincadeira. Se suaviza? Não muito, mas é bastante usual nas relações sociais que se observa no cotidiano.

Conversei naquele ano com meu gerente, coloquei a necessidade de ser desligada da empresa para conseguir me formar na universidade e pelo processo de adoecimento que estava em curso. O gerente me disse da impossibilidade do desligamento naquele momento, haja vista a alta demanda do cliente contratante e a quantidade de demandas que a minha PA (posto de atendimento) absorvia. Mesmo já em processo de adoecimento eu era produtiva; não ser produtiva no ramo de serviços não diz respeito a você ou a sua relação com o trabalho. Diz respeito a como os colegas de trabalho te enxergam, diz respeito ao quão companheiro você é ou não da sua equipe. As metas são individuais e coletivas e dentro da lógica de produção do setor de serviços, o coletivo é preponderante. Éramos números que somados deveriam atingir

¹ O gestor era um Assistente Social e morava na instituição de acolhimento que operava no modelo casa lar. Realizava trabalho 24h por dia ininterruptamente, sete dias por semana.

determinado patamar de conformidade. Volta e meia, um colega perguntava para o outro sobre os indicadores, e se os indicadores daquele um eram menores do que os da sua meta individual, aquele outro no fim do turno dava um tapinha nas costas daquele um e anunciava que o tinha salvo naquele turno. Depois dessa conversa com meu gerente, percebi que muitos funcionários eram desligados e eu não. A empresa entende que desligamentos geram encargos trabalhistas que para a empresa se significa em perda de lucros. Estava aberto para a empresa que eu não conseguiria permanecer no trabalho por muito tempo, na conversa que tivemos fui bastante sincera quanto às minhas questões, acredito que eles esperavam que eu pedisse demissão. Entretanto, precisava ser demitida por iniciativa da empresa, não podia pedir demissão e perder o acordo de rescisão e os 40% de multa do FGTS. Era aquela demissão que me propiciaria meios materiais de dar continuidade à graduação, andamento no estágio e sustento para miha família de duas pessoas nesse processo.

Na formação em Serviço Social e na minha pequena (não consigo entender como ainda tinha tempo) inserção junto ao DA (Diretório Acadêmico) da faculdade de Serviço Social, apreendi que a única possibilidade de negociação junto ao patronato se dá pela luta de classes. E essa luta pressupõe sujeitos coletivos em conflitos de interesse. Pois bem, cheguei em casa à noite, peguei minha filha na casa da vizinha idosa que me prestava o serviço de cuidados com Isabel Antonieta. Brinquei um pouco, jantamos e logo ela adormeceu. Entre estágio, trabalho e faculdade era esse o tempo que tínhamos uma para a outra nos dias úteis. Dia 02 de fevereiro de 2015, mandei uma mensagem individual via aplicativo para os meus pares, para o meu supervisor e para o meu gerente. Anunciei que no dia seguinte, haja vista o acordo coletivo do ano anterior não ter atingido os mínimos requeridos pelos operadores, estaríamos em paralisação das atividades de trabalho com ponto de concentração das atividades de manifestação no hall de entrada da empresa. No dia seguinte, passei meu crachá pela catraca de entrada e fui ao meu posto de atendimento. Meu supervisor solicitou que eu recolhesse meus pertences e o acompanhasse. Na sala branca de dimensões 1,5 metros quadrados já estava sobre a mesa meu termo de rescisão.

A paralisação? Nunca aconteceu, nunca existiu na verdade. A luta de classes pressupõe sujeitos coletivos, de coletivo ali só havia a empresa. Eu mal conhecia a gestão sindical, os via aos finais dos anos, quando eles se reuniam com o patronato para o acordo coletivo. Uma vez em 2013 fui à sede do SINTTEL, me informar como se dava o processo de participação no sindicato. Tinha o interesse de participar politicamente, mas acima disso, tinha o interesse de me retirar dos atendimentos, já estava cansada do barulho ensurdecador do piso, de uma ligação após a outra sem intervalos. Ao que parece todas as vagas já haviam sido

ocupadas. Eu fui demitida graças a uma paralisação fictícia, produto da minha mente criativa de trabalhadora que estava encurralada pelas necessidades postas aos meus projetos de vida. Remorso? Não possuo.

Uso aqui este espaço, por entender que seja do interesse de quem lê, o conhecimento acerca da confecção do objetivo. Mas também, pela necessidade identificada de que não há visibilidade para a memória dos trabalhadores, principalmente das trabalhadoras. A Universidade não foi feita para a classe que trabalha e depende do salário. Estar aqui, por si, já conota resistência ao sistema excludente no qual estamos inseridos. Na incerteza de uma nova oportunidade como essa, que essa memória do trabalho, de uma mulher, esteja aqui inscrita e socializada na biblioteca Marilda Villela Iamamoto, da faculdade de Serviço Social da UFJF.

Mesmo inserida no mercado de trabalho, as contas não fechavam no fim do mês, o salário mínimo não atende aos mínimos, isso é um fato. Para a política de redistribuição de renda eu não me constituía enquanto população que necessitasse de acesso à Política de Assistência Social, embora eu soubesse, e agora vocês também sabem, que mesmo inclusa no que o Estado chama de “Classe Média”, a minha família requeria intervenção do Estado para que se engendrasse de forma mais digna no arranjo Social. As expressões da questão social que perpassavam a minha família de longe são tão graves quanto as questões que perpassam a massa pauperizada a quem o direito ao trabalho é negado. Não se trata aqui de uma competição acerca de quais segmentos são mais expropriados, diz respeito às reflexões que me ocorrem no processo de confecção dessa dissertação. Imaginar que existem milhares de famílias expropriadas do direito ao trabalho; mesmo esse, inserido em moldes tão degradantes da condição de humanidade, pressupõe inquietação e ódio de classe. E ainda, pressupõe tomar partido acerca dessa atrocidade.

Hoje, sou Assistente Social do CRAS em um município com predominância de população inserida em âmbito Rural. Um município pequeno que me faz refletir o quanto a Política de Assistência Social ainda precisa se desenvolver para o alcance efetivo da classe trabalhadora em suas diferentes conformações de território. Dentro do município, o SUAS se significa e se expressa no CRAS. Não possuímos serviço de convivência, que foi extinto no início deste ano, mesmo com as articulações realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS. Não possuímos articulação com o Centro de Referência de Assistência Social-CREAS, porque é inexistente, não oculto, inexistente. Todas as demandas de atenção especial são trabalhadas com referência junto ao Ministério Público, o que se configura como cenário crítico, uma vez que parte da demanda se engendra em uma

perspectiva punitiva orientada pelo judiciário. Não temos serviço de convivência, mas possuímos o programa Criança Feliz, que nos foi ofertado e abraçado pela Secretaria de Assistência e pela gestão municipal por se configurar hoje como o Programa de maior orçamento recebido do governo Federal, ficando atrás apenas do Bolsa Família. As verbas atinentes ao CRAS, ao PAIF e ao SCFV se reduzem ou se extinguem período após período, mas o orçamento para o Criança Feliz se mantém firme e já mostra possibilidades de extensão para um número maior de crianças. O que o governo Federal pretende com isso? Essa também é uma questão que perpassa nosso objetivo.

Com isso, meus três grandes blocos de interesse. A política de Assistência Social que nunca me atingiu nos momentos de maior necessidade, e que não atinge uma grande parcela dos trabalhadores que procuram pelos serviços do CRAS onde trabalho atualmente. O trabalho que me desgastava, e ainda me desgasta bastante, uma vez que atendemos no CRAS demandas atinentes a todas as políticas setoriais do município, além de trabalhar ainda, demandas da atenção especial da Assistência. O que significa dizer, que o CRAS não atinge seu objetivo matricial e requer dos trabalhadores do equipamento um esforço sobre-humano para significar o equipamento frente a gestão municipal e frente os usuários dos serviços. E as OSC's, que tanto me incomodavam e ainda me incomodam, em serem tidas como última saída de atendimento às demandas da classe trabalhadora, em uma constituição de trabalho institucional precarizado e superexplorado.

Durante os processos de estudos no mestrado, percebi que não conseguiria acessar esses eixos sem passar pela mediação que os relaciona, o Estado. Sendo essa interlocução, protagonista das nossas análises no decorrer dessa dissertação.

Para a tarefa urgente de trazer elementos que subsidiem a possibilidade de tecer apontamentos acerca da Política de Assistência Social na atualidade, sem a menor pretensão de esgotar o assunto, mas com o intuito de contribuir para a compreensão da conjuntura atual, esta dissertação foi escrita em três capítulos. O primeiro capítulo se trata de uma revisão bibliográfica junto a Marx (1982, 1983, 1987, 2004, 2005, 2009, 2011), Lukács (2011) e a outros autores que têm uma compreensão crítica acerca do Modo de Produção Capitalista, em que tecemos apontamentos sobre as categorias Trabalho, Estado e Sociedade Civil. Tratam-se de abstrações teóricas junto aos autores, no intuito de construir e consolidar a compreensão relacional que permeia essa tríade e suas refrações na política de Assistência Social na cena contemporânea.

No decorrer destas apropriações, pôde-se consolidar que o trabalho é anterior ao capitalismo, com isso, a humanidade é, por conseguinte, anterior ao capitalismo. Parece

estranhamento do Capital enquanto relação social consolidada. Em muitos ambientes, inclusive no meio acadêmico e na profissão há posições diferentes, inclusive na perspectiva crítica, a perspectiva tradicional não deixou de existir, mediante a hegemonia da perspectiva marxista. . Por isto, aqui, no espaço desta dissertação parto de um ponto de largada que posiciona o por vir concebido com uma perspectiva teórica específica, com a qual me identifico e me esforço em apreender por compreender que é a que melhor explica o modo de produção e as relações sociais vigentes, sobre as quais não flutuo.

Iamamoto (1998) entende o Capital enquanto relação social determinadora na e da Sociedade Capitalista, que é uma sociedade salarial fundada e estruturada pela relação contraditória entre os que expropriam e entre os que são expropriados. A produção capitalista consiste em extração de mais valores dentro da produção e finaliza o ciclo de valorização no âmbito da circulação de mercadorias. Uma apreensão bastante valiosa ao nosso objetivo de tecer considerações acerca da política de Assistência Social na atualidade (2019), em que há um nítido descomprometimento por parte do Estado no financiamento e prestações de serviços sociais. Junto aos autores do capítulo 1, pudemos avaliar que ao passo que a riqueza socialmente produzida é expropriada dos produtores de mais valores, os trabalhadores, gera-se uma massa de expropriados que expressa a face mais desumana e criminosa do metabolismo social do Capitalismo, a questão social. Para Iamamoto (1998) e Netto (2001), o fenômeno da questão social é próprio e exclusivo do modo de produção capitalista, sendo suas expressões postas de formas distintas em contextos históricos e territórios distintos, mas fundamentalmente estruturada enquanto produto da exploração e expropriação realizada na relação orgânica entre Capital versus Trabalho.

Analisando o que os autores apresentados no capítulo 1 nos ofertam, percebe-se que para sua valorização, o Capital necessita dos trabalhadores tanto na produção quanto na circulação, mas que entende a nós trabalhadores como peças de produção que necessitam de manutenção, por isso os salários e as políticas sociais. Como peças funcionais, precisamos ainda de manual de uso, por isso as legislações trabalhistas. E só nos atendem nessas necessidades para que tenhamos uma durabilidade e funcionalidade determinada que sirva ao interesse do momento do processo de acumulação de valores. Entretanto, embora significados como mercadorias neste modo de produção, nós os trabalhadores, somos essencialmente humanos com demandas de acesso ao que é produzido material, espiritual e culturalmente. Com isso, resistimos cotidiana e historicamente aos processos de expropriação, um elemento que tenciona e gera conflitos dentro e fora do processo produtivo, o que infere que as

demandas imanentes dessa relação conflituosa sejam direcionadas a uma esfera mediadora, o Estado burguês.

Ainda neste capítulo, aterrisamos dos processos de abstrações mais elevados e trouxemos a discussão para o solo histórico das relações e especificidades da questão social e da Política Social no Brasil. Em Faleiros(2004), encontramos que as políticas sociais se atrelam imediatamente articuladas sobre as condições de trabalho e às lutas sociais advindas desse processo. Em articulação a esta concepção, há Josiane Santos Soares (2012), que trabalha a relação entre emprego e desemprego como expressão da questão social brasileira de maior relevo para a cena contemporânea, uma vez que expressa a relação mais evidente do crescimento vertiginoso de uma superpopulação excedente. Aquela população a quem o direito ao trabalho é negado, público da política de Assistência Social, aqueles a quem os mínimos sociais necessários devem ser garantidos. Com as contribuições de Santos (2014) e Behring e Boschetti (2008) analisamos a relação histórica entre o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e sua articulação com o mundo do trabalho e o terreno das políticas sociais em solo nacional. Embora com desenvolvimento particular e específico, estes elementos não se desarticulam das demandas do Capital internacional, uma vez que junto as autoras supracitadas, pudemos perceber que o Brasil se insere visceralmente em uma situação de subordinação aos interesses dos países de economia Central.

Com isso, no capítulo 2, trouxemos a análise de crise estrutural do Capital com a concepção de Mézáros (2002,2009), em que o autor avalia que a relação capital versus trabalho coloca em risco a existência futura da humanidade, em uma fase financeirizada que o possibilita ser global para o engendramento da acumulação de valores. O que significa dizer que embora alguns países estejam melhor economicamente que outros e a custo de outros, o mundo inteiro vai mal e desfruta das mazelas e violências espraiadas por seu metabolismo social. Junto ao conjunto de autores apresentados nesta dissertação, percebemos que há uma relação maciça entre a figura do Estado, o mundo do trabalho e a conformação das políticas sociais. Com a derrocada do socialismo real e de crise no horizonte das lutas sociais, Behring (2008) reconhece que o modo de produção capitalista alcançou sua maturidade enquanto modo de produção global e hegemônico no planeta. Circunscrevendo assim, para o mundo do trabalho uma flexibilização crescente inclusive com a desregulamentação das relações trabalhistas e para os Estados um contorno neoliberal.

Nesta era financeirizada e imperial, Perry Anderson (1995) demarca que aos Estados é requerido fortaleza em suas instâncias coercitivas , controlando e aparelhando sindicatos e enxugando gastos com políticas sociais. Primando assim, o desenvolvimento da produção de

capitais no mercado financeiro. Em cada território as medidas e mediações para a construção da proposta neoliberal foi distinta. Por isto, fazemos no capítulo 2, demonstrações acerca desse processo nos países de economia central e no Brasil com as análises realizadas pelos autores Harvey (2008,2003), Antunes (1996,2005,1999,1995,2019), Draibe (1993,2003), Pereira (2018) e outros mais, no intento de partir do universal e trazer para o singular e particular, a realidade contemporânea do Brasil.

Realizado este movimento, deslocamos a discussão, já em vias de tratar especificamente do caso do Brasil, para as concepções de Ruy Mauro Marini (2017) e Quijano (2015) indicando que a inserção dos países Latino Americanos no processo global de acumulação capitalista se dá historicamente determinada sobre o manto da subalternidade. Não se tratando de uma escolha endógena ou temporalmente limitada, mas de uma determinação preestabelecida à sua funcionalidade na economia global. Com esta demarcação, percorremos os anos 1990 até a conjuntura atual, junto as concepções de Giovane Alves (2002,2004,2009, 2017, 2019) e Ruy Braga (2013) e outros mais, conduzimos a discussão acerca do processo de precarização do trabalho no Brasil, e assim, realizando articulação entre o Estado brasileiro em sua face Neoliberal, a reestruturação produtiva engendrada para o período, as implicações do aumento da informalidade e intermitência de acesso ao trabalho. Com isso, nos deparamos com um reflexo que acreditamos advir desse processo, o crescimento acentuado de instituições de direito privado e interesse público, as denominadas Organizações da Sociedade Civil- OSC's (ver gráfico na página 71, com os dados colhidos pela pesquisa dos IPEA 2016).

Para Giovani Alves (2009), a precarização do trabalho no Brasil, emerge em um contexto histórico específico, a década de 1990, conjunto a queda do Muro de Berlim e fim da União Soviética. Contrário a isso, está Josiane Santos Soares (2012), que avalia no “fordismo à brasileira” a localização do desemprego estrutural brasileiro. Com as colaborações destes dois autores, acreditamos que o marco do desemprego estrutural está onde Santos (2012) o localiza e que nos anos 1990 com o advento do Estado brasileiro Neoliberal, houve um acirramento ainda maior deste processo. Uma vez que na adesão do Estado brasileiro à agenda neoliberal, ocorreram inúmeras privatizações de estatais que ocasionaram um crescimento acentuado do ramo de serviços. Para Ruy Braga (2013), Outro aspecto reflexivo da reestruturação produtiva engendrada nos anos 1990 (com a adesão às orientações do consenso de Washington), se trata de um acirramento à informalidade e flexibilização das legislações trabalhistas. Adjacente aeste processo, há o estímulo do Estado brasileiro em fomentar o empreendedorismo. “Empreendedorismo dos subalternos”, nos termos do autor.

Com Ruy Braga e Giovani Alves, foi possível captar que a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1990 ainda está em curso, constituindo uma forma social de expropriação em favor da acumulação, expressa em cortes de pessoal e contratações precárias, simbioticamente sintonizada com uma expansão do ramo de serviços. Dialética e contraditoriamente, o Brasil, recém saído de um longo e explícito período ditatorial, conquista um pacto constitucional impossibilitado de se realizar e se consolidar por estar aprisionado a uma ordem macroeconômica que prevê o acirramento da desregulamentação do trabalho e o recolhimento do Estado em suas atividades sociais. Mota (2017) reconhece que novas e engenhosas estratégias de usurpação do trabalho vêm sendo amplamente ativadas. E é com este cenário, após realizar pesquisas bibliográficas, com os autores mencionados e outros mais que se apresentam no decorrer do texto, mais pesquisas documentais e análise de dados do IPEA que chegamos ao capítulo 3 desta dissertação.

O último capítulo desta dissertação intenta contribuir e realizar apontamentos acerca da política de Assistência Social que está se desenhando. Trata-se de um capítulo que emerge pela demanda da realidade da minha inserção no trabalho profissional em Serviço Social. Acredito que o ambiente acadêmico deva se constituir pela relação deste intercâmbio a fim de alcançar a função social de compor mediações a um trabalho profissional mais consistente aos profissionais em campo. Munida da feliz fortuna de estar inserida nestes dois espaços sociocupacionais correlatos, me debrucei na finalidade de um ensaio de análise de conjuntura da política de Assistência Social. Para este trabalho, com finalidade definida e com valor social de se realizar, utilizei os meios de revisão bibliográfica das teses de doutorado de Solange Emilene Berwig (2018) e Ilzamar Silva Pereira (2018), os textos de Sposati (2007), Boschetti (2006), Draibe (2003), Filgueiras (2007), Behring (2008), Mota (2017) e outros mais². Lançamos mão ainda de análises de planos de governos, legislações, notícias impressas e digitais circuladas por diferentes agentes de comunicação e documentos norteadores da PNAS- Política Nacional de Assistência Social. E ainda, análise de dados do SAGI- Secretaria de Avaliação e gestão da informação, onde estão dados da SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social e cruzamos os dados de serviços assistenciais com os dados ofertados pela pesquisa do IPEA (2016, consolidado de 2015) acerca da utilização de OSC's na prestação de serviços da Política de Assistência Social. Indagamos: há real compromisso

² Reconheço a existência e contribuições de tantas outras autoras e obras que poderiam ser tratadas para essa finalidade, como por exemplo Ivanete Boschetti (com a discussão da refilantropização), Maria Carmelita Yasbek, e mais produções de Ana Elizabete Mota, que é uma autora por quem tenho especial admiração. Entretanto, como todo trabalho realizado em moldes alienados com a premissa de metas, produtividade e prazos, tivemos que abrir mão de suas inserções. Contudo, embora não apareçam de forma explícita se inserem de forma implícita sob o olhar direcionado e as dimensões apreendidas no processo de trabalho do capítulo 3.

do Estado na efetivação de uma Política de Assistência Social com caráter público? Qual o projeto do Estado para execução e significação da Política de Assistência Social?

Para esta e outras questões, foi realizada uma reconstituição do desenho da política de Assistência Social dentro dos governos com direção neoliberal do Estado brasileiro, confrontando o SUAS - Sistema Único da Assistência Social no que se refere a disposições legais e a conjuntura de retirada de direitos. Na atualidade, o SUAS é uma direção de organização dos serviços, benefícios, programas e projetos da PNAS. Sem sombra de dúvidas é possível avaliar que sua constituição vem compactuando para o amadurecimento e consolidação da Assistência Social enquanto política de Estado. Mesmo que conforme Filgueiras (2007), as determinações internacionais para as políticas públicas se conformem na perspectiva de um caráter compensatório inferior às mazelas causadas pelo desenvolvimento capitalista, é impensável menosprezar o desenvolvimento histórico de conquistas no engendramento da política de Assistência Social que alcançou lugar no tripé da seguridade Social no Brasil. A política de Assistência Social apresenta sua melhor forma no processo de adesão ao SUAS em articulação com a NOB SUAS e à LOAS.

Entretanto, com o ajuste fiscal imposto pelo período “pós-golpe democrático de 2016”, que para Pereira (2018) diz respeito à manutenção do superávit primário tensionado pelo interesse de patrocínio do capital financeiro em requerer o pagamento da dívida pública, impetra à emenda constitucional 95 o objetivo de congelar os gastos sociais por 20 anos em favor do capital internacional. Com isso, algumas muitas questões se apresentam à PNAS. Continuidade, financiamento, primazia do público em detrimento ao privado em oferta de serviços, são algumas destas questões que emergem.

Olhando para os governos de Collor a Bolsonaro, identifica-se uma tendência de projeto de Estado em privatizar o parque de serviços das políticas Sociais. Analisando os dados do SAGI (a partir dos dados do censo SUAS 2017 e 2018), percebemos que há hoje no SUAS um significativo número de OSC's com o crivo de assistência social permeabilizadas nas prestações de serviços (ver página 80 com a tabulação dos dados). Quando avaliamos os dados da SAGI junto aos dados da pesquisa do IPEA (2017), percebe-se que paralelo ao SUAS existem atividades de mais de 36 mil OSC's que prestam serviços de assistência mas que não estão inscritas ou atualizadas na contagem do censo SUAS. Ao que parece, é uma estratégia atual do governo federal, estimular ainda mais o desenvolvimento do ramo das OSC's e aproveitar as já existentes no intuito de aglutiná-las ao hall de serviços do SUAS, via legislação (lei 13.019/2014) com a concepção de serem de provimento público. Sem financiamento suficiente, em um país que as lutas sociais, conforme analisado no decorrer dos

capítulos 1 e 2, são fortemente aparelhadas e desmobilizadas pelo caráter coercitivo do Estado, num cenário pós-golpe a situação da correlação de forças não está favorável ao atendimento das demandas do trabalho.

Analisando a conjuntura de 2014-2019, identificam-se como implicações frontais para a PNAS, bem como para continuidade do SUAS:

- **O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC/lei nº13.019**, que prevê e legitima múltiplas possibilidades de contratação e aglutinação de serviços sociais, inclusive com zero investimento do poder público mas que em caráter legalista se compõe como sendo iniciativa do poder público.

- **O golpe democrático de 2016**, que postulou uma posição do governo federal em total desrespeito aos encaminhamentos do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS.

- **O ajuste fiscal** impetrado pela EC95.

- **A implantação do programa Criança Feliz** que foi concebido e vem sendo implementado desde o governo Temer sem consulta aos Conselhos de Assistência Social e conforme Pereira(2018), e nota técnica do CFESS, está se realizando com a verba que conforme diretrizes da PNAS deveria estar a disposição do SCFV- Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos. De acordo com Jucimeri Isolda Silveira(2017), o orçamento para o programa Criança Feliz em 2018 estava em vias de superar o orçamento destinado aos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, e conforme nota técnica do CFESS (2018) ainda não se recompôs

- **O programa pátria voluntária**, que vem numa direção de estímulo ao trabalho gratuito e voluntário junto às OSC's. Não há oferta de verba para este programa, o governo federal “presenteia” os municípios com o “selo de compromisso”, e tem por objetivo realizar atividades que orientem a um “Caminho para o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável”. Essa proposta no contexto da reforma da previdência se traduz num escárnio à classe trabalhadora.

Temos na PNAS, indícios de que a conjuntura que está em movimento, aponta para uma expropriação absurdamente desumana de exploração dos valores provenientes do trabalho. Sob a atmosfera desta conjuntura emaranhada de elementos desfavoráveis à reprodução das condições de vida da classe trabalhadora me presenteio e também aos que aqui se debruçam em interesse, com esta dissertação que inicia com a análise afirmativa que do trabalho tudo provém e a ele todo o valor deveria retornar.

CAPÍTULO 1 . TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Neste capítulo, exponho as categorias centrais que atravessam esta dissertação, a partir da abordagem crítica na perspectiva marxista. Assim, a centralidade do trabalho no âmbito da produção e reprodução social, é recuperada neste texto, assim como a relação entre a materialidade da sociedade capitalista e a constituição do Estado Burguês e da Sociedade Civil, enquanto instâncias particulares e complementares, as quais possuem funcionalidade na reprodução desse modo de sociabilidade, confluindo para a hegemonia da classe burguesa, ainda que tensionadas continuamente, nas lutas empreendidas pela classe trabalhadora.

1.10 Ser Social e o Trabalho

No intento de realizarmos apontamentos sobre a política de Assistência Social na atualidade, acreditamos haver sentido em inferir a primeira incisão desta dissertação na categoria central que engendra os desdobramentos das sociedades. Partimos da gênese do ser social. Consideramos que o **marco histórico do ser social é a atividade de trabalho** e que se constitui pressupondo uma interação com a natureza, utilizando-a como ferramenta de existência e reprodução. O Homem se descobre Homem em sua experienciação com a natureza e a partir dessa interação, descobre possibilidades de se reinventar e construir novos mecanismos materiais que deflagram seu processo de autoconstrução.

Existe a princípio, uma instintividade em reconhecimento das necessidades, mas para além do imediatismo de sanar uma necessidade biológica pontual para determinado momento, combina uma racionalidade em antever a repetição daquela necessidade e então a criação de mediações para que em um próximo momento aquela finalidade biológica ocasionada pela necessidade fisiológica seja superada em condições favoráveis, sem que seja um problema, transformando-a em uma causalidade dominada.

Temos então a diferenciação do Homem para os demais seres na medida que frente as necessidades postas pelo movimento da realidade, o Homem transpassa o instintivo e alcança formas, meios de uma superação do movimento daquela realidade que o condicionava a um processo de submissão. Neste momento, temos o que Lukács(2013) denomina “salto”, o Homem Natural, figura passiva em seu ambiente torna-se ativo, portador de decisão e determinador de processos. O complexo do trabalho traz em si esse marco, a superação do Natural para o Social, a própria humanidade está contida na dominação dos recursos encontrados na natureza e manipulados em prol do desenvolvimento da sociabilidade do

Homem.

A superação do Homem natural ao Homem social está na complexificação da sociabilidade fundada nesta primeira finalidade, a de dominação da natureza. E a rebote deste processo de superação, infinitas novas possibilidades de intervenção Humana são constituídas e instauradas. Como primeiro sinal de “evolução”, o Homem domina a natureza e dela se apropria em benefício próprio. Toda a história humana se conforma sobre a égide do Trabalho, sendo o modo de produção de cada recorte histórico, a história de como lidamos com o trabalho. A quem o trabalho serve, o valor social e de troca que é conformado, o produzir e reproduzir das sociabilidades.

Com o imperativo de dominar a natureza para que a sobrevivência fosse alcançada, uma nova relação com o trabalho é construída³. Afome, por exemplo, pode ser dominada não com o que se encontra por mera causalidade natural, existe a tomada de controle para que a finalidade de alimentação seja alcançada não apenas com o que se tem, mas com o que se pode ter a partir de necessidades não apenas fisiológicas, transforma-se em uma necessidade natural posta em um campo de possibilidades que mediado pelo trabalho pode assumir diferentes processos de manipulação e controle. A agricultura é um marco decisivo para que o desenvolvimento do trabalho se complexifique, uma vez que na medida em que há o abandono da vida nômade, determinado território terá de ser modificado continuamente para atender a todas as necessidades humanas que se renovam junto ao movimento da realidade, que é constante. “Só o desenrolar das operações, em repetições e avanços progressivos chega a constituir uma consciência verdadeiramente humana, e supõe o concomitante progresso da evolução cerebral (PINTO, 1985,p.342)”.

“Com a troca constante entre o homem e a natureza, o primeiro transforma a segunda e nesse processo com via de mão dupla, transforma a si mesmo, no final de cada entrada e saída existe um novo ser natural, o segundo, e um novo ser social, o primeiro. Com essa nova configuração de seres, o desenvolvimento das habilidades humanas vão sendo (re)construídas, e a necessidade primitiva de garantir à sobrevivência se alarga a horizontes outros que não seres trinjama apenas isso. O trabalho"conduz à mudança, não somente de seu objeto, a natureza, mas também de seu sujeito: o homem, a natureza humana (MÁRKUS, 1974, p.84).”

O trabalho parte de um estímulo externo que é absorvido por capacidades de

³ Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapinha. Mas apoderar-se desses materiais da natureza, tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. (BRAVERMAN, 1981. P.49)

realização imagética, portanto, aproximativa do movimento da realidade, ao executar trabalho o ser social é posto em constantes oportunidades criativas, o que potencializa o desenvolvimento das capacidades teleológicas e de mediação interativa com a realidade⁴. Dentro dessa relação processual e de infinitos arranjos, a sobrevivência abre alas para que outras demandas sejam alcançadas, demandas que só poderiam ser pensadas a partir da dominação da natureza. O trabalho supera a finalidade primeira de garantia de sobrevivência do gênero possibilitando que o ser social se complexifique e consiga almejar outras finalidades que perpassam mas também ultrapassam as demandas fisiológicas. A organização social em determinado território traz em si a necessidade de uma organização e desse processo de organização emanam infinitas possibilidades de composição do trabalho em direção ao atendimento de demandas individuais e coletivas. Quanto mais evoluída uma sociabilidade, mais evoluída é a compreensão que o Homem tem dos meios e da capacidade de complexificar o processo de trabalho a fim de atender demandas ainda mais complexificadas por essa contínua relação entre o ser social e a natureza⁵. O salto ontológico anunciado por Lucáks (2013) está na capacidade de enxergar no campo de possibilidades postas no movimento da realidade, finalidades que supõem elementos novos que não existiriam sem a relação entre o homem e os meios postos na natureza.

O trabalho se constrói enquanto demanda de sobrevivência e impõe atividades que se norteiam a um determinado fim. Sendo este o elemento que designa o diferencial raiz⁶ dos seres humanos aos demais seres, **a expropriação e tomada privada das capacidades teleológicas que o possibilitam à capacidade de trabalho, seria, sobretudo, a extração do ser social daquilo que o diferencia dos demais seres.**

⁴“O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza(MARX,2004b,p. 211).”

⁵“ resulta do fato de que as necessidades que determinam o conhecimento tornam-se cada vez mais numerosas e universais, e se dirigem à totalidade do objeto, da natureza e do homem: o que só se tornou possível graças ao desenvolvimento da produção material, à objetivação do homem, à universalização do processo de transformação da natureza" (MÁRKUS,1974, p.66).

⁶ “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão,e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade(MARX, 2011, p327).”

1.2O Trabalho, mercadoria na sociedade capitalista

A sociedade capitalista é fundada por uma relação contraditória de classes, que se constitui elemento estrutural da sociedade burguesa. Tal contradição é dada pela apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida. A classe que detém os meios de produção e controla as forças produtivas, a burguesia, relacionando-se com a inserção dos trabalhadores na produção de riquezas, que destituídos dos meios de produção, possuem somente sua força de trabalho enquanto mercadoria mediadora à suas estratégias de sobrevivência. A contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida coloca uma camada cada vez mais ampla da sociedade ausente do acesso a condições materiais de sobrevivência, ou seja, com o acesso restrito ou inteiramente sem acesso à riqueza (material, espiritual e cultural) produzida em condições alienadas. Nesses termos, o trabalho na sociedade das mercadorias está colocado conforme finalidades do Capital, sendo o trabalhador - possuidor da capacidade de trabalho- mercadoria⁷ que operacionaliza finalidades estranhas a seu processo criativo represado à esfera da execução de finalidades alheias.

“A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2011, p.326).”

O trabalho se conforma enquanto um conjunto de processos que representa a ação mediada e regulada do Homem com a natureza, sendo condição eterna para a humanidade esse intercâmbio relacional. O modo de produção capitalista possui um metabolismo que se conforma e se consolida sobre o aporte do valor. Expansão, acumulação e circulação são elementos fundantes da organização social e econômica do modo de produção capitalista. "A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e

⁷ A mercadoria expressa a síntese de inúmeros processos de trabalhos. Marx(2011), anuncia que na mercadoria existe um caráter duplo em sua constituição o valor de uso e o valor de troca, sendo o trabalho, no modo de produção capitalista, uma mercadoria, também se constitui composto por essadualidade.

circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram o século XVI a moderna história da vida do capital (MARX, 1983 p.125)".

Dentro do modo de produção capitalista, temos a apropriação privada não somente dos meios naturais de produção, mas, sobretudo dos meios sociais da produção. **O trabalho é próprio do Homem e é o Homem. Afastá-lo dessa determinação é subtraí-lo de sua humanidade, regredindo-o a uma condição não humana.** O status alienado para a categoria Trabalho expressa uma forma de limitação dessa determinação ontológica de trocas processuais com a natureza e aprimoramento de suas capacidades teleológicas. “O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005, p. 69)”.

Como sinalizado, a história do Homem é a história do próprio trabalho, sendo a existência de um condicionante a existência do outro. Com isso, os instrumentos de trabalho, também resultados da interação do Homem com a natureza, são expressão de uma finalidade posta em si e de meios para realização de outras finalidades⁸. Marx (2011) demarca três⁹ elementos centrais para pensarmos o processo de trabalho: O próprio trabalho; o objeto de trabalho; e o meios e instrumentais de trabalho. Nesta perspectiva ontológica, o objeto de trabalho se concebe como todas as coisas anteriores a sua existência acrescidas de trabalho. Munido das determinações que norteiam sua teleologia, ocorre a seleção das mediações que serão utilizadas para que determinado fim seja alcançado. Uma coisa concebida sem uma finalidade humana anterior se configura enquanto matéria prima, na medida em que ocorre inferência de ação com valoração acrescida pelo trabalho é então objeto do trabalho. Esta, é a superação de sua condição de matéria prima. Sendo o trabalho, a força exógena que infere ação e gera valor, conferindo aos materiais tal condição. “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto (MARX, 2011.p328)”. O Homem se utiliza de suas potencialidades para criar novas potencialidades em outras coisas, gerando e gerindo as mediações necessárias para o alcance do telos já traçado. Ao final desse processo, temos o

⁸ “Para que a atividade se realizasse o ser social necessitou encontrar os meios para que o processo de transformação da natureza alcançasse a finalidade idealizada Com isso os instrumentos de trabalho, também resultados da interação do Homem com a natureza é expressão de uma finalidade posta em si e de meios para realização de outras finalidades. (PINTO, 1985, p. 341)”

⁹“Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios(MARX, 2011. p.328).”

produto do trabalho que expressa em sua forma o valor de uso, “um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma (MARX, 2011.p328)”. Meio e objeto de trabalho são efetivamente os meios de produção, e o trabalho inferido é dado como produtivo, na medida que gera de forma direta valor ao produto. A complexidade de determinado produto é dada pela quantidade de valores de usos inscritos em sua produção, sendo um valor de uso expresso em produto uma entrada para que outros valores de usos se realizem. O objeto de trabalho seria então, já a expressão de um produto que configura esse valor. O produto resultante de um processo de trabalho torna-se então, entrada para que outros produtos se realizem ¹⁰.

Marx(2011), elabora que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Sendo esse processo de valoração também aplicado ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho, o próprio trabalho. O significado do trabalho expresso em valor de uso, em produto para o capitalista, está em produzir sobre essa mercadoria um valor de troca, significa-se no sentido de obter a possibilidade de venda da mercadoria produzida no fim do processo de trabalho. É do maior interesse do capitalista o lucro e a acumulação, para tanto expropria do trabalhado vivo seu valor real e o subjugna na figura rasa e ilusória do salário, dando à mercadoria força de trabalho valor aquém do que se conforma dentro da realidade do processo de trabalho ¹¹.

Com a complexificação e expansão das relações postas pelo modo de produção social fundado em mercadorias em que o próprio Homem e sua capacidade de trabalho são tomadas enquanto mercantis, o condensar dos valores imanentes às mercadorias são equalizados e referenciados em um produto especial, capaz de representar o trabalho abstrato contido em todas as demais mercadorias, o dinheiro. Essa mercadoria assimilada enquanto unidade de medida de valor abstrato, enquanto designação de valor a processos produtivos e improdutivos de trabalho se apresenta enquanto mediação simbólica material e imaterial, que significa o valor de troca de todas as demais. O valor real de toda a composição

¹⁰ “Vemos, assim, que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse valor de uso (MARX, 2011.p.333)”

¹¹ “Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso (MARX, 2011.p347).”

da mercadoria é escamoteado e simbolizado pela abstração e realização da mercadoria dinheiro. Sendo este a expressão do trabalho abstrato/alienado realizado pelos trabalhadores na ordem metabólica do Capital. A alienação ocorre na essência do trabalho; despossuindo de significado o que é produzido porque o produz. E na ordem econômica dessa relação, uma vez que o valor do trabalho fica subsumido às determinações e constituições da mercadoria dinheiro. Sendo o trabalho vivo -o trabalhador- nivelado nas mesmas proporções materiais que o trabalho morto - o que já no ramo da aparência é desproporcional, uma vez que o trabalho morto se constitui enquanto produto realizado pelo trabalho vivo não encontrando possibilidades de existência, finalidade, ou utilidade senão ancorado na existência da produção e reprodução do trabalho vivo. O salário, expresso em quantidade monetária designa de forma furtiva o trabalho abstrato pago ao trabalhador que produz em condições alienadas.

O trabalho abstrato dentro do que nos oferta Marx (2011), se configura como o trabalho realizado em condições alienadas e pago com salário pelo capitalista a aqueles que são possuidores da capacidade de trabalhar mas que desprovidos dos meios de produção tem como restrita alternativa a venda dessa capacidade de trabalho para, assim, se manterem vivos e se reproduzirem, material e socialmente. A saga capitalista é a acumulação do valor, por conseguinte o valor gerado no processo de trabalho alienado deverá sempre ser superior ao valor pago na figura do salário¹². A diferença entre o quanto vale realmente o produto de trabalho e o valor de todas as forças produtivas que contemplam o processo, sendo esta última inferior ao investimento inicial é denominado mais valor. Ao trabalhador é designada uma quantidade mínima, para que prossiga vivo e apto ao trabalho. Nesse sentido, o dinheiro ganha a dimensão de Capital apenas quando se insere em uma proposta de ciclo de reprodução do Capital. Marx (1987,2011) demarca o valor pago pelo capitalista aos trabalhadores, é designado como capital variável que configura os gastos com salário pago pela força de trabalho. Infere que o status de produtivo ou não produtivo ao trabalho não se repete na atividade em si, mas "da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza (MARX, 1987,p.137)".

A mercadoria realizada no processo de trabalho, quer seja item básico de sobrevivência ou item extremamente supérfluo para a garantia da sobrevivência do gênero humano, isolada da relação de produção que significa a mercadoria não indica o status de produtivo ou não, só

¹²“O objetivo da produção capitalista é o excedente e não o produto. O tempo de trabalho necessário do trabalhador, e em consequência o equivalente que o paga, corporificado no produto, é necessário apenas enquanto permite produzir-se trabalho excedente. Do contrário, é improdutivo para o capitalista (MARX. 1987, p.193)”

pode ser avaliado enquanto trabalho socialmente determinado que na esfera da produção significa ou não o resultado de um mais valor para o capitalista que investiu em determinado ciclo produtivo. A questão cerne não está no que é produzido ou por qual trabalhador é produzido. A questão centra-se no que foi entregue de resultado a quem detém o poder sobre a força de trabalho. "[...] mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista, a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário[...]" (MARX, 1987, p.137)", O que interessa ao capitalista e ao que tange a qualificação do trabalho, concebendo-o enquanto produtivo ou não, "é ter ela [a mercadoria] valor de troca superior ao que por ela pagou [o capitalista], e assim, para ele [o capitalista], o valor de uso do trabalho consiste em lhe restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário (MARX, 1987 p.136)."

A mesma mercadoria pode possuir em sua constituição as duas qualificações de trabalho, uma vez que sua realização ocorre em inúmeros momentos da produção, sendo a mercadoria a cristalização de diversos valores de uso distintos. Dentro da conformação atual do trabalho, a produção individual e a reprodução de indivíduos isolados é algo descolado da realidade, na perspectiva que os meios de existência estão inseridos numa lógica coletiva, não comunitária, mas coletiva. Todas as relações de vida dos indivíduos perpassam a lógica de produção vigente e nesse sentido o capital se apresenta como modo global de produção de mercadorias e de sociabilidades.

No âmbito da produção acadêmica na área de Serviço Social, Iamamoto e Carvalho (1998) compreendem que as formações sociais estão inscritas de forma indissociável da reprodução material, o que é fundamentado pela análise histórica da formação humana. O lugar ocupado na produção determina os contornos que a individualidade irá assumir, exteriorizando as determinações de condição de vida dos sujeitos. Para estes autores (1988), as categorias produção e reprodução encontram-se centrais uma vez que avaliam o estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas como constituintes relacionais e fundamentais a composição das especificidades da produção capitalista. Em consonância com Marx, concebem o trabalho como ontológico ao ser social, com isso, o atrelamento entre meios de trabalho e a própria conformação dos meios de trabalho são essenciais para desvelar a sociabilidade produzida pelo capitalismo.

Iamamoto (1998, 2008), trata o Capital enquanto relação social determinadora na e da sociedade burguesa. A relação Capital versus trabalho assalariado compõe um bloco antagônico e complementar, em que um essencialmente depende do outro para existir, sendo o contrário também uma verdade. É nessa relação que a autora concentra seus esforços, na

medida em que há a compreensão que elementos como totalidade e historicidade só se explicam a partir desta relação no modo de produção capitalista.

Não há relação social no capitalismo que possa se reproduzir sem expressar em sua constituição o marco de dominação existente entre o Capital e a subordinação do trabalho a este. Utilizando as denominações de trabalho concreto e trabalho abstrato desenvolvidas por Marx, Yamamoto (1998, 2008) constrói que a expressão do Capital se dá sob a forma de mercadorias. Esta carrega em si os meios de produção e os meios de vida em sua constituição. Possuem valor de uso por destinarem-se a satisfação de necessidades da vida social da humanidade, e também valor de troca por possuírem determinado valor para o processo de circulação, diferente do valor gerado em sua forma de produto/valor de uso. Nesse sentido, temos a mercadoria em sua dupla dimensão, da que se constitui enquanto um valor de uso, por inferência do trabalho produtivo, e um valor de troca, por inferência de um trabalho indiferenciado, abstrato. O valor de troca de determinada mercadoria, se expressa enquanto soma dos, por vezes inúmeros, valores de usos distintos que mesmo pertencendo a sua forma fim, não expressam no ramo da aparência os processos múltiplos aos quais foi submetida, nesse sentido seu caráter abstrato, a dimensão de possuir muitos mais valores que os necessários para sua utilidade, do valor de troca, que consiste na possibilidade de parâmetros entre valores de uso de espécies distintas. Assim, as mercadorias podem ser trocadas, seja por papel moeda ou por outras mercadorias distintas.

O valor abstrato, contido na mercadoria é a essencial inferência do trabalho humano, que dentro do processo produtivo de mercadorias assume a mesma condição dos demais objetos. Contudo, dentro da formação de uma mercadoria, os objetos que a compõe fazem senão somar seu valor de uso aos valores de uso dos demais objetos, o trabalho humano é o único que além de somar seu valor de uso, cria também mais valores.

Yamamoto (2008) nos elucida que o processo de produção não cessa no momento imediato em que o produto/valor de uso se realiza, o processo de produção finaliza seu ciclo a partir do momento em que a mercadoria é significada para o capitalista, em dinheiro. O dinheiro obtido pela venda anterior de mercadorias acrescidas pelo valor do trabalho humano, valor este que é subtraído do trabalhador, reengendra um novo processo de acumulação, sendo esta a meta do capitalismo: extrair o mais valor da produção, efetivar a subtração deste valor no âmbito da circulação de mercadorias, acumular o ganho coma mediação dessa subtração e reengendrar o dinheiro em um novo ciclo de acumulação, deixando assim de ser dinheiro e se transformando em Capital.

Sinteticamente, o valor do trabalho em sua dimensão histórica e social fica subsumido

ao pertencimento do Capital, sendo este o detentor da teleologia humana uma vez que todas as potências são exploradas no processo alienado de subtração de mais valia. A saga do capital é a acumulação, e a mediação para obtenção disso é a extração de mais valores. Para tanto é necessário que o aumento da produtividade do trabalho vivo seja “estimulada”, nesse sentido o processo de desenvolvimento das forças produtivas são objeto de estudo constante para o Capital, na medida que quanto maior a dominação e controle por forças exógenas ao trabalhador, maior será a produção de mais e mais valores (IAMAMOTO, 1998).

1.3 Trabalho, Sociedade Civil, Salário e Política Social

A constância da produção e reprodução capitalista, em que um ciclo de acumulação é reiniciado seguidamente, um após o outro aumentando assim mais valia que se reengendra como Capital, ocasiona um adensamento de volume do Capital. Na saga da acumulação de valores, o Capital investe muito em pesquisa e tecnologias, não se trata de uma preocupação com o trabalhador produtivo, se trata de uma estratégia de fortalecer a produção material, implicando em um aumento da composição orgânica do Capital e corte de gastos com capital variável/salários. Conforme Iamamoto (1998), esse processo de minoramento do capital variável em favor do capital constante, é um desfavor à classe trabalhadora, gerando a intensificação de um aumento do exército de reserva para as possíveis necessidades de produção dos capitalistas. O avanço tecnocientífico sem dúvidas é um aspecto de progresso para o gênero humano, contudo esse progresso científico dentro das protoformas de acumulação não designa liberdade, pelo contrário, se trata de mais uma forma de controle do trabalho e subtração do trabalho vivo. O que é manipulado e significado de forma reles pelo Capital como trabalho vivo, diz respeito a vida e condições de vida, sonhos, projetos e existência da classe trabalhadora.

Todos os ramos da vida são tão dominados pelas relações de produção e sociabilidade do capital que a impressão consolidada na atualidade se dirige a acreditar que não existe possibilidade de existência humana para além dos marcos do capitalismo, por isto a curiosidade aqui expressa, se existem outras formas de relação humana com o trabalho. Iamamoto(2008), pontua que essa relação de dominação é maquiada pela presença das formas jurídicas igualitárias, propagadas pelo liberalismo econômico, em que o direito de propriedade privada e liberdade de concorrência simulam uma participação efetiva, mas que no campo da realidade se dá de forma virtual pertencendo apenas ao mundo das ideias. Com isso, a alienação não se dá apenas no meio produtivo, alcança a consciência da classe trabalhadora

que se deixa subjugar de forma dócil, em determinados períodos históricos. Assim, o trabalho alienado “cria e recria as condições de sua própria dominação” (IAMAMOTO, 1998 p.55).

“Aburguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como po rencanto-que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (MARX,2001.p.04)”

Com isso, não queremos assinalar que compactuamos com a sensação de fracasso frente às cordas visíveis e invisíveis que nos amarram. Queremos assinalar que o processo de exploração e aprisionamento à condição de expropriados dos meios de produção dentro do modo de produção de mercadorias e relações sociais do Capitalismo são fortes, por isto hoje hegemônico.

No último quartel do século XIX, o capitalismo Industrial já estava consolidado, o modo de produção capitalista já galgava enormes contingentes de produção de riquezas a partir da manipulação da natureza em patamares fabris, o que era propício pelo desenvolvimento tecnológico e de fronteiras do período. Hegel (1770-1831) assistiu ao início desse processo, o que possibilitou que trouxesse-nos inúmeras contribuições, influenciando diretamente na concepção Marxiana que teve em sua produção a possibilidade de tecer a crítica que fundamenta o materialismo histórico dialético. Hegel (2003), apresenta o Estado como esfera dos interesses universais enquanto que a sociedade civil é a esfera da economia e dos indivíduos particulares.

Para Hegel, na sociedade capitalista, o espaço dos interesses privados se particularizava de forma central, e com isso o Estado não representaria a totalidade desses interesses, sendo estes expressos na “Sociedade Civil”. Hegel era idealista, e nesse sentido para ele o mundo é regido pelas ideias de todos, ideia universal que dá sentido ao contorno das coisas e da realidade, a realidade é tal qual o pensamento universal desenha, e as ideias universais apontam para a liberdade que conforme Hegel (2003), é a necessidade urgente ao progresso da humanidade. O autor demarca na sociedade civil as potencialidades para o direito à particularidade existir. Enquanto garantidor desse direito haveria o Estado, que para legitimar o direito à particularidade, teria também que dar conta dos direitos coletivos, gerindo suas colisões na perspectiva de dialeticamente atender ao Universal e ao particular, no sentido de o particular atender às necessidades do coletivo com o menor prejuízo a sua essência

individual.

Contudo, **Hegel(2003)** avalia as contradições do modo de produção capitalista como mero **conflito de ideias** e que o Estado teria a função de racionalizar os inúmeros conflitos ideológicos a fim de que a direção ao universal fosse alcançada.

A partir da concepção de Sociedade Civil Hegeliana, Marx enxerga o processo de evolução do capitalismo construindo sua análise histórica dialética, negando - num momento de maior maturidade intelectual - o idealismo e partindo da premissa que o Homem é posterior a natureza, e que a humanidade enquanto gênero só se faz possível a partir da interação do homem com o meio natural, descobrindo-o e se autoproduzindo. Marx, acompanha a vitória do capitalismo enquanto sistema econômico, político e também enquanto relação social determinante dos conjuntos de ações em sociedade.

Somente a partir da quarta década do século XIX puseram-se as condições para a constituição dessa nova ontologia. Condições histórico-sociais: a consolidação da ordem burguesa e a explicitação das suas possibilidades mais substantivas. E condições teórico-culturais :as bases ideais desenvolvidas e articuladas para uma apreensão da historicidade dessa ordem (NETTO,1994,p.33).

Marx (2005,2009), enxerga o todo social constituído de uma estrutura e uma superestrutura, em que a estrutura é a base material da sociedade, composta pelas classes sociais e as refrações de sua relação contraditória. Na estrutura, está a sociedade civil enquanto uma expressão das contradições imanentes enxergadas no modo de produção capitalista. A superestrutura seria o complexo ideológico, formado pelo Direito,pela política e os valores que dão direção e legitimidade às relações estabelecidas na estrutura.

Na estrutura da sociedade em Marx, está o Trabalho e o Capital que de forma indissociável são interdependentes. Os desprovidos dos meios de produção se alinham em direção a venda de sua força de trabalho, única mercadoria a qual são possuidores, e dessa relação de interdependência emanam conflitos, uma vez que para além de meras peças do meio de produção os trabalhadores são sujeitos sociais providos de necessidades particulares e coletivas.

Marx(1982),um ser essencialmente político,cava a oportunidade de se posicionar acerca dos salários, preços e lucros a partir da crítica ao posicionamento do operário inglês, JohnWeston. Infere que a concepção de John, simplifica a relação dessa tríade a uma relação diretamente proporcional e nitidamente visível em todos os seus momentos sem necessidade de um debruçar mais dedicado. Tudo se explica no ramo da aparência. ParaWeston,quando ocorre o aumento dos salários essa perda de"lucro"seria realcançada pelos capitalistas com o

simples movimento de aumento de preço das mercadorias vendidas aos trabalhadores. Em consequente essa estratégia direta, e evidentemente aparente, anularia o ganho salarial dos trabalhadores.

Sobre essas concepções, Marx (1982) aponta que o valor é uma grandeza que se movimenta em densidade e volume, expressando a constituição das forças produtivas nacionais expressas no decorrer dos anos. Sendo esse valor uma grandeza não fixa e, portanto, móvel à quantidade de dinheiro necessária para movimentá-lo que é crescente e varia constantemente, haja vista as alterações realizadas no processo de acumulação de capital e gerência nas forças produtivas - capital constante e capital variável.

Acerca dos salários, constrói que o salário, melhor, que a taxa geral de salário concebida de forma peninsular, não implicaria em uma mudança imediata no volume da produção de mercadorias “[...] se a produção nacional, antes da elevação dos salários, era variável, e não fixa, ela continuaria a sê-lo, também, depois da alta. (MARX,1982 . p137)”. Apenas na condição de a alta salarial afetar a relação entre a oferta e a procura por mercadorias haveria uma relação direta entre o ganho salarial e o preço de determinada mercadoria. Perceba que a oferta e procura de determinado artigo de consumo só sofreria impacto na ordem de oferta e procura se fosse um bem acessado pelos salários pagos ao operariado, com isso, os produtos que não eram acessados pelo recurso de compra desses, não impactaria minimamente nos bens de consumo, que mesmo produzidos pelos trabalhadores, não pertenciam a realidade de consumo destes mesmos trabalhadores. Com isso, **os produtos que impactam grandemente no processo de acumulação se encontram substancialmente naqueles que podem ser acessados por aqueles que foram expropriados no ramo da produção de seu valor; o valor de sua força de trabalho na produção e o valor do produto em si no âmbito da circulação.** O aumento de salários – valor de troca da mercadoria força de trabalho - não infere, isoladamente, a um aumento nos valores de outras mercadorias, o valor do salário não é compensado no âmbito da circulação, mas sim da produção, com isso a relação colocada por Marx é que aumentando o salário haveria o decréscimo do mais valor, do lucro do empresariado.

O valor de troca destinado à força de trabalho se configura enquanto salário, este valor nada é senão um valor destinado à sobrevivência do trabalhador e de seus descendentes – que mais tarde serão também mercadoria força de trabalho. A reprodução capitalista é um plano muito bem elaborado em que a extração de mais valor acontece em âmbito da produção, um valor de troca por esta mercadoria é pago na figura rasa e ilusória do salário e com isso, os portadores de salário participam do ramo da circulação de mercadorias enquanto

consumidores munidos de um valor de troca aquém do que o verdadeiro, em favor de mercadorias que têm mais valia acrescida para o capitalista e subtraída de seu próprio trabalho. Somos subtraídos na produção e na circulação.

Iamamoto(2008), designa a esta face do consumo improdutivo enquanto a preponderante para caracterização do modo de produção enquanto não apenas modo de produção de mercadorias, mas sobretudo como modo de produção de relações sociais, se estabelecendo dominante dentro e fora do processo produtivo de mercadorias. Não há área da vida em que a dominância capitalista não tenha braços. As potencialidades humanas se represam no que é demandado da força de trabalho, sendo as mediações do processo produtivo e do consumo improdutivo as determinantes da consciência das potências humanas.

É do processo de contradição e de suas expressões postas em meio social que a luta de classes, conforme Netto(1992), é posta como expressão da Questão Social. O Estado Capitalista existe por causa dos conflitos de classes existentes na sociedade civil. “Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência a par e fora da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus direitos” (MARX e ENGELS, 2009, p.111-112).

Para Marx e Engels(2009), o Estado não é próprio de todas as sociedades e só se faz necessário após terem alcançado determinado nível de evolução econômica. O desenvolvimento econômico alcançado por conta dos processos de privações de determinados indivíduos em detrimento de propriedade privada acumulada por outros, ocorre juntamente com uma série de conflitos gerados pelos processos de desigualdade de acesso a produção das riquezas sociais. Essa desigualdade demarca as classes sociais, sendo que a classe economicamente dominante necessita de um equipamento que a legitime e dê o respaldo necessário para que continue numa condição de dominância. É demanda da classe burguesa a constituição do Estado burguês, para que em ordem jurídica e política sua expansão e controle sejam assegurados e legitimados. Por outro lado, a “sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nessa medida, transcende o Estado e a nação”(MARX E ENGELS, 2009,p.110).

Na sociedade capitalista, na medida em que a riqueza é produzida socialmente, e uma classe se apropria privadamente dessa produção, cria-se também uma massa pauperizada, a

face mais desumana e criminosa desse processo produtivo, que funda a questão social¹³.

De acordo com Netto (2001), o uso da expressão “questão social” surge para dar nome e interpretação ao fenômeno do pauperismo que emerge na primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII. Naquele contexto, a pauperização massiva da classe trabalhadora constituía a imagem mais imediata da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial. A pauperização da classe trabalhadora era cada vez mais evidenciada na medida em que a capacidade social de produzir também aumentava.

“O desenvolvimento capitalista, produz compulsoriamente, a "questão social"- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital[...]. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo” (NETTO, 2001 p45)”.

Desse modo, a rebeldia se torna elemento necessário às estratégias de sobrevivência da Classe trabalhadora e mediante os desdobramentos das lutas de classes, ao Estado é requerido intervenção nas expressões da questão social. Entretanto, a linha de compreensão e intervenção se dá sobre orientação do pensamento conservador. Tendo a questão social como dividida em “questões do trato social”, estas sendo identificadas e tratadas em sua nuance da aparência. Desconsiderando a causa raiz, combatendo e atuando sobre suas refrações aparentes. O processo de tratativa à questão social se realiza sem atingir os fundamentos da sociedade burguesa, cumprindo a função de retroalimentar o sistema de acumulação tanto na produção quanto nas relações sociais.

Neste sentido, o avanço capitalista pressupõe imediatamente a pauperização da classe trabalhadora, é do trabalho que os mais valores são subtraídos. A existência do Estado burguês tensionada pelas lutas dos trabalhadores configurou algumas possibilidades de regulação através das políticas sociais, mediante os avanços tecnológicos que facilitaram a produção em massa para o consumo em massa, nos países centrais (EUA e parte da Europa). Mesmo assim, os “anos gloriosos do capitalismo” abarcaram um período restrito, do pós-guerra até os anos 1960, e ocorreram mediante a implementação de políticas de Estado regulatórias, com avanços no campo da seguridade social e dos direitos sociais, associando “pleno emprego” e serviços sociais

¹³ A questão social para Netto (2001) e Iamamoto (2008,2001) é própria do modo de produção capitalista “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” que, condensando múltiplas desigualdades, revela “o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p.10). É próprio desse modo de produção de mercadorias e relações sociais, se expressando de forma distinta em contextos diferentes mas fundamentalmente estruturada enquanto expressão da expropriação realizada na relação entre capital e trabalho.

públicos. Tais políticas configuraram um “Estado de bem-Estar Social”, em um contexto de disputa ideológica entre o desenvolvimento capitalista face ao socialismo real e à ideologia comunista.

Chico Oliveira (1997), provoca que a literatura marxista deu especial atenção às transformações ocorridas nos ciclos de acumulação do Capital, debruçando-se de forma especialmente dedicada a comprovar o comportamento da taxa de lucro, a métrica entre capital constante e capital variável. E avalia que talvez esse caminho fosse infecundo, uma vez que a matriz central de direção deixada por Marx, está na concepção de que para além de Modo de Produção, o Capital é sobretudo relação Social. Com isso,

“Dirigi meus esforços para o estudo da exploração da força de trabalho e descobri que, através de uma série de processos, havia mudado bastante o estatuto da força de trabalho nos países capitalistas líderes. Mudado no sentido do que chamei de produção de antimercomodias, aquilo que os economistas chamam de salário indireto, composto geralmente de gastos sociais, que vão desde os elementares, como educação e saúde públicas, até os gastos com lazer, diversão, que compõem a cesta de consumo de qualquer trabalhador (OLIVEIRA, 1997, p. 02).”

Se articulamos a concepção de Chico (1997,1988) ao debate entre Marx (1982) em discordância a John Weston, podemos minimamente inferir que a composição orgânica do capital é um elemento importante para o debate acerca do processo de exploração da força de trabalho. Entretanto, o elemento da exploração mediado pela diminuição de serviços sociais prestados pelo Estado é também um fator substancial, uma vez que serviços essenciais à sobrevivência e reprodução (Educação, Saúde, Assistência e tantos mais) compõem prioridade máxima às estratégias de manutenção de existência dos trabalhadores, portanto são mercadorias que compõem a cesta mínima de subsistência. Se há retirada de oferta (privatização) ou refilantropização (precarização mais privatização) destes serviços no seio do Estado, o processo de exploração é ainda mais agressivo, principalmente aos trabalhadores mais expropriados. É uma **exploração desumana**. Se é que estes dois termos na mesma frase não se constroem com significados redundantes.

Para Behring e Boschetti (2008. p. 51-52), as respostas dadas pelo Estado às expressões da Questão Social se constituem em padrões e formatações setorializados e fragmentados, não acompanhando a constituição dos sujeitos históricos a quem são direcionadas. Ratificam as concepções de Iamamoto e Netto, concebendo a Questão Social enquanto matriciada de forma orgânica ao metabolismo social da reprodução capitalista e aos enfrentamentos da classe trabalhadora. Em suas análises, percorre o último quartel do século XIX ao século XX atrelando o pensamento social conservador às respostas dadas a luta

organizada dos trabalhadores. Articulam a necessidade de reprodução dos ciclos de acumulação do Capital, os enfrentamentos organizados da classe trabalhadora dos países centrais e as dimensões desse tencionamento mediado pelo Estado. Concluem que, “as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado Liberal e Estado Social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre Estado liberal do século XIX e Estado social capitalista do século XX (BEHRING & BOSCHETTI. 2008. p. 63)”. Estas autoras, defendem que ocorreram mudanças significativas no comportamento do Estado, em que se ocorreu a necessidade, devido a tensão gerada no processo de exploração do trabalho entre as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora e o interesse de acumulação de valores do Capital, ocasionando uma reestruturação tática do Estado a fim de propiciar que os ciclos de acumulação se reengendassem. O Estado Social, teria assim, minorado o caráter coercitivo, mas preservando ainda sua funcionalidade ao processo de expropriação de valores com investimento de políticas sociais. “ Não se trata, então de estabelecer uma linha evolutiva linear entre Estado Liberal e o estado Social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos [Estado Liberal e Estado Social] têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo(BEHRING & BOSCHETTI. 2008. p. 63)”.

Behring e Boschetti (2008) discordam de Oliveira (1988) acerca da tese dos salários indiretos se configurarem enquanto antivalor. Entretanto, em incisões diferentes sobre a relação entre o Trabalho e a política social, mas de forma a enriquecer os apontamentos nesta dissertação acerca da Política de Assistência Social na atualidade no contexto brasileiro que se realizarão no capítulo três, temos um consenso entre os autores em questão junto à Chico Oliveira (1988) com a leitura de que essa forma de Estado Social, liberal social, ou a ampliação da social democracia se constituem como conquistas importantes para o Trabalho, uma vez que dentro da estrutura do Estado criou-se um espaço material para investimento na manutenção dos serviços sociais necessários ao trabalho. Os fundos públicos destinados aos serviços sociais e serviços públicos expressos em política públicas e políticas sociais representam lugar importante na possibilidade de efetivação de direitos, longe de significarem a extinção da expropriação e das violências, como nos elucida Oliveira (1988. p. 23)

“[...] Existe nessa constituição uma transformação das relações entre as classes sociais; não é que agora as classes sociais se subsumam no Estado, anulando a velha irredutibilidade entre Estado e Sociedade Civil, que, desde Hegel, é a grande revolução burguesa. O ponto essencial é que as relações entre as classes sociais não são mais relações que buscam a anulação da alteridade, mas somente

se perfazem numa perequação — mediada pelo fundo público — em que a possibilidade da defesa de interesses privados requer desde o início o reconhecimento de que os outros interesses não apenas são legítimos, mas necessários para a reprodução social em escala ampla. A democracia representativa é o espaço institucional no qual, além das classes e grupos diretamente interessados, intervêm outras classes e grupos, constituindo o terreno do público, do que está acima do privado. São, pois, condições necessárias e suficientes. Neste sentido, longe da desapareição das classes sociais, tanto a esfera pública como seu corolário, a democracia representativa, afirmam as classes sociais como expressões coletivas e sujeitos da história. Para tomar um caso concreto, quando alguma necessidade mais alta se coloca, como no caso de desativar certos setores industriais, as empresas não podem simplesmente despedir seus trabalhadores e empregados: essa operação é necessariamente precedida de negociações que visam a responder à pergunta de como salvaguardar os empregos e a renda daqueles que estão nos setores a serem desativados.”

De acordo com Behring (2008) o capitalismo começou a dar sinais de esgotamento do processo de acumulação no fim dos anos 1960. O consenso criado entre Estado e sociedade frente às necessidades de acumulação do capital tende a se esgotar na medida em que os sistemas de bem estar social vivenciados no interior dos países centrais se desmancham em atenção à demanda de desregulação do trabalho para atenção à nova fase de acumulação no capitalismo. Naquele período até à atualidade, a autora avalia que a maturidade do sistema fora alcançada, mas a possibilidade do caráter civilizatório do Capital havia se extinguido, o que ficou patente no desenvolvimento posterior, na acumulação flexível e em sua combinação com o neoliberalismo, com nefastas consequências para a classe trabalhadora, em um contexto de derrocada do socialismo real e de crise no horizonte das lutas sociais, e na disputa de projeto societário com a classe burguesa e face ao capitalismo globalizado e hegemônico no planeta. Parece-nos que há relação intrínseca entre a forma e reestruturação dos Capitais e da forma de produzir impetrada aos trabalhadores. Acerca deste assunto, traremos alguns apontamentos no capítulo posterior a este. Por agora, aproveitando o fôlego apropriado por este tópico, traremos alguns elementos acerca da questão social e a política social no Brasil em suas particularidades com o objetivo de estabelecimento de mais uma mediação aos apontamentos do último capítulo, acerca do panorama da política de Assistência na atualidade.

1.4 Política Social e Questão Social no Brasil.

“As políticas sociais se desenvolvem em articulação com a inclusão, a reprodução e a exclusão da mão de obra do processo produtivo e com as lutas sociais (FALEIROS, 2004. p. 37)”. Junto à esta assertiva de Faleiros, e aos apontamentos que já se construíram, temos a possibilidade de compreender que a relação existente entre políticas sociais e Questão Social

é orgânica e indissociável das marcações posta ao trabalho. A pesquisadora Josiane Soares Santos (2012), identifica que houve um enorme boom de pesquisas realizadas acerca das apreensões para a questão social, entendendo-a como fenômeno no real e que é de ordem mundial, mas que embora as compreensões de Netto e Iamamoto tenham em muito contribuído e dado um salto qualitativo gigantesco acerca do tema, pouco se produziu qualitativamente posteriormente, o que levou a um déficit de produção de conhecimento e análises que abarcassem as diferenças substanciais no processo de criação e expressões da questão social no Brasil, uma vez que a formação social brasileira se distingue em muito dos países de economia central. Orientada pelo cuidado em não se perder em uma análise generalista acerca do tema questão social, a autora conferiu prioridade à relação emprego/desemprego entendendo essa relação a resultante mais direta da “superpopulação excedente”. O que para o nosso objetivo é extremamente relevante, porque nos dispusemos a tecer considerações acerca de uma política social que na atualidade é direcionada às camadas mais empobrecidas, a quem o direito ao trabalho é inteiramente negado ou se acessado, em situações extremamente desfavoráveis.

As construções dessa autora são preciosas e minuciosas na atenção dada a formação social brasileira, parte do Brasil Colônia ao século XXI. Expondo de forma rica o papel protagonista do Estado para que a consolidação do modo de produção Capitalista se desse em território nacional. “É possível extrair dessa discussão, portanto, que a presença do Estado no Brasil é historicamente muito mais decisiva para a constituição do capitalismo que o costumam admitir os “liberais de plantão” (SANTOS, 2012, p.130).”

Diferentemente dos países de economia central, a inserção do Brasil no processo de acumulação de Capitais se dá historicamente de forma subalterna. Behring e Boschetti (2008, p 73-81) elucidam que dentro da singularidade da formação social brasileira, o peso de alguns pilares do capitalismo terem sido introduzidos dentro de uma conformação social colonial só se fizeram preponderantes após a constituição de um Estado Nacional, propiciando assim construções de processos com o intento de ruptura com a homogeneidade agrária. Disso, tem-se aí oportunidades de novos agentes econômicos, atendendo assim a necessidade de uma inédita sociedade nacional. Entretanto, “esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil (BEHRING & BOSCHETTI. 2008. p. p. 73)”. Com isso, as forças produtivas e o processo de trabalho no Brasil estiveram inseridos em moldes limitadores à possibilidade de um Estado de bem Estar Social. Um país que há

pouco possuía uma sociedade salarial pífia, baseando sua forma de produzir em latifúndios, mão de obra escrava negra e monocultura, está passos quilométricos na retaguarda dos países de economia central no que se refere a organização da classe dos trabalhadores. Enquanto, por exemplo, os trabalhadores europeus no último quartel do século XIX resistiam em processos de greve, construíam sindicatos e se organizavam em partidos políticos, com reuniões nas vilas operárias onde residiam, com pautas pela redução da jornada de trabalho. Os trabalhadores escravizados do Brasil tentavam se organizar nas sensalas, os mais resistentes nos quilombos contruídos e conquistados pelo interior do país. Mesmo após a libertação da escravatura, os aspectos estruturais e culturais do período não designaram uma sociedade urbano assalariada. Havia mão de obra abundante para uma constituição produtiva favorável e com a “industrialização restringida” dos anos 1930-1940, havia uma possibilidade de inserção de trabalhadores anteriormente escravizados a uma sociedade salarial. Contudo, optou-se pela importação de mão de obra europeia. O Brasil nunca foi pensado para a maior parte da população, os brasileiros nativos escravizados ou para os trazidos e reproduzidos de forma escrava. Genética e estruturalmente nos interligamos aos interesses europeus. Grande parte da população pauperizada e ex escravos não conseguiram se engendrar enquanto trabalhadores assalariados,

“ocorre que as características desse trabalhador, super explorado e sem direitos, próprios do meio rural de então, acaba por continuar se reproduzindo em sua cultura política, mesmo após sua transformação em empregado assalariado urbano. Sem dúvida que o processo de organização dos trabalhadores brasileiros foi impactado pela longa tradição escravista do país e pela ausência de antecedentes organizativo dos trabalhadores livres, de perfil predominantemente rural, no início do século XX. Isso significa dizer das dificuldades do processo de organização da classe operária, nesse momento de sua emergência (SANTOS, 2012, p.139).”

Se retornamos a Faleiros(2014), as lutas sociais, a organização coletiva dos trabalhadores se faz elemento preponderante para articulação de políticas sociais, uma vez que estas se localizam como expressão do tencionamento coletivo do trabalho frente ao processo de exploração do Capital. Para Santos (2012. p. 138-149), os contornos do modo de produzir capitalista no caso do Brasil, se expressam de forma historicamente determinada. Sendo os processos de “modernização conservadora”, “revolução passiva” e a intervenção do Estado, elementos fundamentais à compreensão das particularidades da questão social brasileira. Em consequência, a formação da política social ofertada e construída, também.

A questão Social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos ao mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira

década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING & BOSCHETTI. 2008. p 78).

Entretanto, as políticas sociais implementadas só se destinavam a uma restrita população inserida no mercado formal de trabalho para categorias profissionais específicas, sem o desenho de uma perspectiva universal. Representando assim, “ a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – Como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditaduras [...], que as instituem como tutela e favor (idem, p. 79)”. Em concordância às análises das autoras (2008), pactamos com o sentimento e compreensão de que há na constituição dos direitos sociais e políticas sociais no Brasil uma real instabilidade em sua efetivação e construção, expressando assim suas fragilidades acompanhadas de uma espécie de “instabilidade institucional e política permanente (idem, p. 79)”, caracterizando assim um solo de relações areento para um desenho de pactos sociais duradouros e inalienáveis.

Com isso, a política social brasileira – que se relaciona intrinsecamente com esse desenho inconstante – se constituiu restrita e fragmentada, com traços excludentes de alcance e condicionalidade restrita de acesso, “o famoso marco do pós -1930, segundo o qual a “questão social” teria deixado de ser “caso de polícia” e se tornado “caso de política” não pode ser tomado ao pé da letra (SANTOS. 2012 p 140. Grifos da autora)”. Behring e Boschetti (2008) convergem com Santos (2012) acerca disso. Entendem que mesmo com as possibilidades postas à garantia de direitos sociais com a constituição de um Estado Nacional, o ranço escravista coercitivo ressoa até os dias atuais na formação social brasileira e na consolidação das relações de trabalho no país. Representativo a isto, estão as conformações do Estado nas ditaduras explícitas do passado e na ditadura velada do tempo presente¹⁴. Estes elementos que atingem a constituição das políticas sociais, se fazem cristalinos no mundo do trabalho no período que Santos (2012. p. 161-171) reconhece como o “fordismo à brasileira” ocorrido na ditadura dos anos 1960-1980. Pontua suas principais características atreladas a uma rígida repressão da atividade sindical e política – que implicou em uma quase aniquilação das possibilidades de organização dos trabalhadores. Arbitrariedade e negação em garantir a

¹⁴governos pós - golpe de 2016, que germinalmente vem trazendo militares no comando de ministérios, cerceamento às atividades de investigação e socialização de informações pela mídia de massa, ataque às universidades, nepotismo desvelado, aparelhamento de órgãos do governo, censura da cultura, naturalização das violências, discurso policiaisco e de ódio frente a invenção de uma surreal ameaça comunista em curso. Talvez, os mecanismos de violências, o caráter coercitivo esteja mais requintado que nos anos anteriores, mas significam ainda a forte relação histórica da formação social brasileira frente às demandas do processo de acumulação.

elevação do salário mínimo legal- alcançada na legislação trabalhista constituída no período Vargas, somado ao congelamento de salários dos trabalhadores do setor público e do setor privado para controle da inflação. A cereja do bolo, a substituição da estabilidade por decênio trabalhado pelo regime do FGTS. Essas medidas somadas pretendiam e conseguiram, gerar possibilidade de uma maior rotatividade de trabalhadores em espaços sócioocupacionais diferentes. O que se traduz na realidade material do trabalhador em insegurança e submissão a violações em favor da garantia de que houvesse a compra de sua força de trabalho. Além de atender aos interesses do capital financeiro, porque “ o FGTS também é manipulado pelos governos em prol do Capital, sob a forma de vários investimentos, por consistir num volume significativo de recursos e prazos bastantes largos (SANTOS. 2014. p 165).”

A tese de Santos (2012, p. 162), consiste em “[...] que a flexibilidade e precariedade do regime de trabalho no Brasil se reproduzem mais intensivamente sob as condições instauradas no “fordismo à brasileira”, conformando uma particularidade decisiva na caracterização do desemprego como expressão da “questão social” no Brasil. Discute o desemprego situado com o regime de trabalho e o sistema de proteção social. Inferindo que o desemprego estrutural na economia brasileira é alcançado no auge da “industrialização pesada”. Uma constatação extremamente lúcida e importante para que alcancemos nosso objetivo de tecer considerações acerca da política de Assistência Social na atualidade. Uma vez que o que se segue em busca é a explicitação dos ataques frontais ao sistema de seguridade social na atualidade, evidenciando as implicações desse processo para a política de Assistência Social. A pesquisadora (2012) atribui ao fato do processo de industrialização pesada se localizar em um momento político antidemocrático, a inviabilidade das possibilidades de consolidar-se um “fordismo clássico”, perdendo assim, capacidade de “pleno emprego”, estabilidade de emprego, participação nos lucros para os trabalhadores, de tensionamentos positivos pelas entidades de classe, ocorreu-se o oposto. Se em algum momento houveram possibilidades materiais no ramo da produção de consolidação de um sistema de seguridade social em um Estado de bem Estar, acredito, junto com Josiane Soares Santos, que tenha sido ali. Contudo, não há possibilidade na realidade de isolarmos determinado elemento e o apreciarmos isolado das demais determinações. Com a austeridade do regime ditatorial tanto no plano econômico como no plano social, para a autora (2012) o período se instaurou para o trabalho como marco de sua precarização estrutural desenhada sobre uma política social igualmente fragilizada.

Finalizo esta seção com o agradável sentimento de ter estabelecido suficientes subsídios para que possamos avançar no intento de tecer considerações acerca da Política de

Assistência Social na atualidade, em um cenário que para os trabalhadores brasileiros há um horizonte de exploração desumana do trabalho, sobre a égide de um desemprego estrutural, em que conforme até aqui analisado há precariedade de vínculos e dos postos de trabalho e a resposta dada pelo Estado brasileiro está em arquitetar suas estratégias de intervenção e enfrentamento às expressões da questão social sofrida pelos mais expropriados com o instrumento da política de Assistência Social orientada a operar via organizações da sociedade civil, o que se desdobra em enormes perdas para o Sistema Único de Assistência Social, seus usuários e os trabalhadores que lhe dão vida.

CAPÍTULO 2: CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

A condição desumana imposta pelo imperativo do trabalho assalariado no Capitalismo diz respeito a uma estrutura de sustentação e legitimação desse processo. O Estado burguês, é um elemento estruturalmente imprescindível ao processo de acumulação. Cumpre uma função de regulamentação, legitimação e poderíamos até dizer, respaldo à acumulação capitalista. Como constatado no capítulo anterior, o processo de expropriação a medida que produz riqueza produz também uma massa de expropriados, e ao Estado burguês é demandada a tarefa de articular interesses inconciliáveis que se tensionam e se encontram dialética e contraditoriamente. É no Estado que se centram as reivindicações das classes, é para o Estado que é direcionada a tarefa de acalmar os ânimos dos extremamente explorados pela via da Política Social e direitos sociais. Para atingirmos nosso objetivo de discutir as implicações para a política de Assistência Social e para o SUAS com a ampliação do uso de Organizações Sociais (OSC's) propiciada pela conjuntura atual, faz-se necessário que compreendamos as atribuições requeridas e o comportamento assumido pelos Estados em uma conjuntura de crise estrutural do Capital. Assim, concordamos com Mészáros,

A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloqüente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontornabilidade. Na verdade, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados (MÉSZÁROS, 2009, p.11).

Mészáros se refere a financeirização do capital, em que há a expansão de grandes agências financeiras. A crise de acumulação dos anos 1970 se apresenta de forma crônica e estrutural – sem possibilidades de superação dentro do metabolismo do sistema, o que não significa que seja um sinal de falência imediata do sistema, sinaliza, entretanto, que a partir do referido período, a natureza e o Homem passam a ser explorados em patamares estrondosos. Mészáros (2002), analisa ainda que no nível de desenvolvimento do capitalismo na

contemporaneidade, para a continuação da expansão rompe-se com o valor real criado e apoia-se em uma esfera paralela, melhor, descolada da produção, realizando uma criação de valor fetichizada, uma vez que os valores só são criados a partir da interlocução Homem-Natureza. "Nessa esfera, o capital aparece como se fosse "ovos de ouro", isto é, como se capital-dinheiro tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção (IAMAMOTO,2010,p.109)".

Concordamos com Iamamoto, e a partir das análises realizadas no capítulo anterior, apreendemos com Marx que os valores são provenientes do trabalho, assim, não existe uma esfera alternativa, descolada dessa materialidade, mas uma invisibilidade, um encobrimento do processo exploratório do trabalho pelo capital, intensificado pela acumulação flexível, no processo de reestruturação produtiva após o esgotamento do modelo taylorista-fordista Antunes(1999). Há uma sofisticação na apropriação da riqueza socialmente produzida, alternativamente cria-se essa esfera de significado fetichizado, indicando uma geração de lucros de forma autônoma, significada em si mesma. A esfera das finanças, esse engodo de criação suspensa do âmbito da produção, conforme nos indicam Kindleberger e Aliber(2010)¹⁵, nos possibilita explicitar que as estruturas que sustentam essa sociabilidade estão em lapso (e assim atestam as contínuas "bolhas" e "crises" financeiras). Para que se sustente no campo das relações reais, o capitalismo financeiro necessita do Estado, de um "organizador da abstração", com isso, este é chamado ao papel de encenar e suprir a necessidade de acumulação, implementando ajustes fiscais "para o bem de toda sociedade".

Faz parte do modo operante do Estado dentro do processo de exploração realizado pelo Capital, redimensionar o cerne da crise, para continuidade do processo de acumulação. Para tanto, o Estado se configura como escudo do processo de exploração, a crise está no processo de exploração do trabalho (na continuidade de extração do mais valor, dada a complexidade da relação entre tecnologia e trabalho vivo com impacto na diminuição das

¹⁵ Maílson da Nóbrega, Economista e ex-ministro da Fazenda, relata no prefácio do livro MANIAS, PÂNICOS E CRISES - Uma história das crises financeiras(2010), que sempre acontece depois das grandes crises financeiras a necessidade dos reguladores e os legisladores apressarem-se em redesenhar as normas (que ficam resguardadas pelo Estado) buscando, assim, evitar a repetição de falhas regulatórias do governo e do comportamento imprudente e mesmo irresponsável dos participantes do sistema financeiro. Considera assim, a mais destacada dessas inovações institucionais a Lei Dodd-Frank, aprovada em julho de 2010 pelo Congresso dos Estados Unidos. Em sua edição de 18/2/2012, a revista The Economist mostrou como leis desse tipo se tornam crescentemente copiosas. "A lei que instituiu o sistema bancário em 1864 tinha 29 páginas; a que criou o Federal Reserve em 1913 tinha 32 páginas; a que reestruturou o sistema financeiro norte americano após a crise de 1929 – a chamada Lei Glass-Steagall – ocupava 37 páginas; a lei Dodd-Frank tem nada menos do que 848 páginas. Esse relato é uma mostra de que a abstração tem necessidade de reinvenção constante e de que, na atual conformação do capitalismo, se desfazer dessa esfera é inconcebível, haja vista a necessidade dessa esfera alternativa para continuidade e manutenção do sistema

taxas de lucro, limites estruturais na reprodução do capitalismo), mas para que haja viceralidade de continuidade de engendramento do sistema, o Estado burguês desloca ideologicamente a crise do ramo da produção para o ramo da regulamentação do trabalho.

Para Antunes(1999) e Harvey (2008), a crise atual se expressa através do esgotamento das possibilidades do binômio fordismo¹⁶ – keynesianismo junto a reestruturação produtiva, contornando um cenário grave com implicações abrangentes não apenas na esfera produtiva, mas sobretudo nas relações societárias.

O contexto político e social no qual emerge a necessidade de reforma dos Estados tem como eixo a crise global do capitalismo e suas transformações na esfera produtiva e, conseqüentemente, no modo de vida da classe trabalhadora. As organizações internacionais, majoritariamente representadas pelas nações hegemônicas desenvolvidas, incidem diretamente nas agendas dos Estados nacionais caracterizados como nações secundárias (de economia dependente), face à ordem econômica mundial. De acordo com Simionatto (2009), essas relações dão-se, muitas vezes, de modo coercitivo e impositivo, em que a aliança tecnocrática transnacional prevê a racionalização dos investimentos na área social através de uma figura de Estado mínimo para as questões sociais e amplo incentivo à iniciativa privada, bem como a influência direta de organismos mundiais sobre as funções do Estado, na economia, no mercado e em todo o conjunto social. É perceptível a extrema importância do papel dos Estados frente ao processo de acumulação global. Mesmo nos períodos de maior “prosperidade” para o trabalho, concordamos com Behring (1998 apud BEHRING.2008, p.150) em demarcar que o Estado de Bem Estar Social vivenciado pelos países centrais, foi claramente uma reforma, “uma tentativa temporal e geopoliticamente situada de combinar

¹⁶ Conforme Harvey (2008), Henry Ford lança uma nova conformação no mundo do trabalho, altera a produção em direção ao consumo em massa. Essa finalidade altera profundamente o modo de produzir mercadorias, uma vez que pressupõe a necessidade de intensificação e aumento expressivo da quantidade de trabalho investido usando como tática o parcelamento de atividades. Em meados da década de 1940, o sistema de produção de Ford- o fordismo – alcança maturação se mantendo como modelo referencial por mais de três décadas. Os países centrais nesse período alcançaram grandes índices de desenvolvimento tanto para o capital quanto para o trabalhador, que ganha poder de compra. O trabalho alienado até então nunca tinha se mostrado ao trabalhador em uma face tão excludente no que se refere a conexão entre quem produz e o que é produzido. O sistema de Ford pressupunha a fragmentação de atividades, produção em série com mediação da linha de montagem. O trabalhador não participava do todo, não se aproximava do planejamento e tinha contato apenas com o seu fragmento do processo de confecção da mercadoria. A repetição de atividades era normativa, o controle do processo era inteiramente destituído do trabalhador, o corpo não podia meramente controlar a velocidade ou o ritmo em que se movimentava. Nesses termos, não era necessária demasiada qualificação para o trabalho. Conforme Antunes (1999) aponta, esse tipo de trabalhador foi conhecido como “operário massa”, uma designação que qualificava o trabalhador que se submetia por horas em movimentos repetidos e milimetricamente controlados, semiqualeficado e inteiramente destituído de participação na elaboração do processo de trabalho. Uma engrenagem que realizava trabalho controlado por forças externas a sua capacidade de inferir finalidade.

acumulação e diminuição dos níveis de desigualdade. Com alguma redistribuição de renda”.

Em um contexto de globalização do Capital, a reforma dos Estados voltam-se para favorecer o processo de acumulação através da busca pelo aumento da lucratividade dos setores vinculados à produção. A partir dessa premissa, há o abandono do controle político pelos Estados nacionais e diminuição gradativa da sua atuação frente as demandas sociais. Os Estados passam a ter como prioridade o atendimento aos setores sociais fundamentais, e, ao restante das massas, cabe o papel da filantropia e das ações caritativas. Com isso, há uma considerável diminuição do “tamanho” do Estado, tornando-o mínimo para as questões sociais.

Nesse contexto, para a superação do cenário crítico, o Estado seria forte em sua instância coercitiva, controlando sindicatos e enxugando gastos com políticas sociais e injetando dinheiro na produção de capitais do mercado financeiro. Os Estados deveriam se comprometer a estabilizar a taxa monetária. Para tanto, **a suspensão dos investimentos no bem-estar** foi a escolha. Ruir com os sindicatos, foi uma das consequências dessa escolha, o desmantelamento das estruturas que compunham o "pleno emprego" resultou numa enorme população flutuante. Em cada território as medidas e mediações para a construção da proposta neoliberal foi distinta, e o objetivo central desse processo, inicialmente se constituiu como objetivo de derrubar a social democracia fortalecida no período de bem-estar social nos países de economia central, conforme analisa Perry Anderson (1995).

A proposição de Estado mínimo pelo capital é apresentada com a justificativa de que a causa raiz da recessão se encontra no desperdício de dinheiro gasto com o bem estar social. Nessa formulação, que foi denominada e difundida como “neoliberal”, os programas sociais devem ser revisados, uma vez que renda, bens e serviços ofertados pelo Estado são também uma afronta aos interesses das liberdades individuais. Cabe destacar, junto a Pereira (2018 p. 57), que a condição da classe trabalhadora frente as determinações do Estado em um alinhamento neoliberal tornam-se outra.

“podemos aludir que a flexibilização das relações de trabalho aponta para uma perda dos direitos dos trabalhadores, o que provoca uma desestruturação da antiga relação de trabalho e uma busca do capital por se reestruturar contra o trabalho organizado, gerando na classe trabalhadora uma série de inseguranças e causando uma crise de pertencimento social, ou seja, de ter ou não um lugar no mercado de trabalho.”

Com isso, a acumulação flexível engendrou uma diferenciação na inserção dos trabalhadores na esfera produtiva, dividindo-os entre aqueles com alta qualificação e boas

condições de trabalho e aqueles cuja exigência dos postos de trabalho são de baixa qualificação e condições de vínculo instáveis e precarizadas (contratos temporários, salários baixos, sem cobertura social: acesso à saúde, previdência e educação). No tópico que segue, vamos analisar a relação entre o Estado Neoliberal e a Reestruturação produtiva em seus aspectos gerais.

2.1. Reestruturação produtiva e Estado neoliberal: a Política Social possível

A combinação de formas de extração de mais valores são distintas nos diferentes momentos históricos do processo de acumulação capitalista. Analisar a conformação do trabalho na atualidade é uma questão importante para que alcancemos a compreensão da constante desumanização do Homem frente a este sistema de acesso desigual aos bens e serviços, diz respeito ainda, sobre a intensidade assumida das expressões da questão social.

Analisando a concepção marxiana do Estado, percebemos que ele emerge por uma demanda da produção capitalista. Com isso, para que o trabalho aliado se sustente e se legitime frente aos trabalhadores, em diferentes momentos do processo de acumulação e expropriação o Estado é convocado a legitimar os processos estratíficos de mais valia, utilizando-se de seu arcabouço legislativo, que regulamenta a relação capital versus trabalho. Sendo chamado a flexibilizar direitos sociais conquistados nos países que atingiram o Estado Social, adaptando o arcabouço legislativo estatal em direção a validar o processo de exploração enquanto acontecimento necessário à sobrevivência do próprio trabalho.

O processo de reestruturação produtiva, iniciado nos anos de 1970 transforma drasticamente o mundo do trabalho. Conforme Harvey (2008), os elementos que compõem esse novo arranjo e que incidem de forma direta nas relações de trabalho seriam: a diminuição do trabalho no setor fabril das economias que estavam já em processo avançado de industrialização; a mundialização e internacionalização de capitais; **crescimento do ramo de serviços** (reflexo da diminuição do chão fabril); migração do capital para regiões do globo em que as forças produtivas não haviam ainda se desenvolvido plenamente, portanto com maior índice de desregulação do trabalho - mão de obra barata/maior possibilidade de extração de mais valores; a flexibilização pressupõe ainda o trabalho por metas, para maior extração de valores passa-se a utilizar os avanços técnicos científicos como insumo para produção em detrimento de mão de obra humana, objetivando intensificação da exploração de mais valia relativa.

Em Antunes(2005), como resultado da reestruturação produtiva e de todo o conjunto de iniciativas de gestão do trabalho do tipo toyotista, de origem das fábricas automobilísticas japonesas, inaugurava-se uma classe que expressava em sua essência, características transplantadas das conformações imanentes do processo de trabalho. Heterogeneizou-se, fragmentou-se e complexificou-se. Segue avaliando que tais características materializam-se enquanto segregadores do processo de formação de consciência de classe. O trabalhador submetido ao novo regime de forte flexibilização e baixa seguridade, possui dificuldades de se reconhecer enquanto trabalhador assalariado e explorado. Com isso, as instâncias sindicais sofrem profundo esvaziamento qualitativo e quantitativo. Dentro da nova ordem burguesa, o processo de cooptação sindical fica ainda mais acirrado, haja vista a naturalização da alienação ocorrida em ambiente produtivo. Colocando em questão, inclusive, se os sindicatos das categorias representam os interesses dos trabalhadores ou do patronato¹⁷. Para Alves(2019, p.03)

“O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação – e neutralização – do seu “intelectual orgânicos” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de neutralização político-ideológica da classe operária no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.”

Sem sombra de dúvidas é muito impactante para os trabalhadores dentro da instância da luta de classes, a cooptação dos líderes sindicais¹⁸, bem como a utilização desta instância organizativa enquanto mera ferramenta institucional inscrita na ordem burguesa, a serviço da

¹⁷ Recomendo o filme TOUT Va Bien. Direção de Jean-luc Godard Jean-pierre Gorin. Produção de Jean-pierre Rassam, 1972. (95 min.), VHS, son., color. Legendado.

¹⁸ “O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação–e neutralização –do seu “intelectual orgânico” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de neutralização político- ideológica da classe operária no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical. (ALVES. 2019. p05)”

lógica de acumulação, com possibilidades ínfimas de vislumbrar um projeto societário que extrapolasse a sociabilidade capitalista. Menos que isso ainda, que consigam se posicionar coletivamente frente a perda de direitos sociais adquiridos anteriormente.

O avanço técnico científico alterou significativamente diversos setores, requisitando trabalhadores qualificados. Contudo, a apropriação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo agravou o cenário de desemprego, a proporção entre capital variável e capital constante sobremaneira se desproporcionalizou, configurando-o enquanto estrutural o que significa dizer que dentro da lógica de produção capitalista um contingente enorme de trabalhadores teve, e ao longo da história desse modo de produção continuará tendo, o direito ao trabalho, negado. Aos que são absorvidos pelo mercado formal e informal de trabalho, há o legado de vínculos frágeis, condições de trabalho precarizadas e desqualificadas, Antunes (2005).

Ao que parece, quanto maior a expansão capitalista, sem freios e regulamentações (acaltelada pelo Estado), maiores e mais degradantes serão os impactos sobre as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora. A esfera da produção foi alterada fortemente, uma expansão do ramo de serviços aconteceu e no chão de fábrica, refinado pelo avanço científico, houve a abertura de cargos não produtivos, aqueles que não geravam valores diretamente, mas que dentro da sistematização do trabalho possuíam influência no potencial de extração de mais valores. Esse processo absorveu mão de obra, no plano imediato, minorando o desemprego. Entretanto, em médio prazo acentuou-o na medida em que a produção de conhecimento desses trabalhadores se refinava em direção a meta de “fazer mais com menos gastos”.

Contudo, o trabalhador é mercadoria mas também sujeito social. Descoincidentemente das demais mercadorias, exige trato próprio. Não se insere apenas no âmbito da produção, perpassa todas as etapas do processo de acumulação enquanto sujeito coletivo. A frase épica, disposta no Manifesto do partido Comunista, no fim do século XIX: “A história de todas as sociedades até os nossos dias é a história da luta de classes” é decifrada pela sensibilidade acertiva de Martinelli (2013. p.1):

“São palavras que expressam camadas de história, intensos processos de lutas e enfrentamentos da classe trabalhadora contra a burguesia, ao longo de décadas dos séculos XVIII e XIX, e que, no entanto, ecoam em nossos ouvidos ainda hoje como a convocar-nos para mantermos firmes e perseverantes na luta contra a exploração do trabalho.”

Conforme indicamos no capítulo um, para Marx, as relações socioeconômicas são a

base material a partir da qual todas as sociedades se organizam historicamente. Se por um lado o Estado emerge enquanto necessidade da classe burguesa, por outro, a fim de dar conta das demandas do Capital, não pode e não consegue atender ao Capital, senão atendendo concomitantemente – não igualmente – aos interesses do Trabalho. No neoliberalismo, isso tem significado atender minimamente à necessidade de reprodução social dos trabalhadores, como expressam as políticas sociais focalizadas no combate à miséria e à fome, fenômenos constantes e dissoantes, da riqueza produzida nesta sociedade.

Podemos apreender a partir de Behring (2008,2010), Pereira (2018), Draibe(1993,2003) que o Estado burguês possui uma estrutura direcionada a propiciar que os ciclos de acumulação do Capital se desenvolvam. A cada novo ciclo no âmbito da produção, há demandas novas para o Estado, que é a esfera “reguladora” e propiciadora de determinadas condições necessárias para o processo de exploração do trabalho, e de arranjos jurídicos que legitimem para o todo Social, as necessidades do processo de acumulação, expressas como universais. Para o desmonte dos sistemas de seguridades criados nos anos anteriores à crise estrutural, o capital demanda do Estado uma flexibilização, uma reforma no conjunto legislativo que protegia o trabalho (a qual fora o resultado das lutas de classes empreendidas no século XX). Tal requisição do capital atendida pelo Estado, configura-se no neoliberalismo.

As demandas por lucratividade no decorrer dos anos 1970 a 1980 são marcadas por uma intensificação de investimento do Capital em tecnologia e reimplantação do liberalismo econômico. Nessa nova forma produtiva, forja-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico. Há também uma combinação entre trabalho extremamente qualificado e desqualificado.

No intuito de aglutinar a mão de obra excedente decorrente do desemprego estrutural, os vínculos empregatícios se inserem numa linha tênue de formalidade e informalidade, na medida em que os empregos temporários, subempregos com vínculos frágeis e trabalhos por temporada são disseminados. Esta configuração do mercado de trabalho revela uma processualidade contraditória que combina a desproletarização com aumento do assalariamento por metas (Antunes,1996). E no controle das manetes desse “jogo sujo”, os Estados realizam reformas sobre os sistemas de seguridade Social.

O Estado na sociedade capitalista é importante na vida dos sujeitos sociais expropriados do sentido genuíno do trabalho. Entretanto, o interesse do Estado burguês sobre o trabalho diz respeito estritamente à manutenção de peças funcionais. É um sistema de coisas, não de pessoas. Sobre isso, vale a pena trazer esse sentido da coisificação, segundo Bottomore (1983 p. 314) na tese de Pereira (2018 p.79)

“[...] significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com o mundo das coisas. A coisificação ou reificação é um caso especial de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.”

E sobre isso, temos a dizer que caminhamos hoje sobre o aporte da acumulação desmedida, o Homem é senão “coisa” de importância mínima para o capital e para o Estado que o legitima, nada mais que o necessário para que os ciclos de acumulação se reengendrem. Com isso, as formas de proteção social da vida, expressas em políticas sociais, tendem a se conformar cada vez mais precarizadas. Precariza-se o trabalho, precarizam-se as políticas sociais. Não há interesse nas condições da humanidade, portanto, não há interesse nas condições em que o trabalho (mediação indissociável da condição humana junto a Marx e Lucács) é realizado e quais seus desdobramentos em âmbito social. Ofertam à classe trabalhadora o mínimo para que continue sendo útil ao sistema, não há outra importância significada que não essa.

A ideologia neoliberal afirma que a sociedade é configurada por meio de escolhas e responsabilidades individuais, por meio das quais são estabelecidos contratos e acordos. Porém, desde os tempos mais remotos do início de formação da sociedade capitalista, conforme análises do capítulo 1, condições precárias de trabalho, resultado da desigual relação entre os indivíduos são expostas e denunciadas pelas lutas operárias. Aos poucos, por meio dessas lutas, os trabalhadores foram conquistando algum tipo de amparo legal e estatal com a legislação fabril, como aponta Filgueiras(2007), mesmo que, na prática, ela tenha sido desrespeitada pelos empresários.

A políticas sociais são compostas de uma base econômica indissociável e estão totalmente ligadas ao processo econômico em andamento. As políticas Sociais essenciais representadas nos serviços, programas e projetos ofertados à classe trabalhadora ficam condicionadas à disponibilidade do fundo público dos Estados nacionais. Com a financeirização do capital, agências transnacionais do capital financeiro tecem condicionalidades de ajuste fiscal, direcionando que houvesse contenção de gastos com políticas sociais a fim de que se mantivesse o gasto primário dos governos em superávit. O que significa dizer que os Estados devem sacrificar os direitos sociais conquistados nas lutas de classes a fim de que sobre mais dinheiro para amortização da dívida pública(Behring.2008,

2010) e Pereira(2018).

No Estado Neoliberal, a previdência social deve se manter inscrita numa concepção de seguro social mediado por agências privadas especializadas, "reduzindo a universalidade e os graus de cobertura de muitos programas sociais, assistencializando - isto é, retirando do campo dos direitos sociais- muitos dos benefícios e, quando puderem, privatizando a produção, a distribuição ou ambas as formas públicas de provisão dos serviços sociais (Draibe,1993 p92)". A autora(1993) analisa, ainda, o desmonte da seguridade social efetivado via focalização, descentralização e privatização dos programas sociais. Para a autora, a renda mínima compõe a estratégia de garantia dos mínimos sociais, com a oferta de dinheiro em detrimento a serviços e equipamentos, o acesso aos serviços ocorre pelo mercado, sem que haja investimento em construção de equipamentos públicos. Essa composição da política social propicia quase que de forma essencial a movimentação por parte da sociedade em criar formas alternativas de sobrevivência. Sendo a oferta de políticas sociais realizada massivamente pela força da ajuda mútua e redes de Organizações privadas sem fins lucrativos. "Certas experiências mostraram que, se assim levados a cabo, introduzem uma precariedade e descontinuidade muito grande na política social, tendendo aassistencializá-la, além de abrir amplo espaço à arbitrariedade dos que decidem sobre a "necessidade" dos beneficiários" (Draibe,1993p100). Os trabalhadores não são massacrados apenas no processo de exploração do trabalho em si, mas também no trato que recebem quanto às questões que perpassam a materialidade da vida.

Com isso, podemos perceber que as políticas são planejadas e realizadas não para que funcionem, mas para que pareçam funcionar, a estratégia está muito mais centrada no conteúdo ideológico do que na própria efetivação de resultados. Com o baixo alcance e inserida em moldes focalizados , entidades privadas da sociedade civil, são demandadas para contenção do evidente crescimento das expressões da questão social. Sendo as políticas sociais dentro do processo de acumulação, um complemento salarial, (Behring.2008, 2010. Pereira.2018), a redução de investimentos em políticas sociais implica diretamente em uma maior exploração dos valores gerados pelo trabalho, significando menor acesso a bens e serviços essenciais. O Estado não atrela política social a condições de vida da população trabalhadora, constroi os serviços como se fossem algo doado e não conquistado, elimina a relação instrínseca da dimensão econômica na realização de políticas sociais,tanto no discurso quanto na oferta dos serviços. É algo estarrecedor, mas afinal, estamos falando de um Estado que assumidamente toma partido dentro da luta de Classes, e esse se configura como Neoliberal.

Por hora, o que nos vale sinalizar nessa construção de identificar a relação existente entre o Estado Neoliberal e a precarização do trabalho e da política social, é remeter ao aspecto material do processo. As Políticas Sociais exigem investimento sem recursos humanos e materiais e como estão inclusas dentro do aparelho do Estado, demandam esse fundo público disponível para que se realizem aos trabalhadores. Entretanto, dentro das determinações do mercado financeiro os Estados devem sacrificar investimentos no trabalho em favor do capital (Behring,2008,2010.Pereira.2018). Vejamos a seguir, a particularidade do Brasil neste processo.

2.2 Reestruturação Produtiva (1990) e Neoliberalismo no Brasil

No artigo, dialética da dependência de Ruy Mauro Marini de 1973, republicado em 2017, extraímos considerações importantes acerca da relação do Brasil mediante o processo de acumulação nessa era globalizada do capitalismo. Vejamos,

“A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais- valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da *desvalorização real da força de trabalho*. Sem aprofundar a questão, é conveniente fazer aqui algumas precisões que se relacionam com nosso tema [tema do Marini].Essencialmente, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. *Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores— ou seja, uma mais-valia extraordinária.*” (MARINI, 2017p. 328- 329 grifos nossos)

Na tentativa de uma leitura imanente, podemos considerar que para Marini (2017), a relação da América Latina dentro do circuito mundial de acumulação se insere em uma

estrutura condicionada à divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento da região. Assim, é uma condição impetrada aos países latino americanos essa situação de subalternidade às nações de economia central. "Em outros termos, é a partir de então¹⁹ que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2017 p.327)".

O autor anuncia que com o aumento da produtividade, pelas revoluções técnico-científicas, "o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor". Relacionando isso a teoria do valor de Marx em que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e ao fato de que no Brasil não vivenciamos ainda nos dias atuais avanços técnico científicos compatíveis aos dos países centrais; e que conforme Quijano(2005) não obteremos, a possibilidade de inserção do trabalho realizado no Brasil, no circuito mundial²⁰, terá assim a necessidade de se configurar ainda mais explorado que quando comparado com os países centrais para que se engendre de forma competitiva no circuito mundial da produção, demandando aqui, assim, processos de extração de mais valores em condições subhumanas, o que nos remete a visualizar empregos, subempregos e trabalhos gravemente desprotegidos de legislaçãotrabalhistas.

Aníbal Quijano (2005), apresenta o conceito de colonialidade do poder que refere-se a um processo que tem gênese na constituição da América e do capitalismo em protoforma colonial relacionado a centralidade europeia em um novo padrão de acumulação mundial. O autor afirma que "o capitalismo mundial foi, desde o início colonial/moderno e eurocentrado"

¹⁹ "A partir "da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra.(MARINI, 2017 p .327)"

²⁰"Essa divisão do trabalho entre regiões é manipulada pelos Estados nacionais mais fortes, de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre as etapas dos processos produtivo e comercial que proporcionam a maior absorção do excedente gerado em uma cadeia mercantil.(Arienti e Filomeno,2007, p107) "O conceito centro periferia explica a transferência de excedente gerado pela produção de determinadas atividades para outras atividades que fazem parte da cadeia mercantil e estão concentrados em uma dada região" (Arienti e Filomeno,2007, p108).

(Quijano, 2005 p. 120). Argumenta que o processo de colonização deixou contornos, ainda atuais, que corroboram para uma lógica funcional à manutenção do modo de produção capitalista. Uma questão importante a se demarcar, junto a Quijano (2005) é que a dependência não se dá apenas dos países subalternos para os países centrais, é isso e também o contrário. Os países de economia central necessitam dos países de economia periférica para se manterem enquanto centrais

Alinhadas com esses autores, questões se colocam para o momento atual do processo de acumulação e para o alcance do objetivo dessa dissertação. Com a era financeirizada sobre a qual caminhamos, em qual instância se realizará a materialidade dessa subordinação enraizada? Qual esfera se encarregará de criar os meios necessários para o processo de expropriação de valores? Uma hipótese plausível, levantada por Behring (2010), consiste em indicar que a comunicação direta dessa relação subalterna se dará pela subordinação do fundo público dos Estados dependentes aos interesses dos países centrais, que conforme Marini (2017), é uma condição histórica. O que nos faz pensar também, em que medida essa nossa condição subalterna nos implica capacidade de escolha quanto aos projetos políticos e para as políticas para o Brasil em um Estado dito democrático, mas que se engendra na economia global com essa mecanicidade engessada e constituída sobre o aporte dessa dependência orgânica.

Giovanni Alves (2009), avalia que a precarização do trabalho se constituiu enquanto um processo intrínseco ao novo metabolismo social que se manifesta na reestruturação produtiva do capital e da conformação do Estado neoliberal no Brasil. Analisa que a base objetiva da precarização do trabalho se caracteriza pela intensificação e alargamento da exploração da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalhadores e de resistência sindical-corporativa; e pela fragmentação social das cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego estrutural.

A experiência da precarização do trabalho no Brasil emerge numa textura histórica específica, "Na medida em que se rompem resistências sociais e políticas do trabalho organizado (politicamente, com a derrota da Frente Brasil Popular, em 1989; e socialmente, com a desagregação social da classe em virtude da recessão da economia sob o governo Collor), ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da sua precarização, constituindo o que denominamos de síndrome da precarização do trabalho, complexo objetivo de determinações que dão origem, na década de 1990, às experiências vividas e às experiências percebidas da precarização do trabalho. Eis o

sentido da globalização—a partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe do trabalho que marca a nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial(ALVES,2009,p190)."

Giovani Alves analisa que os impactos do governo Collor, expressos em recessão, desemprego total, expansão do trabalho informal e terceirizado, somado às influências do contexto externo de Queda do Muro de Berlim, em 1989, e fim da URSS, em 1991, que tomaram contornos de fortalecimento, na mídia cooptada, pelos interesses do ideário de derrota das forças de resistência ao Capital monopolista, expressa uma reafirmação do compromisso político do Estado com o capital internacional, que gerencia a organização do Estado Brasileiro mediado pelo descompromisso com o trabalho em favor da financeirização.

É nesse contexto que os países Latino- Americanos tornam-se alvo da agenda de flexibilização do Estado e do Trabalho. O Brasil, alinhado ao consenso de Washington, que significou um conjunto de ajustes macroeconômicos orientados por intuições como Banco Mundial e FMI- Fundo Monetário Internacional, aderiu às orientações²¹ do Capital financeiro e ordenou a Privatização do setor de telecomunicações-Telebrás; Privatização da Companhia Vale do Rio Doce; Flexibilização do monopólio do Petróleo - Lei do Petróleo (Até então a exploração do petróleo no Brasil era monopólio da União, que o exercia através da Petrobrás); Privatização de Bancos Estaduais; Lei de Responsabilidade Fiscal e Câmbio Flutuante, um regime de Metas de Inflação - o regime cambial e a política monetária baseada em regime de metas de inflação foram adotados no Brasil em 1999, e são responsáveis diretos pelo "controle da inflação" e pela ampliação da competitividade da economia brasileira, via submissão aos organismos de controle do Capital financeiro. Com a privatização das estatais, emerge o crescimento do setor de serviços no país. E sobre isso, podemos atestar que a atividade de trabalho no setor de serviços compõe-se por uma fragmentação na divisão de atividades do trabalho, a mesma finalidade que era processada e realizada por um trabalhador com determinado grau de especialidade, passa a ser realizada por um número maior de trabalhadores com capacidade técnica reduzida e conseqüentemente com salários mais baixados. Trata-se de um setor em que o processo de trabalho agudiza e encobre a percepção do caráter exploratório do trabalho na sociedade capitalista, invisibiliza a

²¹Disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual.

possibilidade de reconhecimento entre meios e fins nas atividades, o que toca diretamente na capacidade de compreensão e articulação de classe.

Para Alves (2009), a nova postura do grande capital consistiu em descentralizar o processo de negociação e flexibilizar os conteúdos dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Demarcando que um dos elementos objetivos de ampla significação que marcam a precarização do trabalho no Brasil foi a perda – no imaginário social – de referentes. As massissas privatizações incorrem em um desordenado desfilamento dos trabalhadores para com suas instâncias sindicais, dando ao movimento organizado dos trabalhadores uma desarticulação no que se refere a participação e às reivindicações. Em meio a essa dispersão, ocasionada pela realidade perversa da agenda neoliberal na materialidade da vida, as pautas, "o conteúdo das reivindicações sindicais assumem, nesse período, traços do "defensivismo de novo tipo". Na verdade, o que se busca é preservar direitos ameaçados pela nova dinâmica da "acumulação por espoliação"²² que é própria do Estado neoliberal (HARVEY, 2004 apud ALVES.2009. p. 92). Frente a isso, "a década de 1990 parece ser o reverso da década anterior, sua antítese, isto é, negação da afirmação coletiva propiciada pelo sindicalismo e associativismo dos anos 1980 (ALVES. 2009, p.192)".

Com isso, privatizaram o setor de produção primário lançando uma grande massa de trabalhadores a informalização do trabalho acompanhada pelo estímulo governamental ao "empreendedorismo dos subalternos"(BRAGA.2018. p.12). Entretanto, essa promessa do empreendedorismo com vias a ascensão de rendimentos do trabalho, em moldes desprotegidos o que por si já é contraditório, é solapada pela crise financeira de 2008²³, que rebate no trabalhador brasileiro reduzindo possibilidades de linhas de créditos, totalmente no contrassenso do que foi estimulado pelo Estado. Perceba, mesmo com a possibilidade de empreendedorismo em determinado ramo de atividade, há a ligação de expropriação dos meios de produção, uma vez que o trabalhador para realizar tal atividade econômica fica sujeito a pegar dinheiro emprestado com os bancos, com incidência de juros e o trabalhador (motivado a se engendrar como pequeno capitalista, ou seja, de transformar dinheiro em capital) sujeito ao sucesso ou insucesso do empreendimento, competindo muitas vezes com capitalistas que de fato são capitalistas. Ruy Braga (2018 p.3) afirma,

²² Acredito que diga respeito a abordagem de Harvey no livro O novo imperialismo, em designar "acumulação por espoliação" ao conjunto de estratégias e práticas, trabalhadas por Marx no capítulo 24 de o Capital, acumulação primitiva, a acumulação primeira.

²³ Indico leitura do artigo El Coyote, publicado em 17/08/2017 por Saul Amorim encontra-se no link: <<http://elcoyote.org/um-resumo-da-crise-de-2008/>> acessa em 10 de julho de 2019.

“Afim, em um contexto de erosão em escala mundial dos rendimentos do trabalho, as expectativas populares estimuladas pela ideologia do empreendedorismo fatalmente irão se frustrar tendo em vista o estreitamento dos mercados nacionais. O chamado capitalismo de plataforma não pode substituir a promessa da inclusão social via trabalho subjacente à sociedade salarial exatamente por não ser capaz de estabilizar minimamente a condição proletária. Antes, trata-se de uma generalização da lógica da competição entre as classes subalternas afinada com o polo da acumulação, mas, completamente divorciada do polo da legitimação. Assim, a “uberização” do trabalho pode bem reforçar as pulsões populistas de direita que têm semeado a segregação social em diferentes contextos nacionais.”

Disso, conseguimos captar que a reestruturação produtiva no Brasil sob a era do Estado Neoliberal constituiu, no decorrer dos anos 1990, uma nova morfologia social de acumulação capitalista expressa em cortes de pessoal e contratações precárias, simbioticamente sintonizada com uma expansão do ramo de serviços. Totalmente no contrasenso da ordem mundial, o Brasil recém saído de um intenso período ditatorial, movido pelas manifestações que gritavam com o marco da constituição Federal de 1988, se vê na impossibilidade de consolidação de um Estado Social dentro de uma ordem macroeconômica que previa a total desregulamentação do trabalho. Os princípios constitucionais nascem em um solo de relações econômicas desfavoráveis e vontade política nula de assumir os compromissos firmados com a constituição Cidadã.

Um ramo no setor de serviços que apresenta crescimento expressivo desde o início dos anos 2000, identificado em nossa pesquisa, e que materializa de forma cristalina essa precarização do trabalho, acompanhada de um incentivo gigante do Estado Neoliberal brasileiro, diz respeito às OSC's.

Conforme Merege(2007) acerca dos dados ofertados pelo IPEA, o terceiro setor/OSC's configurava-se já em 2007, enquanto uma participação oficial de 1,4% na formação do novo produto brasileiro, o que significa que movimentava cerca de 32 bilhões de reais, valor bastante superior às despesas com pessoal no Estado de São Paulo, que somam aproximadamente 25 bilhões. É um valor considerável já que São Paulo administra o maior orçamento entre os Estados brasileiros, movimentando 53 bilhões de reais - sendo superado somente pelo orçamento da União, em que as despesas com pessoal atingem o valor de 44 bilhões de reais. Antes de apresentarmos elementos acerca do trabalho propriamente dito nesse espaço sócioocupacional e as implicações para a política de Assistência Social, vamos tecer algumas considerações acerca do ramo das OSC's.

2.3 Considerações importantes acerca das OSC's: minimização da sociedade civil a um ramo do setor de serviços .

A concepção hegemônica vigente, compreende a sociedade como blocos isolados e fragmentados, como se essas partes fragmentadas pudessem se deslocar apenas quando necessário aos interesses do processo de acumulação, entendendo-os como havendo uma separação entre o Estado, a sociedade Civil e o Mercado. Com isso, o que gera lucro e é conformado dentro do direito privado é o mercado, e o que não tem função social de gerar lucro, o Estado, é regimentado pelo direito público. Entretanto, tal concepção equivocada no desenvolver da trama social passa a não dar conta da complexidade das relações postas no metabolismo da sociedade, afinal, não existem apenas duas abstrações materializadas que compõem o arranjo societário, a sociedade civil também está articulada ao conjunto de relações que compreende Estado e mercado. Para tudo aquilo que não é Estado ou empresa, uma terceira abstração fez-se necessária, um híbrido de interlocuções que identifica um conjunto de pessoas organizadas a fim de realizar ações que o Estado e a sociedade concebiam como sendo de interesse público mas que por demarcação institucional (orçamentária, colisão de interesses) não podem ser absorvidos pelo direito público, mas que também não se engendram, em muitas instâncias, como perseguidores do lucro. Se o Estado é o primeiro setor, e o mercado o segundo setor, a tudo aquilo que emergia e não compactuava diretamente com os interesses imediatos do processo de acumulação concebeu-se como “terceiro setor”. Montañó (2010, p.182), esclarece-nos acerca disso,

“As organizações não lucrativas e não governamentais englobam as ONGs, os movimentos sociais organizações e associações comunitárias, as instituições de caridade, religiosas, atividades filantrópicas - as quais incluem fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã (tema muito atual), as ações de consciência solidária, de ajuda mútua e ajuda ao próximo, ações voluntárias - e atividades informais”

Entretanto, o que está em questão para que alcancemos nosso objetivo de tecer considerações acerca das ampliação das OSC's e implicações para o SUAS, é como o Estado se utiliza dessa abstração “terceiro setor” em favor de ancorar seu objetivo de patrocinar o capital financeiro em desfavor à classe trabalhadora. Para isso, Montañó, contribui em nos alertar que o que o Estado nomeia de “Terceiro Setor”, “Organizações da Sociedade Civil”, “Organizações não Governamentais” e tantos mais, não decifra ou totaliza a Sociedade Civil.

Em Yamamoto (2008), temos a compreensão de que o modo de produção capitalista estrapola o âmbito econômico e se constitui, sobretudo, como modo ordenador das relações sociais. Draibe(2003), identifica no governo FHC a implementação de uma uma visão positiva acerca das parcerias com as ditas organizações privadas de interesse social público. Avalia que nem tanto em relação à prestação de serviços sociais – uma antiga tradição no país, especialmente na área de Assistência Social, mas pelo seu reconhecimento como interlocutor legítimo na formulação da política social. Em sintonia com isso, a modernização e o reforço dos mecanismos da ação regulatória do Estado, em relação ao setor privado lucrativo e às próprias organizações do “Terceiro Setor”, envolvidos na provisão social por meio de mudanças legislativas ou da criação de órgãos destinados a tais funções, exemplificam esse trato específico do governo FHC a essa questão, a legislação que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

A apropriação que o Estado neoliberal realiza acerca destas instituições privadas, traduzindo-as enquanto entidades representativas da sociedade civil organizada, em sua perspectiva categorial, diz respeito a um processo de privatização camuflado de publicização. Partidárias a Montano(2010), entendemos que o engodo da publicização pode ser traduzido na redução de custos da atividade social. Forjada enquanto um reconhecimento à expertise das entidades privadas de interesse público Social, mas expressam fundamentalmente focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, desonerando o Capital acerca de seu metabolismo social produtor de desigualdades, e criando o imaginário de que “se cada um fizer a sua parte, os grandes problemas nacionais encontrarão sua solução (Vitullo,2005, p.194)”.

No item que segue vamos analisar as conformações jurídicas, que se contatnto enquanto um instrumental do Estado, para absorção das organizações da sociedade civil, mais os dados que dizem respeito ao processo de trabalho dentro dessas organizações compreendidas enquanto elementoto do engendramento na sociedade Capitalista. É uma abstração realizada e consolidada em legislações para que a participação social se dê em patamares regulados pelo Estado e em consequência, apropriadas de significados e ações que digam respeito para com o processo de acumulação capitalista.

Montano(2010) salienta que o uso da terminologia "terceiro setor" trata-se de uma "abstração", que pode esconder mais do que desvelar porque não se trata de um conjunto uniforme, representa uma diversidade enorme de organizações. Pontua que dentro dessa diversidade existem alguns termos que são de uso geral e passaram a ser empregados como sinônimos de organizações que atuam no “terceiro setor”. Embora amplamente utilizados,

tais termos não possuem uma definição legal e, portanto, criam confusão conceitual. Em direção a essa análise, utilizaremos o terminologia Organizações da Sociedade Civil- OSC, que avaliamos ter uma representação nacional para designar as entidades. Fazemos essa opção a fim de demarcar um significado no movimento da realidade para o termo, nomeando o conjunto de instituições que possuem direito privado e que são entendidas como de interesse social público pelo Estado e suas legislações.

“o termo [terceiro setor] é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil (“terceiro setor”). Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles[...]. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. (Montaño,2007, p. 53)

Ora, estas instituições possuem significação e reconhecimento para o Estado brasileiro e para a sociedade em geral, tentar dar forma e localização no chão das relações sociais a estas organizações é um esforço necessário, para que possamos concebê-las fora do fetiche, em sua dimensão e significado mais aproximativo possível. "A Ideia de um terceiro setor provoca a imaginação ao inventar outras figuras. imaginar, por exemplo, uma dinâmica da vida pública que se dê entre polos, que não se sobrepõem e que a um tempo se opõem e se atraem" (FERNANDES, 1994. p20,).

2.4 O arranjo jurídico operacional do Estado Brasileiro no trato às OSC's e a dimensão do trabalho nestas instituições.

Dentro do arranjo jurídico do Estado existem duas formas de entidades privadas, portanto, possuem CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, mas que se diferenciam, conforme legislação, da entidade empresa (que também possui CNPJ) em sua finalidade social. A empresa, juridicamente tem por missão social gerar lucro. As Associações e Fundações, embora instituídas sobre o direito privado não tem por meta de existência a finalidade de produzir lucro que seja apropriado de forma privada. Percebam, não estamos dizendo que o processo de trabalho realizado em Associações ou fundações estejam isentos de incidência de mais valores, pelo contrário, estamos aqui cumprindo a necessidade de materializar, de dar forma e aplicação no real de que forma o Estado Neoliberal Brasileiro operacionaliza as organizações da sociedade civil dentro do arranjo normativo que engendra a operacionalidade do Estado junto aos serviços sociais.

O atual Código Civil brasileiro (Lei 10.406/2002), em seu artigo 40, segmenta as pessoas jurídicas em dois grupos: (a) direito público (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e outras entidades criadas por lei, como as fundações públicas e agências reguladoras e (b) direito privado (associações, fundações, sociedades, organizações religiosas e partidos políticos). No entendimento de Resende (2006), configuram-se como organizações representativas do terceiro setor as formas jurídicas de direito privado, notadamente as associações e fundações, visto que as sociedades operam com fins econômicos e as organizações religiosas e os partidos políticos só se viabilizam no mundo jurídico se forem criadas na forma de associação ou de fundação. Além disso, as cooperativas, apesar do princípio de “solidariedade” que rege suas atividades, foram consideradas no Código Civil como sociedades com fins econômicos (SILVA, 2011, p.45)

A designação OSCIP ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme Lei Federal nº 9.790/99²⁴, assim como Organização Social (OS)²⁵, conforme estabelecida na Lei nº 9.637/98, são qualificações que associações e fundações podem receber, desde que preencham os requisitos expressos em legislações pelo Estado.

Atualmente, o ordenamento da existência “híbrida” destas instituições se dá por intermédio da Lei nº 13.019/2014. Uma legislação que nasce sobre proposta de uma agenda de assuntos engatilhada pelos propositores de um novo Marco Regulatório para coordenar a relação entre os Governos e estas instituições.

Desde o Governo FHC, questões referentes a processos de corrupção instaurados no interior das organizações sociais vem sendo trazidas a público. Com isso, foi instaurado em 2007, no Congresso Nacional uma Comissão parlamentar popularmente conhecida como “CPI das ONG’s”. A CPI investigou o repasse de recursos federais para organizações privadas de

²⁴ Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

²⁵ LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998. CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: Seção I Da Qualificação Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

interesse público no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

“O objeto desta CPI, qual seja, o repasse de recursos federais para ONGs e OCIPs no período de 1999 até 30 de abril de 2009, é amplo e impreciso. Não aponta política pública, ministério, programas, entidades ou convênios específicos. Por isso o cumprimento de seu propósito realiza-se mais pela investigação ampla e geral das irregularidades e dos processos que lhes dão causa do que pela investigação de ilícitos cometidos por dirigentes de entidades específicas, às vezes inexpressivas, ou daqueles que lhes destinarão recursos (RELATÓRIO FINAL DA CPI DAS ONGs, 2010).”

Perpendicular a esse processo, identificamos que os mecanismos de comunicação da mídia burguesa, que podem ser entendidos a luz de Gramsci (2011) como intelectuais orgânicos (portanto, assumem partidarietàade a interesses específicos), lançam inúmeros conteúdos nos mecanismos de massa, a fim de construir uma imagem positiva quanto a relação econômica e social entre público e privado e também de fortalecer os crescimento e sustentação das organizações²⁶A exemplo, podemos citar:

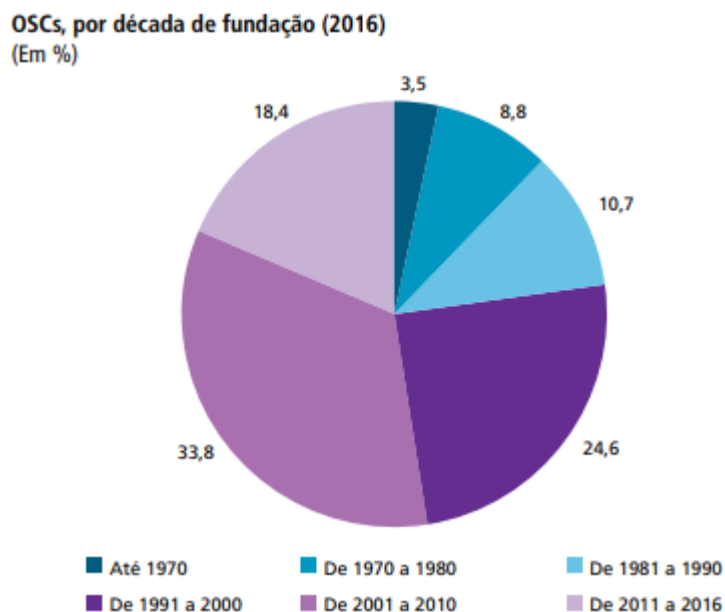
²⁶ “São tantas as ONGs no Brasil que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) decidiu criar um mecanismo semelhante ao de ações para ajudá-las a captar recursos. E para ajudar os investidores a escolher as ONGs em que querem aplicar seu dinheiro. Batizada como Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A), a iniciativa já permitiu a doação de R\$ 9,6 milhões a 73 projetos em todo o Brasil desde sua criação, em 2003. O pioneirismo já rendeu à Bovespa a chancela da ONU e está inspirando iniciativas semelhantes em outros países. Na África do Sul, surgiu uma iniciativa semelhante. A Alemanha pretende seguir o mesmo caminho. “É um projeto que está transferindo a experiência de captação das empresas para a área social”, diz Raimundo Magliano Filho, presidente da Bovespa”.

<p>Por dentro do universo das ONGs : Apesar dos focos de falcaturas e corrupção, elas se tornaram uma das áreas de maior vigor, dinamismo e inovação na sociedade contemporânea</p>
<p>Como fazer o bem a si mesmo : Acusadas de desviar recursos do governo, algumas ONGs se tornam alvo da atenção da Justiça</p>
<p>Por dentro das ONGs</p> <p>Nos últimos anos, a influência das organizações sem fins lucrativos aumentou de forma significativa no Brasil e no mundo. Hoje, elas estão presentes em quase todos os campos de atividade, movimentam cifras bilionárias e geram milhares de empregos</p>
<p>A nova face da filantropia : Como um grupo de empreendedores está mudando o rosto do Terceiro Setor com adoção de soluções inovadoras em seus projetos e em suas ferramentas de gestão</p>
<p>Carreira de ongueiro : O Terceiro Setor surge como nova opção profissional. O salário é menor que nas empresas, mas a vida é melhor – e a causa compensa</p>

(Quadro de reportagens da Revista Época, entre 2008 e 2010)

O discurso perpassava nuances de minorar o significado dos processos de corrupção haja vista a enorme contrapartida social envolvida; estímulo ao trabalho voluntário e aos salários rechaçados ofertados nestas instituições, enquanto fuga ao trabalho assalariado (piso básico profissional) que aprisiona a felicidade; incentivo ao empreendedorismo social; reforço acerca da importância da solidariedade e o fetiche de condensar a solução dos problemas sociais restringindo-os à esfera de ação individual dos sujeitos. E conforme dados do IBGE (2016), foi um discurso que obteve bastante adesão. No período de 2001 a 2010 o número de OSC's foi aumentado em 277.452 unidades, conforme indicação do gráfico “crescimento das OSC's por década no Brasil (IPEA, 2016) .

Gráfico: “crescimento das OSC’s por década no Brasil”



Fonte: SRF (Brasil, 2016). Elaboração do Ipea.

Para Pereira (2018), no contexto das reformas do Estado brasileiro, o crescimento numérico e o reforço por parte dos mecanismos de controle estatal em acentuar os aspectos positivos e a necessidade de um melhor “aproveitamento” do universo das organizações da “sociedade civil” em primazia ao alcance da participação- disfarçada de privatização- e impacto no social, somados ao interesse de reduzir gastos estatais para amortização da dívida pública junto aos mecanismos internacionais, culminou em uma agenda no governo federal que se justifica a dar maior controle, aproveitamento e judicialidade nas relações estabelecidas entre o Estado em sua subdivisão federal, estadual e municipal, junto às organizações privadas de interesses constituídos enquanto públicos pela Constituição Federal de 1998.

A lei nº 13.019/2014, aprovada em março de 2014 expressa a permeabilidade controlada da sociedade civil organizada no equipamento do Estado. Conforme ENAP (2019)²⁷, se deu no contexto da agenda do Marco Regulatório das organizações da Sociedade

²⁷Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ofertou um curso em 2019 apresentado a legislação que orienta as relações do Governo Federal com a sociedade civil, tendo como objetivo capacitar servidores públicos das três esferas de governo, dos órgãos de fiscalização e controle (incluindo o controle social), bem como as instituições da sociedade civil, para a operar parcerias entre Estado e OSC com base na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016. O curso faz parte do Programa MROSC para parceiros públicos e privados. Articulado a isso, temos o programa “

Civil (MROSC), coordenada pelo Governado Federal do Partido dos Trabalhadores. Uma demanda reconhecida pelo Estado frente ao debate fomentado por diversas organizações coletivas, movimentos sociais e redes que reivindicavam uma maior organização das atividades. Sobretudo, uma regulamentação, um detalhamento mais sistematizado acerca das relações existentes entre as instituições privadas de interesse público junto à administração pública. Dentro das normativas constitucionais existem precedentes de não exclusividade estatal na prestação dos diversos serviços sociais expressos nos serviços das políticas sociais. Sobre a perspectiva neoliberal, houve a compreensão de que esses requerimentos da sociedade civil organizada era pauta válida e necessária para operacionalização destes serviços.

A agenda do MROSC, reconhecida pelo Governo Federal, previa como elementos importantes as questões referentes a Contratualização entre OSC's e Estado. Sustentabilidade e certificação somados ao Conhecimento e Gestão da Informação. Estes três eixos, considerados como centrais, se constituíram enquanto orientadores do Marco Regulatório.

O discurso do Estado ao absorver essa demanda se sustentou na afirmativa que com esses ajustes normativos o Estado Brasileiro reforçou o seu papel fundamental de garantia de direitos e entrega de Serviços públicos de qualidade à sociedade e concomitantemente reconheceu que necessita e se apoia na sociedade civil organizada para pautas que são de sua "especialidade" (RELATÓRIO FINAL DA CPI DAS ONGs, 2010).

“Outro ponto crítico da Lei, de acordo com juristas, é a falta de inovação e importação de modelos que não se encaixam na realidade da maioria das OSC do Brasil. Paulo Haus é enfático ao lembrar que “a sociedade civil se organiza onde ela está [...] e o MROSC, ao permitir que grandes organizações venham de fora, por meio de processos seletivos, está abrindo brechas para que grandes organizações estrangeiras (de fora do local) explodam pequenas organizações que são da sociedade daquele lugar”, que conhecem a realidade local, que estão preocupadas com o bem-estar de sua comunidade. Portanto, obrigar a fazer seleção pode ser construtivo em vários aspectos, sobretudo o ético, mas pode ser destrutivo em vários outros, como a sobrevivência e sustentabilidade das pequenas OSC, que são maioria no Brasil(ANDRADE,2016).”

Com isso, fica evidenciado que os nomes fantasia “organização da sociedade civil”, “Organizações sem fins lucrativos”, “Organizações não governamentais” se realizam enquanto escamoteadores da realidade de que o trabalho realizado em OSC's está emoldurado em uma perspectiva de concorrência nos moldes empresariais, carrega em si a necessidade de

se tornar competitivo para sobreviver à ordem mercadológica na qual está inserido. Para Antunes e Giovani (2004, p. 339)

"O "Terceiro Setor [ramo dos serviços em OSC's]" acaba, em decorrência de sua próxima gênese e configuração, exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonados pela desmontagem do Welfare State. Se esse segmento tem a positividade de frequentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-nos, entretanto, um equívoco entendê-lo como uma real alternativa duradoura e capaz de substituir a sociedade capitalista e de mercado. Essa alternativa tem o papel, em última instância, de funcionalidade ao sistema."

Contudo, é um segmento financiado por pessoas jurídicas, pessoas físicas e Estado. Se trata de um nicho de mercado no ramo dos serviços absorvido pelo ideário neoliberal do empreendedorismo social. É possível dizer que o processo de trabalho inserido em moldes precarizados nas OSC's que se constituem atualmente engendrados pela lógica neoliberal, é ainda mais cruel do que o processo de trabalho precarizado nas organizações estritamente privadas ou estritamente públicas, uma vez que para além da incidência dos processos extrativos de mais valor que ocorrerem com intensidade e perversidade semelhantes aos do "mercado" e aos do "governo", há ainda o ideário perverso que perpassa todo o cotidiano de trabalho em afirmar e designar que os processos de trabalho em OSC's são a última saída para superação das mazelas sociais instauradas. Decifra MC Bnegão (Música: Enxugando o Gelo.2003)

"Enxugando o gelo, sua realidade segura por um fiapo de cabelo. Apego pelo tempo, melhor não tê-lo; segurá-lo, não quero, nem há como contê-lo. No último capítulo, vimos nosso herói encontrar-se em maus lençóis, no momento crucial em que teve sua piada mensal fatiada, ao realizar a manobra arriscada de manter ao mesmo tempo: comida no prato, iluminação, água pro banho, bom nível de informação e temperamento intacto. A seu favor, ele conta com sua quase total imunidade espiritual, corpo e humor à-prova-de-contas, além de uma dose generosa de honestidade fazendo o diferencial. Contra ele, credores-comedores-de-cabeça, agiotas ultra magnéticos (além de outras aves de rapina menos cotadas) de butuca, em cada esquina. Corte pra outra cena, sem anestesia. A liberdade estendida na sua frente tendo um ataque de epilepsia. Ordem para o povo, progresso pra burguesia Telepatia, nossa ação já se encontra no campo do movimento condicionado. Sorria, você está com o filme queimado. Uma vez mais sua volta será necessária, pra ver se deixa tudo pelo menos no empate (ouzerado). Sigo na batida, a frequência desse pensamento não pode ser captada com perfeição por um receptor enferrujado pelos padrões do dia-a-dia. Enxugando o gelo, sua realidade segura por um fiapo de cabelo. Apego pelo tempo, melhor não tê-lo; segurá-lo, não quero,

nem há como contê-lo. Mudanças no eixo terrestre, Escassez de água. Peixes com 3 olhos caminham saudáveis pela Baía de Guanabara. Naquela fase da vida em que a conjunção "tempo-é-dinheiro" é quase como um eclipse, cidadãos passeiam por jardins floridos, tendo como fundo o céu decorado por mísseis (em queda), subsídio da vida para o cultivo de poetas, subsídio da mídia para o cultivo de amebas. Inseminação natural de ideias. Minha mente é como um quilombo moderno: lugares para todos os pensamentos refugiados pela insensatez reinante no planeta terra.”

Conforme a Associação brasileira de organizações não governamentais- Abong, em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). Posterior ao MROSC esses dados encontram-se centrados em uma plataforma específica em que as entidades podem colaborar com o envio de dados, mas fica sobre responsabilidade de gestão em um grupo de trabalho do IPEA em conjunto com IBGE, portanto, é uma plataforma do próprio Estado.

Com a pesquisa do IPEA, a mais recente que tivemos acesso, em 2016, havia 820 mil organizações da sociedade civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) ativos no país. As OSCs expandiram-se muito nos últimos anos, e avaliamos que se apresenta como um reflexo dos processos de privatização que vêm se agudizando desde a década de 1990. A pesquisa anuncia que os dados retratam um setor amplo, com **importância econômica no mercado de trabalho**, além da conhecida relevância em ações de interesse público. **Pontua que 83% dos trabalhadores das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego; outros 7% delas têm até dois vínculos de trabalho, totalizando 90% de trabalhadores de OSCs que possuem até dois vínculos concomitantes de emprego.** “O total de pessoas ocupadas com vínculos formais –sem considerar o voluntariado, que não é parte da análise – equivale a mais de 30% do que empregava o setor da agricultura, 26% do total empregado na indústria e 26% do total de pessoas empregadas no setor público (incluindo civis e militares) , como nos oferta a pesquisa do IBGE do ano de 2015.

Essa pesquisa ainda revela que as organizações com maior porte atuam nas áreas de saúde, assistência social e educação, 44% por cento das organizações de saúde possuem mais de dez vínculos com o Estado, o que significa que o crescimento do ramo de serviços em OSC's não impacta e perpassa somente a Política de Assistência. No que se refere a remuneração média, constata que é maior nas organizações cuja finalidade de atuação é a

saúde, 3,8 salários mínimos, e a menor são as de Assistência, 1,9 salários mínimos. Um dado interessante e revelador se refere a distribuição de ocupações por sexo. De acordo com a pesquisa, varia de modo significativo entre as finalidades de atuação das organizações, o que revela forte associação entre o sexo e alguns tipos específicos de ocupações. As mulheres representam 85% nas ocupações atividades de enfermagem, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem. Em geral a presença de mulheres²⁸ é proeminente em todas as atividades que remetem à imagem do cuidado e à assistência, a exemplo de **assistentes sociais (93% mulheres)**, cuidadoras de idosos (85% mulheres), professoras da educação infantil (94%) e auxiliar de desenvolvimento infantil (95%).

Embora haja um empenho por parte da ideologia hegemônica em conceber o espaço ocupado pelas OSC's enquanto atividade relacionada única e exclusivamente ao interesse público da sociedade, esse grupo de organizações possui lastro forte pelo território nacional, possui um significativo número de trabalhadores inseridos na atividade, encontram-se nas atividades do que as definições econômicas identificam como setor de serviços. Como visto anteriormente com as contribuições de Giovanni Alves (2009) e Ruy Braga (2018).

Dentro do plano de reforma previdenciária em andamento, ainda na crista do golpe de 2016, as possibilidades de vínculo empregatício e plano de carreira e aposentadoria ficam extremamente dificultadas, principalmente para os trabalhadores inseridos em setores mais precarizados, como os do setor de serviços, que é marcado pela alta exploração de trabalho e rotatividade na contratação. Um setor em que o trabalho por metas é empreendido de forma desumana em muitos aspectos, principalmente ao que se refere a necessidades fisiológicas, impera o controle excessivo sobre as pausas de descanso, horário de entrada e saída, pausas para alimentação. Um combinado perverso de extração de mais valores em sua dimensão absoluta e relativa. O trabalhador não é sujeito social provido de potencialidades nesse processo, é trabalho vivo, coisa que rende valores, há exploração sem medida das potencialidades humanas em detrimento a acumulação capitalista.

Conforme Pereira (2018), está na agenda neoliberal a ampliação de OSC's na linha de frente e gestão das políticas sociais, o MROSC dentro do nosso contexto político, social e econômico é o marco da legalização da precarização do trabalho na prestação dos serviços

²⁸“comparar o comportamento operário atual com aquele do fordismo clássico implica reconhecer uma mudança muito acentuada no perfil da classe trabalhadora brasileira: hoje em dia, existem mais mulheres trabalhando e a escolaridade aumentou, ao ponto de o diploma de ensino médio ter se transformado em um critério mínimo para a entrada no mercado de trabalho (BRAGA, 2013, p.150)”

sociais e das possibilidades de construção de Política Social. Para uma política como a Assistência Social, germinalmente concebida no bojo das entidades privadas, o MROSC e os governos pós golpe se caracterizam como uma afronta constitucional às possibilidades de construção de uma política estruturada e componente da seguridade social da classe trabalhadora.

Mota (2017,p.03) expõe que “novas e engenhosas estratégias de usurpação do trabalho vêm sendo amplamente ativadas, tais como o trabalho por conta própria e o estímulo ao empreendedorismo dos trabalhadores, transformando-os em vendedores de mercadorias e parte das cadeias produtivas de diversos setores” . Ruy Braga (2018) pontua que o golpe parlamentar de 2016, diz respeito a necessidade de uma flexibilização necessária à continuidade do processo de acumulação na era financeirizada, em que os Estados devem colaborar com a exploração desmedida do trabalho a fim de que possa investir no mercado financeiro (em favor dos países de economia central), este é o rebatimento maior da ordem globalizante, não há autonomia estatal em escolher sobre os projetos societários de suas fronteiras, todo o arranjo deve ser direcionado a dar conta e sustentação do deslocamento do valor do chão do trabalho para o capital financeiro, sendo essas orientações acatadas sistematicamente pelo Estado brasileiro em sua face neoliberal, concordamos com Ruy Braga. Contempla a questão levantada anteriormente nessa dissertação, acerca de refletir , em que medida essa nossa condição subalterna sobre o engendramento da dependência, nos termos de Marini(2017), nos implica capacidade de escolha quanto aos projetos políticos e o projeto para as políticas. Torna-se cada vez mais cristalina a denúncia de que o Estado se alinha diretamente às questões do e para o Capital, não se retraindo à essa escolha, mesmo que esteja escancaradamente visível esse processo.

Vamos analisar no capítulo que segue, quais as implicações para o SUAS, bem como para a política de Assistência Social, essa condição de superexploração do trabalho nessa fase de acumulação em que há um descomprometimento explícito por parte do Estado brasileiro com o pacto constitucional de 1998, em uma Política Pública que ainda está em processo de construção e que, dado o contexto, incorre na trágica possibilidade de nunca se conformar plenamente enquanto política estruturada que é tão necessária à população trabalhadora expropriada de múltiplas formas nos ciclos de acumulação do capital.

CAPÍTULO 3: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ATUALIDADE: AMPLIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E IMPLICAÇÕES PARA O SUAS.

Com o esfacelamento do Estado de Bem Estar Social e a hegemonia do neoliberalismo, conforme analisamos, a configuração das políticas sociais em âmbito global altera-se radicalmente, tendo incidência direta na impossibilidade de um paradigma universalista no Brasil, no marco da seguridade social pactuada na Constituição Federal de 1988.

Mota (2017) tece considerações acerca das expropriações contemporâneas, aportando sua análise na exploração da força de trabalho no que se refere a afetar diretamente as relações e as condições de trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva; a atuação do Estado, através da desregulação do trabalho, da supressão de direitos sociais e da privatização de políticas e serviços públicos bem como o desenvolvimento da sociabilidade das classes subalternas (cultura e ideologias), expressa no seu modo de ser e de viver. Essa autora entende que os processos de privatizações de serviços anteriormente instaurados enquanto públicos revelam-se como o principal meio de propiciar a reprodução capitalista contemporânea. Sendo essas expropriações um intercâmbio em naturalizar as formas de precarizar o trabalho e o modo de viver dos trabalhadores. Contudo, para que se engendre enquanto vetor “naturalizante” das expropriações, vêm acompanhadas, pelo mundo, de programas de transferências de renda. Assim, exterminasse a compreensão da dimensão da possibilidade de uma política universal em favor de acesso via mercado, via serviços que possam ser acessados com a transferência de renda. Sobre essa determinação, Filgueiras (2007, p. 156) avalia que as políticas sociais brasileiras vão se articular às reformas neoliberais e adquirir um caráter de compensação muito tímido aos estragos causados pelo modelo liberal periférico (inscrito no caráter de dependência e subordinação aos países centrais) adotado e suas políticas econômicas, vão buscar uma adequação permanente ao ajuste fiscal por exigência do FMI e do capital financeiro para que o pagamento da dívida pública seja garantido. Isso ocorre nos países periféricos (dependentes), trazendo consequências socioeconômicas desastrosas, como elevadas taxas de desemprego eo aumento dapobreza.

“Formula-se uma política social que, por sua origem e natureza, nega os direitos e as políticas sociais universais. Ela se baseia em um discurso que ataca diretamente a seguridade e a assistência social públicas – aposentadorias, pensões, seguro desemprego etc.– bem como a universidade pública e as políticas de subsídios ao consumo de bens básicos, como no caso da energia elétrica.”

Com isso, o que se engendra para a política de Assistência Social brasileira fica crivado sobre essas determinações, trazendo uma divisão dos trabalhadores em categorias: miseráveis, mais pobres, pobres, não pobres e privilegiados. Esse tipo de política social acaba por limitar o conflito distributivo na base da pirâmide social, sendo compatível com o empobrecimento e a redução das camadas médias, bem como com a polarização das desigualdades na distribuição de renda (Salama, 2006, apud Filgueiras 2007).

Em suma, é uma política social que faz o deslocamento da disputa entre capital e trabalho, para o âmbito interno da classe trabalhadora, trazendo um conflito distributivo entre segmentos dessa classe, assalariados com rendimentos mais elevados versus assalariados com rendimentos mais reduzidos, trabalhadores qualificados versus não-qualificados, trabalhadores formais versus informais, participantes versus não participantes da seguridade social, trabalhadores do setor público versus do setor privado etc. São clivagens, reais ou imaginárias, explicitadas ou criadas pelo capital, que fragmentam a classe trabalhadora e estimulam a disputa entre os seus diversos segmentos. (FILGUEIRAS, 2007, p157)

A articulação focalizada, de forma complementar às contrarreformas neoliberais, vai se constituir sob o projeto de desvinculação das desigualdades sociais e da pobreza do modelo de desenvolvimento econômico, vigorando em toda a América Latina, a partir da década de 1980. São sobre essas determinações que a política de Assistência Social se desenha nos anos que seguem desde o governo FHC até esse nosso momento de pós-golpe.

No item a seguir vamos analisar o desenho da política de Assistência Social, intencionando alcançar mais uma mediação que contribua para os nossos apontamentos acerca das implicações para o SUAS nessa conjuntura atual em que está como prioridade total para o Estado brasileiro a aprovação de uma reforma trabalhista que conota perda de ganhos históricos da classe trabalhadora, principalmente ao que se refere aos mais expropriados.

3.1 A política de Assistência Social no Brasil pós-Constituição de 1988

A década de 1980 é marco de um período repleto de lutas sociais realizadas pelas mais diversas camadas e movimentos sociais. Deste movimento de lutas e organização de segmentos sociais diversos, emergiram condições objetivas propícias para que o regime autocrático burguês fosse superado e para que a Constituição Federal de 1998 se realizasse. “Múltiplas articulações e debates vão sendo realizados país a fora. O Serviço Social dá sua contribuição colocando sua força em campo para fortalecer o nascimento dessa política no campo democrático dos direitos sociais” (SPOSATI, 2007, p. 35). Nas décadas de 1970 e 1980, começa a ser implementado o neoliberalismo nos países desenvolvidos e em 1990 ele chega ao Brasil, tornando-se hegemônico a nível mundial.

Num contexto em que a reforma sanitária é discutida e pleiteada como projeto para a saúde, intentos bem sucedidos de um processo de redemocratização se mostram como caminhos alcançáveis. O conceito de seguridade social estruturada por Previdência, Saúde e Assistência se dissemina, o que impulsiona que a Assistência Social seja, pela primeira vez na história do país, reconhecida como direito social, o que causará grande impacto na estruturação e dimensão de alcance tanto no que se refere a investimentos públicos, quadro de profissionais necessários em âmbito de gestão e operacional. Bem como, alcance dos serviços por parte da população atendida.

Em 1993, com subsídios condicionados na Constituição Federal de 1998, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) é promulgada. Retirando a política de Assistência Social do patamar de favor e a conformando enquanto política pública, organizando os serviços, programas e projetos em uma articulação continuada e sistematizada junto à classe trabalhadora.

As definições legais atinentes à regulamentação da política de assistência social, no período entre 1993 e 2003, estão estabelecidas em três instrumentos principais, a saber: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 1998 e as Normas Operacionais Básicas (BRASIL/MDS, 2005:10).

Contudo, de acordo com Behring(2008)essa perspectiva democrática de assegurar os serviços sociais articulando-os entre Assistência, Previdência e Saúde como compositores da seguridade social, começa desde o seu nascedouro a sofrer uma série de ataques quanto aos direitos estabelecidos, uma vez que a tônica dos anos de 1990 é de garantir os marcos de

uma contrarreforma do Estado em que as políticas sociais são alvo preferencial deste novo discurso que se delineia.

Para Boschetti (2006), a necessidade de reorganizar o Estado brasileiro vai de encontro aos interesses do grande Capital internacional e financeiro, inaugurando no Brasil um novo ciclo de acumulação do capital em que predomina, essencialmente, o recuo do Estado na implementação e execução de Políticas Sociais, transferindo ao mercado aquelas que são rentáveis e relegando às entidades das organizações da sociedade civil parcela de responsabilidade na gestão e execução das mesmas. A política estatal de privatização e de redução de despesas iniciada no governo Collor e aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso (como uma condição para a inclusão do país na nova ordem mundial globalizada), abre espaço para os discursos favoráveis à reforma do sistema de seguridade social antes mesmo de sua concretização.

Vamos analisar os contornos assumidos por essa política tão importante para a reprodução das relações sociais capitalistas dentro dos governos neoliberais que a compõe, e o impacto da adoção neoliberal do Estado brasileiro para a população trabalhadora mais expropriada.

Draibe(2003), apresenta um diagnóstico analítico acerca do Governo Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro e segundo mandato. Apoiada no documento de propaganda eleitoral Mãos à obra de 1994 (cf. PSDB,1994), indica que o núcleo de ações foi constituído por três conjuntos ou eixos de programas, quais sejam:

a) Os serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública; os programas básicos e o programa de enfrentamento da pobreza, articulados segundo as orientações e as prioridades do governo. No que tange os programas sociais públicos – como as políticas de previdência social, saúde, educação, habitação e saneamento básico, trabalho e assistência social – ocupam posição importante, sendo dupla a sua inserção na proposta: constituem um dos eixos centrais da política e, ao mesmo tempo, a sua reestruturação é apontada como condição necessária da estratégia global. o que significa, a estratégia de desenvolvimento social repousando, entre outras condições e desafios, na efetiva Universalização dos serviços sociais públicos, na melhora da eficácia e da qualidade, no aumento do seu impacto redistributivo.

b) O segundo eixo diz respeito da seleção de programas prioritários em cada um daqueles programas sociais universais, compondo-se o novo grupo de programas básicos, aos quais seriam conferidos prioridade no financiamento, garantia de regularidade dos fluxos

financeiros, apoio para gerenciamento dinâmico e adequado, monitoramento regular da implementação e avaliação periódica do cumprimento das metas preestabelecidas (PSDB,1994 p.41). Substantivamente, foram apresentados 45 programas prioritários, selecionados pelo seu caráter estratégico diante da pobreza, da desigualdade social e também do novo padrão de crescimento.

c) O terceiro eixo programático é o de combate à pobreza, conforme as prioridades estabelecidas: redução da mortalidade infantil; desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; geração de ocupação e renda; qualificação profissional; melhoria das condições de alimentação dos escolares e das famílias pobres; melhoria das condições de moradia e de saneamento básico e fortalecimento da agricultura familiar. Liderado pelo Programa Comunidade Solidária, foi concebido como uma estratégia inovadora de coordenação das ações federais, em parceria com estados, municípios e sociedade, segundo os princípios da descentralização e da solidariedade. Este eixo era composto por uma frente pública, realizada pela Secretaria executiva que supervisionava 20 programas selecionados e direcionados para os segmentos sociais mais carentes, focalizados pelos critérios territorial (municípios) e de renda (familiar). Possuía também uma frente não-governamental, o Conselho do Programa Comunidade Solidária foi entendido como um mecanismo de articulação entre o governo federal e a sociedade civil, visando à mobilização, ao diálogo e à implementação de experiências inovadoras.

Conforme a análise de Draibe (2003), as propostas para o segundo mandato seguiam em direção à continuidade das proposições do primeiro. Contudo, atravessadas pelas determinações do mercado financeiro, consolidadas nas determinações do banco mundial,

“inegavelmente, a grande mudança se dá no campo da política de enfrentamento da pobreza, a ênfase posta agora nos programas de transferência direta de renda para famílias pobres, a ser integrada por vários programas já existentes, que deveriam, ademais, passar por um processo de aperfeiçoamento, universalizando a cobertura a todos os que a eles têm direito, garantindo a saúde financeira de suas fontes e desenvolvendo mecanismos de supervisão e controle (DRAIBE,2003,p.75)”

Com isso, há uma enorme expansão nos programas de redistribuição de renda, e como não existia ainda uma tipificação dos serviços, na maior parte dos municípios brasileiros a Assistência Social era vinculada às secretarias de Saúde, o que era um embargo para

delimitação e criação de identidade da Política. Massivamente em âmbito Nacional os serviços sociais da Assistência Social eram realizados por entidades da sociedade civil, por isso dentro do governo FHC temos uma atenção direcionada para organizações do setor filantrópico do país, lei nº 9.790/99, que regulava as relações entre Estado e Organizações da Sociedade Civil. Em que as associações e fundações recebiam a titulação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme as determinações da legislação, ganhando existência e previsão em uma nova forma de contratação, o contrato de parceria.

Foi uma forma de instância jurídica adotada para propiciar o financiamento do Estado às entidades classificadas como instituições de direito privado, mas que atendam a uma demanda social e que não tenha seus lucros destinados a alguém (pessoa física ou jurídica) de forma privada. O “lucro” e as doações deveriam ser revertidos em investimentos para a própria OSCIP, ou em caso de extinção, para outra OSCIP em realização de atividade semelhante. Em Zanardini(2002, p49)

“A reforma administrativa que vem sendo proposta para o Estado brasileiro está delineada fundamentalmente no documento, *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado em 1995, sob coordenação do Ministro Bresser Pereira. Embora este documento tenha sido publicado dois anos antes do documento do Banco Mundial, intitulado: *O Estado num Mundo em Transformação* é possível observar o quanto se encontra fundamentado nas concepções de desenvolvimento dos organismos internacionais que se ocupam com a materialização dos interesses do capital. Tal entendimento se justifica pelo fato de que nestes documentos se faz presente a mesma concepção de Estado, necessária para facilitar e regulamentar o desenvolvimento, fortalecendo, desta forma, o capital privado. Nos dois documentos, encontramos a idéia de que a reforma do Estado constitui-se como condição fundamental para assegurar o crescimento econômico e corrigir as desigualdades sociais. Outro ponto comum entre eles é a pretensão de reformar o papel do Estado, justificada pela idéia de que a crise enfrentada na última década foi uma crise do Estado, que teria se desviado de suas funções para atuar na esfera produtiva de bens e serviços. Um ano após a publicação do *Plano Diretor* foi realizado em Brasília, com a participação do BID, um seminário que teve como tema central a reforma do Estado. Neste evento, em sua fala de abertura, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esclareceu o que significa estareforma:

Reformar o Estado não significa desmantelá-lo. (...) Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e serviços. Hoje, todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor. (CARDOSO, 1998, p. 15).”

Fica evidenciado nessa passagem que o Estado brasileiro se descomprometeu com o pacto constitucional, redimensionando o significado de política pública a mera significação de

ramo de atividade de exploração para o setor de serviços. Para a política de Assistência Social que historicamente se conformou enquanto atividade do setor privado, esse posicionamento político tem um significado de ataque direto às possibilidades de se constituir enquanto pilar de seguridade social.

Filgueiras (2007) afirma que o ajuste fiscal, iniciado no segundo governo Cardoso foi mantido durante o governo Lula. Nesse contexto, a política social perdeu o conteúdo de universalização, passando a ser cada vez mais focalizada, destinada para os mais pobres e miseráveis, por meio da implementação de inúmeros programas de complementação de renda.

“Implementada de forma tímida nos governos Cardoso, essa orientação foi ampliada e aprofundada pelo governo Lula, que lhe deu continuidade, sob aplausos do Banco Mundial.” (FILGUEIRAS, 2007, p. 160). Se admitimos junto a Marini, a dependência do Brasil aos interesses dos países centrais, devemos ter clareza que “as políticas sociais nos dias de hoje precisam ser compreendidas a partir da análise histórico-crítica sobre as crises estruturais e conjunturais do capital e os impactos numa sociedade periférica e dependente como a brasileira. (SOUZA, BARBOSA, AZEVEDO, PINHEIRO 2017, p 03).²⁹”

O governo Lula, no âmbito da política social, trouxe o aprofundamento do modelo herdado do governo Cardoso. Os programas sociais focalizados foram implementados de forma nunca antes vista, tanto em relação aos montantes transferidos, quanto a quantidade de famílias beneficiadas. Houve um forte investimento na Assistência Social, de forma que os gastos com essa política no período de 2003 a 2004 cresceram vertiginosamente³⁰.

Filgueiras (2007) ressalta que Lula, mais do que o governo Cardoso (que iniciou esse tipo de política focalizada) levou com seriedade a importância política e social da elevação das despesas com a Assistência Social, no sentido de que elas representam uma importante força amortecedora de tensões sociais no interior do projeto político do neoliberalismo. Contudo, devemos demarcar que frente aos governos do Partido dos Trabalhadores, as

²⁹ Estes pesquisadores, se debruçam em analisar as implicações do fundo público enquanto mecanismos de usurpação dos valores provenientes do trabalho. Assim como nós, partem da compreensão de que o Estado Capitalista se constitui enquanto ente imprescindível para o desenvolvimento do capital, desde a garantia dos princípios atinentes à propriedade privada a manutenção da ordem burguesa.

³⁰ Os recursos gastos com os programas que foram reunidos sob a denominação de Bolsa Família cresceram mais de 150% no período: R\$ 3,3 bilhões em 2003, R\$ 5,9 bilhões em 2004, R\$ 6,6 bilhões em 2005 e R\$ 8,2 bilhões em 2006 (FILGUEIRAS, 2007, p 163). Os dados atualizados para o programa em julho de 2019, são: 13.841.302 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$188,51. O valor total transferido pelo governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou, R\$2.609.281.590,00 no mês de julho de 2019. Em uma estimativa aproximada é provável que o ano de 2019 feche em torno de 30 bilhões em transferência ao programa bolsa família. Isso explicita a agudização das condições sociais que colocam a necessidade de manutenção do PBF e sua extensão a um conjunto maior de famílias.

instâncias participativas dos conselhos e conferências foram ampliadas conforme constata Leonardo Avritzer (2012)³¹ em sua pesquisa “conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil” publicada pelo IPEA. A publicação em si já demonstra interesse para que houvesse avaliação acerca do processo participativo. Uma vez que o IPEA se trata de uma Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Concordamos com a análise de Filgueiras (2007) no que se relaciona a exposição de um afastamento das diretrizes universalistas para a Política de Assistência Social. Contudo, também concordamos com Pereira (2018 p.78),

“Indubitavelmente, não podemos desprezar o peso material e social das políticas de redução da pobreza implementadas nos governos do PT, a despeito de terem sido tímidas e de não enfrentarem a reprodução da desigualdade social no Brasil. Apesar de terem atendido a algumas necessidades legítimas das classes trabalhadoras, contraditoriamente, elas também ampararam interesses significativos dos setores econômicos, a exemplo da construção civil, da criação de vagas em universidades privadas, da expansão dos planos de saúde, dentre outros.”

O Bolsa Família sobreviveu a todos os governos, inclusive aos de Lula e Dilma, e vem se mantendo ainda no pós golpe (Temer e Bolsonaro), apesar de depender da decisão do governo e não se constituir em uma política de Estado. Ele ainda representa a dimensão econômica mais importante da política de assistência brasileira, tanto no sentido da abrangência e impactos, quanto no volume de recursos investidos. A linha de pobreza é definida a partir de um nível de renda muito baixo, o que faz com que os recursos transferidos sejam limitados ao alcance das necessidades reais dos trabalhadores. Filgueiras (2007) afirma que a política social e econômica do governo Lula foi coerente com o modelo econômico neoliberal, essa análise se faz preciosa para que consigamos tocar no objetivo desta dissertação, uma vez que nos indica que os segmentos pobres da população que não se beneficiam dos programas focalizados porque tem uma renda acima da linha da pobreza, mas que ainda assim possuem todos os tipos de carência, vem sofrendo os impactos da redução das políticas sociais universais junto aos “extremamente pobres”, estes segmentos passam

³¹ Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf> acessado em 18/07/2019

cotidianamente pelas consequências da deterioração e insuficiência dos serviços públicos universais, um cenário que nos leva a acreditar que para além das estratégias de sobrevivência subsidiadas pelos rendimentos de trabalho e programas governamentais, maciçamente os trabalhadores ficam lançados a usar os serviços filantrópicos.

Apoiadas em Behring (2008), Draibe (1993,2003), Pereira(2018), Filgueira(2007) podemos avaliar que a política de Assistência Social de Cardoso ao golpe de 2016 se contorna sobre as designações estipuladas pelo mercado financeiro e agências de controle internacional. Vale destacar, novamente, mas agora junto a Garcia (2009), que até 1988 a organização da Assistência Social não era diretriz direta do Estado brasileiro. Quando voltamos à década de 80, vemos uma rede de entidades filantrópicas realizando quase todas as ações de Assistência Social. A Legião Brasileira de Assistência Social, em grande parte, foi a financiadora dessa rede não estatal. “Em seus 15 anos finais, mostrava-se como um aparelho de politicagem, corrupção e negação do Direito, ao ser entregue despidoradamente para o uso político (Garcia.2009p 09)”. Embora até aqui tenhamos sido, e continuamos sendo, enfáticas quanto às determinações macro e microsociais desfavoráveis para a consolidação de direitos sociais dentro do compasso entoado pelo processo de acumulação capitalista ancorado pelas diretrizes no Estado neoliberal, assumimos desde a introdução dessa dissertação que na trama social o componente da luta de classes está enquanto campo de disputa, mesmo que em desfavor à classe trabalhadora. O que significa que no balanço geral estamos perdendo, mas que tivemos momentos de ganhos, mesmo em situações desfavoráveis. Sobre isso, estamos aqui nos direcionando a um desses momentos; com a constituição Federal de 1988 e com a LOAS, espaços de participação popular foram se construindo, conforme nos explicita Berwig (2018, p.34).

“Desde sua inclusão na Constituição Federal de 1988 até o momento (2018), muitos movimentos foram necessários para que a Assistência Social se consolidasse, em um cenário marcado pela contradição e disputas no campo da seguridade social. O debate sobre a realidade brasileira, que tem sua história marcada pelos interesses da classe dominante, patrimonialismo, coronelismo, e os movimentos de contrarreforma do Estadosão postos-chaves para compreender a necessidade de avançar em termos de regulamentação dessa política através da organização de um sistema único - SUAS, sob a perspectiva de defender a manutenção da Seguridade Social a partir dos princípios constitucionais.”

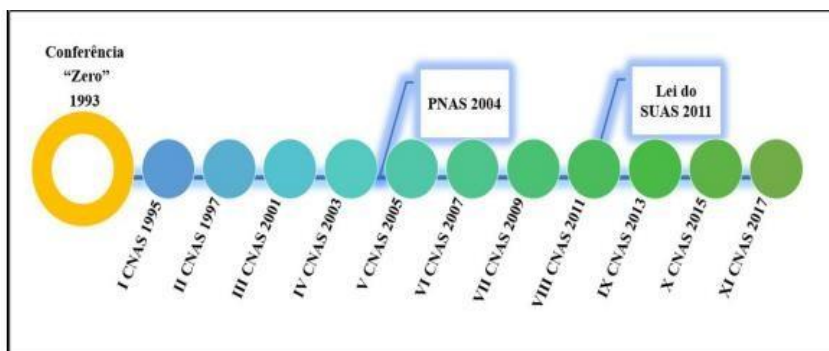
Essa Autora (2018, p. 35-36), atribui aos espaços dos conselhos de Assistência Social o status de privilegiados para o avanço de uma política pública pautada nos princípios da descentralização e da participação popular. Aprecia também as conferências enquanto lugar

privilegiado das discussões, problematizações e elaboração das propostas a serem incorporadas para a Política de Assistência Social.

“As Conferências, embora também sejam espaços de disputa, foram, e ainda são, um lugar decisivo na articulação das necessidades da população, exercício do controle social e fortalecimento do SUAS[...]É nos espaços dos Conselhos de Assistência Social (municipal, estadual e federal) e nas Conferências de Assistência Social que se materializa a participação social preconizada pela Constituição Federal de 1988”.

Oferta-nos, uma linha do tempo que propicia a compreensão de que mesmo em um curto tempo histórico, a Assistência Social brasileira, enquanto política de Estado, andou um caminho apreciável.

Linha do tempo - Conferências Nacionais de Assistência Social



Fonte: Brasil, CNAS(1995,1997..... 2017. Sistematizado por Berwig (2018 p.35).

Pereira(2018) e Berwig(2018) convergem na perspectiva de avaliar os espaços de participação, propiciados pela presença de um Conselho Nacional de Assistência, inscrito dentro da lógica da Política Nacional de Assistência Social, um significativo avanço para o tom da Assistência. Conforme reconstituído, em 2004, temos a PNAS, que demarca sua existência enquanto conquista dos diversos segmentos societários que se organizaram frente a continuidade da construção de uma política social inédita em nosso país. Estabelece suas diretrizes e princípios congruentes à implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que tem por função a gestão da assistência social no campo da proteção social

brasileira, destacando-se dentre outros eixos estruturantes, o alcance dos direitos socioassistenciais pelos usuários. (MACHADO & PAVÃO, 2015 p.15). Estruturando assim processos para que a população usuária fosse coberta com atendimentos em Três níveis de complexidade.

Acreditamos que a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) é uma expressão do processo de reordenamento para os entes gestores da política se organizarem frente a esse novo modelo, demarcando atendimento prioritário a determinados segmentos de população, a serem atendidos nas três esferas expressivas do Estado (A união, os estados nacionais e os municípios). Dentro das determinações da PNAS, o SUAS deverá operar em três esferas de atendimento; a proteção básica, a proteção social especial de média e alta complexidade. Assim, fica demarcado que “as entidades assistenciais devem atuar como colaboradoras e não como substitutas da ação governamental, sob o risco de ocorrer um retrocesso nos avanços conquistados e garantidos na legislação e instituir-se um processo de ‘refilantropização’ das políticas sociais de modo geral e da assistência social, mais especificamente” (Yazbek apud Boschetti, 2003, p. 144). Considerando que o Brasil se insere de forma periférica do Capitalismo global, que impera sobre a égide das finanças, há embargos severos no campo da materialidade desse processo.

Vamos avaliar o desenvolvimento do SUAS na atualidade, considerando que foi implantado a partir 2005 e se trata de um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos municipais, estaduais e nacional. Prima pela territorialidade mas está inserido em um contexto de focalização e publicização forjada com vias de privatização. Conforme orientação da lógica vigente das políticas sociais, os serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nas regiões mais vulneráveis, sendo o trabalho com famílias a orientação acerca dos processos. O trabalho realizado é orientado a partir da proteção básica e especial, desenvolvido por equipamentos públicos, sejam: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e de forma complementar, pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS. Assim orientam as legislações vigentes.

O Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), coordenam uma plataforma informatizada que recebe dados dos equipamentos e conselhos,

construindo desde 2007 o documento de análise Censo SUAS. A partir dos dados ofertados pelos Censos de 2017 e 2018, traremos elementos que dizem respeito as parcerias público privadas e acerca dos vínculos de trabalho estabelecidos no SUAS.

Conforme tabela 1, Os equipamentos em questão para o Censo SUAS 2017/2018 são: Centro POP, Centro DIA, Centro de convivência, CREAS, CRAS, Família acolhedora (modalidade de acolhimento institucional exclusiva para crianças e adolescentes) e acolhimento institucional no geral, aglutinando crianças/adolescentes, jovens egressos de serviços de acolhimento, exclusivamente crianças/adolescente com deficiência, exclusivamente pessoas adultas com deficiência adultos e famílias, mulheres em situação de violência doméstica ou familiar e pessoas idosas.

Tabela 1. Quantitativo de equipamentos no SUAS.

Equipamento	quantidade
Centro Dia	1.640
Centro POP	226
Centro de convivência	8.462
CRAS	8.360
CREAS	2.577
Família acolhedora	332
Acolhimento Institucional	5.589
TOTAL	27.186

Somam o total de 27.186 equipamentos, sendo a atenção básica composta por 16.822 equipamentos e a atenção especial por 10.364. No que se refere a relação público privado 18.891 são de natureza pública e 8.295 são OSC's, conforme tabela 2.

Tabela 2: Equipamentos governamentais versus não governamentais/ OSC's

Equipamento	Governamentais	Não Governamentais/OSC's
Centro Dia	123	1.517
Centro POP	226	0
Centro de convivência	3.726	4.736
CRAS	8360	0
CREAS	2.577	0
Família acolhedora	312	20
Acolhimento institucional	3567	2.022
TOTAL	18891	8295

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SENSO SUAS 2017 e 2018

No conjunto total, as organizações de natureza pública compõem 69% do quadro de equipamentos, mais do que o dobro de 31% que corresponde ao quadro de organizações não governamentais. Contudo, é importante observar que essa proporção só se sustenta pelos números de equipamentos de exclusividade pública (CRAS, CREAS e CentroPOP) conforme orientações da NOB SUAS RH e diretrizes do SUAS. Sobre os serviços e equipamentos que há possibilidade incidente de não exclusividade, as proporcionalidades são diferentes.

Gráfico – Equipamentos governamentais versus não governamentais no SUAS-2017/2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SENSO SUAS 2017 e 2018

A atenção básica se constitui de 28% dos equipamentos não governamentais/OSC's enquanto que na atenção especial, esse percentual sobe para 34%. O equipamento que apresenta maior incidência de funcionamento via contratualização pública versus privada são os serviços prestados pelo Centro Dia. Em um universo de 1.640 equipamentos, **93% é realizada por OSC's**. Os centros de convivência na atenção básica, expressa pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), são realizados nacionalmente com 56% dos Serviços realizados por organizações não governamentais. Seguidos dos serviços de acolhimento institucional que representam aglutinação em 36% dos serviços prestados por OSC's.

Na pesquisa “Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil (IPEA,2017)”, as entidades crivadas com a finalidade de Assistência Social se diferem:

Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos	14.473
Benefícios Eventuais	2.240
Outras Ofertas	6.080
Serviços de Proteção Social Básica	10.228
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	3.676
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	3.525
Total	40.222

Entidades crivadas com a finalidade de Assistência Social

Fonte: CNPJ/SRF/MF 2016, CNEAS/MDS, OSCIP/MJ, RAIS/MT -IBGE2018

Os dados se referem ao consolidado de 2015. Com isso podemos perceber que existe paralelo ao SUAS, oferta de serviços sociais da Assistência que são realizados exclusivamente por organizações da sociedade civil sem atrelamento orçamentário com o Estado³². Isso não é uma surpresa gigante, haja vista a história pretérita da Política de Assistência Social. Mesmo

³²Com a possibilidade de acordo de cooperação firmado sobre A lei nº13.019/2014;que tinha como meta se estabelecer plenamente até 2017 mas que ainda está em processo de implantação, esse número tende a sofrer modificações. Nessa legislação, para além do cofinanciamento direto do Estado, existe ainda a possibilidade de transferência de recursos de Impostos incidentes sobre a renda de pessoas físicas e pessoas jurídicas para estes equipamentos.

com a tipificação do SUAS, somada a um grande esforço dos espaços participativos, mais a NOB SUAS RH, a política de Assistência Social conta ainda com 7.398 pessoas na condição de voluntários, com maior prevalência para as atividades do serviço de convivência.

Existem minimamente duas formas de analisar esses dados. A primeira sobre um olhar esperançoso de avaliação quanto aos avanços alcançados de 2005 até 2017 com o engendramento das legislações e de um Plano Nacional de Assistência Social que destinasse esforços para ampliação de serviços públicos na Assistência. A segunda diz respeito a um pesar entristecido de avaliar que mais que em outros momentos conjunturais, as possibilidades de avanços para o SUAS no ano de 2019 estão por um fio com a forte, quase consolidada, reforma previdenciária germinada em 2016, redução do orçamento para a Assistência Social em favor do novo regime fiscal mais a reforma administrativa que segue como proposta para cercear as possibilidades de carreira no público, se os postos de trabalho não são repostos – servidores morrem, se aposentam- as possibilidades de engendramento de quadro profissional para os serviços podem se extinguir ou se consolidar em vínculos precarizados de existência.

O lugar das OSC's, inseridas no âmbito dos serviços, na política de Assistência Social, foi demarcado juridicamente no Governo Fernando Henrique Cardoso e teve destaque no governo Dilma³³, em 2014, quando emerge da agenda do governo a demanda de um Marco Regulatório específico para alinhar e legislar a organicidade de entidades privadas na prestação dos serviços socioassistenciais. Identificamos na atualidade uma tendência de agravamento do enraizamento do setor privado junto as políticas Sociais, em especial a de Assistência, em favor do processo de acumulação, com incidência direta na vida dos trabalhadores, principalmente os mais expropriados, para quem a política de Assistência Social é planejada e ofertada. Novamente, a questão que se coloca é sobre qual medida de autonomia temos enquanto país para planejar e construir políticas sociais minimamente voltadas ao interesse da população trabalhadora.

Para Oliveira (2017) as políticas neoliberais tendem a resgatar a lógica de um Estado mínimo e politicamente forte no sentido de coercitivo, apoiados pelo arranjo legalista que lhe é próprio para promover as reformas econômicas necessárias a fim de garantir o estágio de

³³Em 2011, o SUAS ganha legislação e se compõe ao PNAS “A presidente Dilma Rousseff agradeceu aos parlamentares presentes pela aprovação da lei e destacou que o Brasil conta a partir de agora com uma legislação à altura do papel da assistência social no país” . E em 2014, o MROSC é sancionado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/06/dilma-sanciona-sistema-unico-de-assistencia-social>> acessado em: 20/05/2019

acumulação, sempre sem abrir mão do discurso da democracia, dos direitos e da igualdade.

“Ou seja, ao mesmo tempo em que radicaliza a fraseologia em prol dos princípios democráticos e da defesa dos direitos expulsa e alija milhões de trabalhadores do acesso ao trabalho, cerceia a liberdade de expressão, estimula políticas que contrariam princípios democráticos, retira direitos sociais ao não investir em políticas de saúde, moradia, previdência e educação (OLIVEIRA, 2015). Privatiza serviços públicos, onera a classe trabalhadora com altas taxas de juros e impostos elevados, garantindo desta forma o superávit primário. (Oliveira,2017.p106-107 grifos nossos)”

E mesmo atendendo aos interesses de acumulação, os Estados subalternos, de economia periférica, ficam a mercê do que é interessante aos países de economia central. Braz (2017, p. 85 grifos nossos) avalia que,

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. **Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava.**

Partindo da análise de que os Estados se conformam enquanto necessidade do Capital, a orientação política de democracia vem sendo deformada e lançada a uso quando é de interesse do capital. “Em verdade, por parte de governos, e em especial do governo Temer, há um discurso em favor da democracia enquanto as práticas são ditatoriais, na medida em que a sociedade não concorda com as contrarreformas do Estado nem com as cargas tributárias que são impostas à classe trabalhadora. Pereira(2018,p.78)” Olhando para o nosso contexto pós-golpe de 2016, com o plano de gestão do governo Temer em andamento³⁴, temos sinais

³⁴ Em entrevista a folha de São Paulo em julho de 2019, Temer declara abertamente: “O governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu”, diz Temer, ex-presidente, que o avanço da pauta da Previdência é herança de seu mandato. O Estado assumidamente se compromete com as demandas do capital. Reformar a previdência diz respeito a afirmar condições precárias de vínculos de trabalho, expropriar ainda mais os valores provenientes do trabalho e se descomprometer com as condições de vida da classe trabalhadora.

contundentes de que a concepção de seguridade social está sendo atacada frontalmente. A correlação de forças indica o desmonte do tripé da seguridade social, e o possível retorno à conformação privatista na saúde, o avanço financista com os fundos privados de previdência, e a privatização na política de Assistência Social, via OSC's para a prestação de serviços socioassistenciais, associados à "renda mínima" mantida pela continuidade do Programa Bolsa Família.

3.2 O acirramento do engendramento das OSC's com o elemento do MROSC sob o pano de fundo do ajuste fiscal. Implicações para a PNAS e para o SUAS.

A lei 13.019 estabelece os princípios para contratualização entre OSC's e poder público. Entrou em vigor para os Estados e Governo Federal em 23 de janeiro de 2016 e em 01 de janeiro de 2017 para os municípios. O diagnóstico da equipe de trabalho que se debruçava sobre o intento de um novo marco regulatório, de uma nova legislação que abarcasse a relação contratual entre Estado e OSC's foi de que o modelo anterior denominado "parceria" se mostrava como insuficiente para controle e fiscalização das atividades, sendo substituído pelos contratos. Com isso, sobre a forma de três instrumentos jurídicos formulou a operacionalidade entre essa relação.

1. Termo de fomento: que acontece quando as OSC's levam ao Estado (mediadas pelos Conselhos de Direitos), um produto a ser realizado e expresso num plano de trabalho.

2. O termo de Colaboração: que acontece no mesmo processo. Entretanto, a parte que busca por contratualização é o Estado. O poder público determina o produto expresso em serviços em um plano de trabalho que seja de seu interesse e publiciza edital de chamamento (leilões).

3. Acordo de Cooperação: que processualmente diz respeito a relação de prestação de serviços entre o Estado e as OSC's, independe de qual parte tenha tomado a iniciativa e se diferencia por não haver relação monetária entre essa relação. Mesmo contratualizado o Estado não enviará recursos para execução do plano de trabalho.

Com isso, podemos avaliar que com a nova legislação a relação entre Estado e OSC's estabelece um nível de aprofundamento mais acirrado no Brasil. Fica possibilitado que ocorra terceirização dos serviços sociais tanto no âmbito da gestão (com o termo de fomento), da operacionalização (com o termo de fomento mais o termo de Colaboração) e ainda que haja o deturpado entendimento que há alcance estatal na prestação de serviços, quando na verdade

estão sendo realizados integralmente por instituições privadas mas que por acordo de cooperação **sejam contabilizados como serviços prestados pelo Estado**. Com a nova legislação, todas as OSC's tendo ou não contrapartida do Estado estarão inscritas como entidades prestadoras de serviços do Estado. Parece absurdo de conceber, depois de tantos caminhos percorridos, mas este é o projeto do Estado Neoliberal para as políticas sociais.

O capítulo e artigo primeiro da LOAS, trata das definições e dos objetivos da Assistência Social, dando clareza acerca de sua característica não contributiva engendrada enquanto requisito para política de Seguridade Social, em direção a garantia dos mínimos sociais e da necessidade de sua realização em um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade. Contudo, é preconizado que a relação com o privado se realize de forma complementar, não o contrário. A tese de Ilzamar Silva Pereira(2018, p74-75), avalia que o programa do Governo Temer(2016) “Umaponteparaofuturo”, é um posicionamento explícito quanto ao desmonte da política de AssistênciaSocial.

“O documento critica que “o orçamento chega ao Congresso para ser discutido e votado, com a maior parte dos recursos já previamente comprometidos ou contratados, seja por meio de vinculações constitucionais, seja por indexação obrigatória dos valores” (BRASÍLIA, 2015, p. 8). [...]significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com seus custos e benefícios. Hoje os programas e projetos tendem a se eternizar, mesmo quando há uma mudança completa das condições. De qualquer modo, o Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou o fim de cada programa ou projeto (BRASÍLIA, 2015, p. 10). Em continuidade à análise do documento “Uma Ponte para o Futuro” (BRASÍLIA, 2015), igualmente ao Programa de FHC, “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (BRASÍLIA,1995),as questões econômicas se sobrepõe às “questões sociais”, quando se estabelece: [...] vamos propor a criação de uma instituição que articule e integre oPoder Executivo e o Legislativo, uma espécie de Autoridade Orçamentária, com competência para avaliar os programas públicos, acompanhar e analisar as variáveis que afetam as receitas e despesas, bem como acompanhar a ordem constitucional que determina o equilíbrio fiscal como princípio da administração pública(BRASÍLIA,2015,p.10- 11).”

Nessa análise descritiva do projeto de governo “uma ponte para o Futuro”, junto a Pereira(2018),podemos avaliar que abre-se precedentes fortíssimos para uma concepção que designa romper com a lógica de ação continuada com repasse regular e automático vigente no SUAS,que mesmo recente,vem demonstrando melhorias na condução desta política. Na frase “De qualquer modo, o Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou o fim de cada programa ou projeto” podemos avaliar que é rompida também a relação entre os conselhos e conferências enquanto espaços deliberativos e consultivos acerca dos programas e projetos para a Política de Assistência. Uma atitude autoritária que rompe

com o pacto constitucional e que nos leva a cogitar que o plano para a Assistência está em voltar a relegar a política de Assistência a um setor subalterno dentro de uma outra política social, assim como antes do SUAS.

Em direção a essa perspectiva autoritária esse govern ooriundo do golpe democrático, opera via emendas constitucionais. A PEC 241/2016³⁵, que aprovada se tornou EC 95, do congelamento de gastos sociais por 20 anos impacta severamente sobre as possibilidades de condução das políticas sociais. A tese de Pereira(2018) é de que já em2026, com esse novo regime fiscal, se considerássemos um cenário de única e exclusiva frente de atenção ao BPC, o que significa dizer que não haverá espaço para ampliação e manutenção dos serviços na lógica do SUAS³⁶, o montante destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social –FNAS, já não suportaria a manutenção das atividades. Vamos visualizar essa realidade, junto as construções dessa autora. O gráfico que segue, diz respeito a participação (%) do gasto com BPC (Cenário Base) em relação ao total do MDSA projetado pelo (Cenário Base) e pelo Cenário do Novo Regime Fiscal instituído pela PEC 241/16, e uma projeção de 2017 a 2036.

³⁵ “Para fins de verificação do cumprimento deste limite, a PEC 241/16 determina que se observe o somatório das despesas que afetam o resultado primário de cada poder, não havendo limite por área ou órgão setorial. Em outros termos, as despesas primárias do Poder Executivo, que correspondem aos gastos com previdência social, saúde, educação, assistência social, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, habitação, ciênciaetecnologia, infraestrutura, dentre outros, terão que observar o teto imposto pela PEC241/16 de forma conjunta (BRASILIA, 2016, p.7).”

³⁶ Equipamentos públicos na atenção básica e especial de média e alta complexidade.



Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo). Nota: Em 2016, consideraram-se as despesas referentes à dotação autorizada e não a despesa realizada, uma vez que o exercício ainda não foi encerrado (BRASÍLIA, 2016, p. 15 apud PEREIRA 2010 p. 94).

Para Pereira (2010) de acordo com os dados retirados da Nota Técnica n. 27, o BPC, enquanto direito constitucional e obrigatório, não sobreviverá aos próximos 10 anos. Em outras palavras, os recursos totais previstos para o Ministério do desenvolvimento Social e Agrário no contexto do Novo Regime Fiscal, estabelecido pela PEC do congelamento de gastos sociais, somente dariam para manter exclusivamente o BPC até o ano de 2026. Isso significa que aprisionada a concessão, ou não, da disponibilidade de orçamento os serviços públicos do SUAS e o BPC, tendem a se extinguir ou a se precarizar ainda mais. Sobre o BPC, a questão já está em trâmite de solução pelo governo Bolsonaro. Sobre a forma de mais uma proposta de emenda à constituição, a PEC 6/2019³⁷, tramita-se desde maio de 2019 a discussão de que o BPC, em favor do ajuste fiscal em andamento, deverá operar sobre novas regras de concessão.

Hoje, conforme determinações estipuladas pela CF 1988 e alocação na LOAS, o benefício é concedido a pessoa idosa a partir dos 65 anos e pessoas com deficiência física, em todas as faixas etárias da vida, desde que esses dois grupos de sujeitos tenham renda familiar, comprovada, inferior a um quarto do salário mínimo vigente. Propõe-se que a pessoa idosa

³⁷ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/09/bpc-e-um-dos-pontos-polemicos-da-reforma-da-previdencia>> acessado em 19/07/2019

comece a receber o benefício a partir dos 60 anos de idade, mas com valor de meio salário mínimo, podendo receber o valor de um salário mínimo completo posterior ao alcance de 70 anos de idade. A regra propõe, ainda, que além de análise socioeconômica atestante de um quarto do salário mínimo per capita, seja ainda observado se o patrimônio familiar não ultrapassa 98 mil reais. Perceba, além de desconsiderar completamente a realidade dos trabalhadores urbanos, que possuem vínculos instáveis e baixos salários, excluem da análise os trabalhadores rurais que se inserem historicamente em atividades de trabalho com difícil comprovação de vínculo, desconsideram também a nocividade que principalmente os trabalhadores com especialidade de primeiro e segundo grau estão expostos. A reforma previdenciária, reflete incisivamente na composição da política de Assistência Social, uma vez que os fundos da seguridade (Assistência, Saúde, Previdência) estão atrelados. Historicamente a política de Assistência foi relegada ao patamar de serviços da esfera filantrópica, desconsiderando o pacto constitucional, os governos neoliberais em andamento vêm criando impossibilidades para que a Assistência se erga enquanto Política Social. “Assim, caminhamos para uma reforma regressiva e conservadora do BPC até a sua extinção. Como afirma a Nota 27, “neste caso, o valor do benefício, que é vinculado constitucionalmente a um salário mínimo, será corrigido apenas pela inflação, sem obter ganhos reais” (BRASÍLIA, 2016, p.17 apud PEREIRA.2018.p95)”.

O cenário é grave, corremos severamente no risco de perder os ganhos acumulados pelas lutas de classes. Os que estão em campo, podemos observar que desde o segundo semestre de 2018 nenhum requerimento de benefício de prestação continuada dos usuários teve andamento no interior das agências do INSS. Podemos observar ainda que as equipes técnicas responsáveis pelas análises socioeconômicas sequer tiveram acesso aos requerimentos, que estão embargados de análise sobre o pretexto de uma nova informatização para o processamento de deferimento ou indeferimento do BPC. Serão avaliados, se forem realmente, sobre uma lógica mecânica, quantitativa, sem a possibilidade de que as especificidades do arranjo de vida e estratégias de sobrevivência das famílias sejam ponderadas e tenham visibilidade por parte da equipe técnica responsável pelas análises socioeconômicas, são coisas, o caráter da humanidade está em subsunção ao trato de coisas.

De acordo com Berhing(2010), o fundo público na atual face do capitalismo, monopolista e financeirizado, desempenha ação fundamental para o processo de acumulação, uma vez que o Estado se engendra fortemente enquanto esfera que suporta e legitima a extração desacerbada de mais valores. Para a autora, se observa que o fundo público assume tarefas e proporções cada vez maiores, que para o nosso objetivo cabe destacar a

materialidade de significação das possibilidades de construção da política de Assistência. Vivemos sobre a égide em que o capitalismo impera, com isso as determinações de acesso aos serviços sociais passa diretamente sobre o significado de quais valores serão disponibilizados para execução da política de Assistência.

O que assistimos no trato dado as OSC's no Brasil, para este momento histórico em que existe um Marco regulatório que organiza transversalmente as três esferas do Estado a fim de ampliar as possibilidades de contratualização entre público e privado para todas as Políticas Sociais -políticas estas que estão inseridas num contexto neoliberal do Estado e tendem a ficar cada vez mais perenes e focalizadas no trato à miséria, em um momento histórico em que os movimentos sociais combativos e de resistência estão sendo alvo de criminalização - entendemos que a conjuntura propicia que essas parcerias, além de privatização velada, tenham por objetivo aparelhar as OSC's prestadoras de serviços, tomando-as enquanto referencial de conduta positiva à participação no Estado. Enquanto que as que prestam serviços que não se engendram em favor da lógica de acumulação (os movimentos sociais de resistência, e as OSC's que lutam por acesso a direitos sociais dos mais diversos segmentos da classe trabalhadora, por exemplo) sejam ainda mais subalternizadas e demarcadas como agentes desarticuladores da coesão social, não úteis a "democratização" do Estado. Dentro da história pretérita do Brasil temos momentos circunstanciais em que os equipamentos que se configuraram enquanto intelectuais orgânicos da classe trabalhadora foram, via repressão e via legislações, aparelhados e desmobilizados pela interferência estatal, acreditamos que estejamos caminhando sobre um desses momentos.

O MROSC trata ainda do caráter referente a sustentabilidade das OSC's, conforme Carvalho(2016), ampliando as entidades participativas³⁸ identificadas como Organizações da Sociedade Civil, acresceram-se as cooperativas sociais, e viabilizando por arranjo normativo que as organizações possam se associar para execução de projetos. Criaram assim, as figuras de organização celebrante, organização executante e não celebrante. Com isso, uma OSC pode contratar os serviços de uma outra OSC para realizar um plano de trabalho aprovado por chamamento público pelo Estado em suas três esferas administrativas. São muitas possibilidades de privatização e contratualizações, fica perceptível que há intenção real de profissionalizar e colocar em nível comercial as possibilidades de sustentação, aplicação e permeabilidade das OSC's dentro da política pública.

³⁸ As cooperativas Sociais que haviam sido vetadas da possibilidade de se qualificar no critério sem fins lucrativos na legislação das OSCIP (1999), por terem sido entendidas como lucrativas, na legislação de 2014 são revistas e compreendidas como parceiras pactuantes.

No que se refere a certificação, a lei cancela os títulos anteriores e coloca em caráter de isonomia as OSC's. Deixando como critério para elegibilidade ao pleiteio de participação de chamamento público nas três esferas, o critério de tempo de vida da organização; 1 ano para contratação em município, 2 anos para contratações com o poder estadual e 3 anos para o poder federal.

Conforme SUAS (2019), A relação de parceria com as OSC's se dará preservando as especificidades da política de assistência social cumprindo os parâmetros das legislações vigentes da Assistência. Continuará dando enfoque e primazia a territorialidade, o que significa que "limita geograficamente" o chamamento, nos casos de organizações sediadas ou atuantes em determinada unidade da federação por imperativos das políticas públicas.(art.24,§2º, inciso II. SUAS, 2016, p.27). A única hipótese em que há dispensa do mecanismo de chamamento se dá conforme Artigo 30 da lei 13.019/2014.

Art. 2o-A. As parcerias disciplinadas nesta Lei respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação edeliberação.

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Este é um ponto importante a se destacar. A legislação prevê possibilidade de parcerias para serviços, programas e projetos, o número de serviços prestados por OSC's dentro da tipificação do SUAS na atenção especial e na atenção básica é bastante significativo. Um processo abrupto de rupturas seria caótico tanto para os trabalhadores dos serviços quanto para a população usuária assistida. Contudo, em um cenário de congelamento com os gastos sociais em que o BPC incorre na possibilidade real de extinção, temos a percepção de que em nome do ajuste fiscal, as centenas de OSC's do país, serão manobradas pelo Governo federal para assumirem um papel ainda maior pelos governos pós-golpe.

Em 2019, no governo pós- golpe de Jair Messias Bolsonaro, está inserido como programa do governo Federal, o "**Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado**, vinculado ao Ministério da Cidadania, tem por objetivo fomentar a prática do voluntariado como um ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo; e estimular o crescimento do terceiro setor, contribuindo para a transformação do Brasil em um país mais justo e mais

solidário. (homepage do MDS).” Assim como o programa “Criança Feliz” de Temer, está personificado pela figura da primeira Dama. Michele Bolsonaro orna de figura humanista e sensibilizada com as questões da população empobrecida, o programa vem forjado de objetivos que visam promover o voluntariado de forma articulada entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado com vias de incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade. Um discurso píffio que “cola” muito bem junto as camadas da “nova classe trabalhadora³⁹” da “classe média” brasileira, tão bem demarcada por Chauí (2016).

O ministério da cidadania terá incumbência de firmar parcerias com entidades públicas ou privadas visando à mobilização, à divulgação e ao desenvolvimento de atividades voluntárias; Fomentar projetos de cooperação³⁹ nacional e internacional para a promoção do voluntariado; Promover a integração das bases de dados sobre entidades responsáveis por atividades voluntárias; Promover o desenvolvimento e a gestão da base de dados e das estatísticas sobre as atividades de voluntariado no país; Dar visibilidade a projetos e pesquisas sobre voluntariado no país; Aprovar código de ética do voluntariado; Elaborar relatório de atividades e de execução do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado; Atuar como secretaria executiva do conselho e prestar apoio técnico às instituições, visando que se reproduzam e se estabeleçam na prestação de serviços. Todos esse pontos estão grafados no site do MDS, fetichizam veemente que a saída da crise se dará com trabalho de todos, em comunhão ao bem maior em prol da nação. O programa, cria ainda um conselho do projeto, uma medida altamente impositiva que não passou por consulta a nenhum conselho de direitos, quer esfera nacional, estadual ou municipal. Estamos novamente, porque FHC

³⁹ “A classe média é uma abominação política porque é fascista; é uma abominação ética porque é violenta; e é uma abominação cognitiva porque é ignorante. Fim”, uma fala de Marilena Chauí durante lançamento do livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma”. Entendemos que a autora estava realizando uma crítica ao comportamento da classe média, a qual se vangloria de ser a detentora de um conhecimento que a coloca como possuidora de condições de acessos a serviços que a faz sentir inclusa na socialização da produção, mas que não se dá conta de que os ganhos via políticas sociais neoliberais de redistribuição de renda, tem um lastro de fome e morte nas populações mais pauperizadas. E ainda, que a identidade da dita classe média é mais verossimilhante ao dessas camadas de classe pauperizada (construídas estatisticamente de forma deturpada, como visto junto a Filgueiras(2007) nesta dissertação) do que junto a classes postas como “ricas” dentro do imaginário Social. Marilena foi absurdamente rechaçada pelos intelectuais orgânicos do Capital. Qualquer discurso que denuncie o deturpado entendimento acerca dos processos massacrantes postos pelo Modo de Produção Capitalista e a relação explícita de sodomização do Estado Neoliberal para com a Classe trabalhadora, é imediatamente atacado, e aqueles que proferiram tal discurso de verdade são levados ao imaginário social enquanto instância adoecida, um inimigo da democracia que está duramente sendo construída com o trabalho de toda uma nação. Trabalho voluntário, como posto no plano de governo de Bolsonaro. Nitidamente caminhamos sobre oníricas fugas de realidade.

³⁹ Acordo de Cooperação: que processualmente diz respeito a relação de prestação de serviços entre o Estado e as OSC’s, independe de qual parte tenha tomado a iniciativa e se diferencia por não haver relação monetária entre essa relação, além da imunidade tributária já adquirida desde as legislações da década de 1990 com FHC.

também incorreu nessa proeza, no auge de um conselho de voluntariado dentro da gestão do Estado, que conforme pacto constitucional deveria ser a esfera de gestão da política social “pública”. Tal Conselho do voluntariado do governo Bolsonaro tem a função de:

I - promover o diálogo político com pessoas e representantes de instituições governamentais e não-governamentais sobre temas estratégicos de promoção do voluntariado no País, visando identificar prioridades e realizar ações que materializem sua consecução;

II – articular programas inovadores de voluntariado, baseados na parceria Estado-sociedade;

III - desenvolver iniciativas de fortalecimento de organizações da sociedade civil;

IV – propor, em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais, ações de mobilização voltadas para o atendimento de demandas não atendidas de voluntariado;

V - propor projetos e iniciativas que estimulem o engajamento do setor público, do setor privado e das organizações da sociedade civil em atividades voluntárias;

VI - Estimular os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional a promoverem o voluntariado e incentivarem os seus servidores à participação em atividades voluntárias;

VII - propor parcerias com entidades públicas ou privadas visando à mobilização, à divulgação e ao desenvolvimento de atividades voluntárias;

VIII – desenvolver metodologia de cômputo, homologação e avaliação de iniciativas de voluntariado no País;

IX - estimular a articulação interinstitucional para a implementação dos objetivos do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado;

X - colaborar para o desenvolvimento de campanhas de divulgação de ações e projetos transformadores para estimular o engajamento dos cidadãos em atividades voluntárias;

XI – propor sobre reformulação e manutenção de plataforma digital do voluntariado;

XII – elaborar proposta de código de ética do voluntariado e das entidades responsáveis pelas atividades voluntárias; e

XIII - elaborar proposta de plano de trabalho para o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

Não muito distante do que havia proposto FHC em março de 1999, quando instaurou-se o programa comunidade solidária, também via decreto (Nº2.999/1999), criou um conselho para o programa. Contudo, a conjuntura em que o programa “Pátria Voluntária” de Bolsonaro

está inserido é ainda mais alarmante . Há um Marco Regulatório em que todas as possíveis combinações de enraizamento entre Estado e OSC's se sustenta, é um período pós- golpe em desfavor à democracia, a classe trabalhadora está conformada em diáspora e o processo de reificação dessa classe é ainda mais aguçado, o compromisso do Estado com o capital financeiro, desde a crise de 2008, é estreitíssimo, existe uma PEC que congela os gastos sociais por 20 anos.

Articulado ao Pátria voluntária, temos enquanto herança do governo Temer, o programa criança Feliz de ação ainda mais fragmentada. Conforme o Ministério da cidadania trata-se de “um programa que tem o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) e facilitar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam. O Programa se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos”. De verdade, o que se tem a dizer sobre esse programa é que possui pouca interface com a política de Assistência e com isso, está desarticulado da proposta do SUAS. A ponte para o acesso à população usuária (os visitantes) não cumprem uma função distinta dos agentes de saúde do Estratégia de saúde da família. Por causa da pouca escolaridade exigida para a função, possuem capacidade técnica adquirida do senso comum que impera, uma visão higienista e culpabilizadora acerca dos atendidos. E uma questão importante a se destacar é o que se refere à recursos. Não foi disponibilizado verba maior para que se implantasse, funciona com o recurso do Serviço de Convivência. Dentro da lógica do SUAS, articulado com o CRAS, o serviço de convivência ocupa posição de juntura, subsidia ações do PAIF, desempenha essa ponte entre os serviços e os profissionais de nível superior dos CRAS, além de abranger todos os níveis cronológicos da vida dos usuários com atividades e projetos à população para cada recorde de necessidades.

De acordo com Jucimeri Isolda Silveira(2017, p. 4)⁴⁰o orçamento de 2018 já aparece um recurso de um milhão para o Programa Criança Feliz, maior até do que os recursos para o CRAS. Avalia que se o governo não recompor os recursos para o CRAS, se confirma essa centralidade do programa em relação ao CRAS. O orçamento não se recompôs⁴¹.

⁴⁰ Jucimeri Isolda Silveira, doutora em Serviço Social e conselheira do CRESS-PR, publicada na revista ihu on-line disponível em <<http://www.cresspr.org.br/site/a-inviabilizacao-e-o-desmonte-do-suas-em-tempos-de-aumento-da-demanda-por-assistencia-social/>> acessado em 20/07/2019

⁴¹ De acordo com a resolução nº 20, de 13 de setembro de 2018 o CNAS considera, que a dotação orçamentária de 2018 para as despesas discricionárias da Assistência Social mostra-se insuficiente para a manutenção dos serviços e programas socioassistenciais e que o corte orçamentário para o exercício de 2019 “gerará grande prejuízo na atenção à população em situação de vulnerabilidade social”. O CNAS aponta que a

“Embora esse programa [o criança feliz] seja importante, ele está sendo executado fora da lógica do SUAS, por equipes contratadas, de modo precarizado e com frágil atuação intersetorial, especialmente com a saúde. O Programa Criança Feliz não conseguiu envolver as outras secretarias, pois ele acompanha as crianças nos primeiros anos de vida, mas a saúde não está integrada suficientemente nesse programa [e ele segue alocado na Assistência]. Então, é um programa que foi parar dentro do SUAS e, de certo modo, está ganhando mais centralidade do que o próprio SUAS.”

Em concordância e verificação junto à Silveira (2017) há um descumprimento do orçamento que foi aprovado, o Conselho Nacional de Assistência Social é o órgão superior dessa política, que aprovou a proposta orçamentária de 59 bilhões para 2018 na resolução nº 12/2017, sendo 3 bilhões para manter a rede de serviços e pagar as parcelas em atraso. Mas os cortes em alguns serviços chegam a 99%.” Concordamos junto a Pereira(2018) e Silveira(2017) que o cenário é crítico e que de muitas formas, para além do que a palavra escrita abarca, estamos sobre a possibilidade da inviabilização do Sistema único de Assistência Social. A crise não está no orçamento fiscal, está no processo de acumulação, que gera expropriação do trabalho e seus proventos. Compreendemos junto as autoras que em um cenário de “crise”, políticas como essa deveriam ser protegidas pelo governo, e não descontinuadas, pois elas atendem à população mais vulnerável, compõem as estratégias de sobrevivência dos mais expropriados no circuito da acumulação capitalista.

De acordo com Queiroz⁴²(2019), “o governo Bolsonaro pretende promover **ampla reforma administrativa**, com medidas voltadas para a descentralização, a redução do gasto governamental e a revisão do tamanho e do papel do Estado.” Conforme os apontamentos desse jornalista político a ideia geral dentro do ajuste fiscal, se estabeleceria: no enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; na **redução do quadro de pessoal**, evitando a contratação via cargo público efetivo; **na redução de jornada com redução de salário**; na instituição de um carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores na adoção de critérios de **avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho**; **na ampliação da contratação temporária**; e na autorização para a **União criar fundações privadas, organizações sociais**

proposta orçamentária para a Assistência Social para o exercício de 2019 se mostra insuficiente para o financiamento do SUAS.

⁴²Antônio Augusto De Queiroz, Jornalista, analista político, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), idealizador e coordenador da publicação CabeçasdoCongresso. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/servidores-publicos-serao-a-bola-da-vez-de-bolsonaro/>> acessado em 18/08/2019

e serviço social autônomo – cujos empregados são contratados pela CLT –para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (**Saúde, Previdência e Assistência Social**), uma aplicação muito clara dos dispostos na lei 13.019/2014.

Essas constatações articuladas a “vamos propor a criação de uma instituição que articule e integre o Poder Executivo e o Legislativo, uma espécie de Autoridade Orçamentária, com competência para avaliar os programas públicos, acompanhar e analisar as variáveis que afetam as receitas e despesas, bem como acompanhar a ordem constitucional que determina o equilíbrio fiscal com o princípio da administração pública” do programa de governo de Temer, significam um fortalecimento à nossa hipótese de que há em andamento uma proposição por parte dos governos pós- golpes em uma inviabilização do SUAS. Dentro da compreensão sobre a política de Assistência Social tendo enquanto orientadora a lógica da prestação de serviços em atividades continuadas, que para tanto se apoia no NOB SUAS RH em determinar planos de carreira para os trabalhadores do SUAS, sendo essa uma condição necessária para que se alcance condições de trabalho favorável para posicionamentos profissionais que se construam na direção combativa ao patrimonialismo e clientelismo historicamente articulados na política de Assistência Social, que está a mercê de retrocessos históricos quanto à sua função. Juntos isso ao ajuste fiscal e tendências de uma política pública de Assistência Social ainda mais deformada tem solo fértil para se constituir. Pereira (2018 p. 196), contempla as apreensões,

“Essa é a fase atual do SUAS, pós-golpe de 2016, configurando-se em um sistema ameaçado, principalmente, com o Novo Regime Fiscal e a implantação do Marco Regulatório. O desafio atual diz respeito a manter os serviços implantados, o que não é apropriado de acordo com a política, visto que deveríamos lutar para garantir a universalidade/integralidade da seguridadesocial enquanto política pública.”

Resgatando as exposições e análises realizadas nos dois primeiros capítulos dessa dissertação, em consonância do Brasil se localizar na precarização de vínculos trabalhistas (dentro da eminente possibilidade de aprovação da reforma da previdência de Temer, ainda em andamento e sob negociação dentro do governo Bolsonaro), com o anúncio da reforma administrativa, haja vista o processo de reestruturação produtiva engendrado desde os anos 1990, a massa de trabalhadores lançada a necessidade de uma política de Assistência

estruturada e com frentes de atendimento especializado às diversas demandas que emergem, é crescente. Em contrapartida, temos um recuo anunciado das políticas sociais pelo Estado Neoliberal brasileiro em se retirar dos compromissos firmados na Constituição, na LOAS e nas demais legislações atinentes que compõem a Política de Assistência Social.

Temos na política de Assistência Social pistas de que a conjuntura que se mostra está em construção para uma expropriação desmedida do trabalho e seus proventos, ainda mais agravada. A conjuntura antidemocrática implica em muito sobre as possibilidades de organização e resistência da classe trabalhadora. As instâncias consultivas da sociedade civil estão sendo descaradamente atropeladas e desconsideradas. Acreditamos de forma mais convícata que a política de Assistência Social Sobreviverá, temos dúvidas ainda, se o SUAS terá possibilidades de sustentação e - se no melhor dos cenários ainda se sustente- quais as condições impetradas a sua continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente do processos de reestruturações produtivas no Brasil , em que acontece um alargamento do setor de serviços , o ramo das OSC's se desdobrou enquanto possibilidade de inserção profissional a um contingente significativo de trabalhadores que estava deslocado do processo de trabalho, ou mesmo inseridos no mercado mas que ainda assim precisam de outros vínculos de trabalho para garantia de sua reprodução. Entretanto, esse contingente de trabalhadores está inserido dentro da lógica de acumulação flexível, em que os vínculos são frágeis e precarizados. O Estado em sua formação neoliberal, media esse processo de precarização do trabalho, desregulamentando o trabalho (pelas reformas trabalhistas em andamento e as já realizadas) e se retirando das ações de políticas sociais, justificando-se no ajuste fiscal, EC95 do congelamento com os gastos sociais. As medidas adotadas pelo Estado brasileiro para fomentar participação da sociedade civil, no cenário atual, se traduzem em um programa que incentiva o voluntariado, ao mesmo compasso que lança mão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil para que as parcerias com as OSC's sejam realizadas amplamente nas três esferas administrativas do Estado. Para a Política de Assistência Social isso implica em desarticular as possibilidades de construção de uma política de Assistência estruturada sobre o caráter público, conforme as orientações do SUAS e da NOB RH. Trazendo para dentro da Política Nacional de Assistência Social, e para os trabalhadores do SUAS essa lógica de inserção precarizada que é latente no mercado. A rebote disso, a política de Assistência Social, e demais políticas, se configuram ainda mais enquanto expressão de expropriação dos valores obtidos pelo trabalho, uma vez que a contrapartida financeira do fundo público, fica condicionada à disponibilidade orçamentária impetrada pela EC 95. O discurso do Estado é de que há um rombo previdenciário e que as reformas de flexibilização da regulamentação do trabalho são necessárias para que se aumente empregos, mas avaliamos que seja mais uma mediação de exploração dos trabalhadores. Expropriados dos valores do trabalho em conformação flexível, expropriados do acesso a serviços sociais de qualidade.

O cenário não é favorável, tecer considerações acerca da intrínseca relação entre Capital e Trabalho, analisando o comportamento do Estado brasileiro em sua forma neoliberal, bem como os rebatimentos na classe trabalhadora⁴³ frente às demandas do processo

⁴³ “Dá-se a expansão do precariado e do lumpemproletariado, possibilitando ao Estado recorrer às políticas de exceção através dos programas de transferência de renda que grassam por todo o mundo; ou às iniciativas voluntárias da sociedade civil (associações caritativas, fundações empresariais, organizações não

de acumulação, em um panorâma de desmonte do SUAS via ajuste fiscal e ampliação do uso de OSC's, se fez imperativo para a conjuntura.

O desmonte em andamento rebate diretamente na conformação da política de Assistência Social, no quadro de funcionários públicos de todos os equipamentos do SUAS, conseqüentemente afeta ainda, as possibilidades de inserção profissional do Serviço Social. Incide ,sobretudo, acerca das possibilidades de alcance da população trabalhadora ao acesso de direitos.

Conforme temos analisado, a saga capitalista é o alcance do valor, a necessidade de reestruturação dos capitais em favor à essa meta, a corrida pela acumulação de valores, em sua face globalizada e financeirizada, necessariamente implica em uma articulação por todo o globo entre os Estados, a fim de que as bases materiais e artificiais (regulamentação do mercado financeiro) sejam alcançadas. Tais bases materiais se relacionam diretamente à conformação do trabalho que fica submetido a regulamentação ou legitimação da desregulamentação pelos Estados nacionais. O Estado neoliberal brasileiro inserido em uma lógica de subalternidade aos interesses dos países centrais, nos temos de Marini(2017), segue desregulamentando o trabalho o que implica em um aumento da informalidade e do ramo de serviços, propondo e consolidando reformas trabalhistas, com o intuito de atender aos interesses internacionais e legitimar a precarização do trabalho, fechando com o capital financeiro o compromisso de sacrificar os investimentos no trabalho (políticas sociais públicas e direitos trabalhistas) pela primazia em aumentar o (super)ávit primário. O que conseqüentemente impacta nas políticas sociais ofertadas aos trabalhadores. Com isso, o trabalho é fim e mediação do processo de acumulação, e os apontamentos de Mota (2017.p.01) sobre as expropriações contemporâneas, tomam ainda mais materialidade. “A categoria expropriação, utilizada por Marx no capítulo da Acumulação Primitiva, em O Capital, adquire novas expressões e significados na atualidade, permitindo-nos qualificar o que denominamos de expropriações contemporâneas, expressas na mercantilização das políticas, no desemprego e na precarização do trabalho.”

Caminhamos sobre uma conjuntura pesada demais para quem está impetrada na condição de trabalhadora que media atendimentos aos segmentos mais precarizados pela

governamentais), qualificando-as como políticas de assistência e de enfrentamento à pobreza. A precariedade de vida dos trabalhadores apresenta- se expressão da pobreza e objeto de programas sociais, **mas, na verdade, trata-se de trabalhadores expropriados do trabalho e parcialmente reintegrados ao mercado como os poucos recursos de que dispõem.** (MOTA.2017. p.03. grifos nossos)”

expropriação sem medidas do capital. Entretanto, se hoje são dias difíceis, me pergunto se já houve os dias em que a conjuntura esteve fácil.

Dentro do atual arranjo do SUAS, é visível que há protagonismo para o Serviço Social, tanto nas lutas para sua constituição, quanto na prestação dos serviços sociais. Olhando para o NOB RH SUAS, percebemos que em todos os equipamentos públicos há obrigatoriedade de assistentes sociais no quadro de trabalhadores. Essa necessidade posta na norma operacional básica, advém do reconhecimento da necessidade de profissionais especialistas nas mais diversas expressões da questão social, para atender às demandas posta pelos empregadores (Estado, OSC's, empresas) e requeridas pela população trabalhadora que acessa os serviços. Nas abstrações que foram construídas no processo de confecção dessa dissertação, foi possível alcançar a clareza de que embora em alta medida seja contraditório, nessa conjuntura, a retirada do Estado para a classe trabalhadora e o firmamento de pacto com o Capital, essa articulação não é recente, é histórica em diversos recortes dessa nossa saga. Com isso, mesmo que estejam nos ofertando (para nós enquanto classe, para nós enquanto categoria profissional) um cenário que se sustenta pela precarização e expropriação sem medida do trabalho, o momento não é para recuos. O momento é de análise e de articulação do nosso trabalho para com os interesses da profissão. Sim, para com os interesses da profissão. Vamos olhar para a história pretérita da profissão, com o intuito de acumular forças internas mediante esse cenário caótico.

Iamamoto(2008), analisa que o Serviço Social se gesta no momento histórico da sociedade industrial, na fase monopolista do processo de acumulação, compreendendo a profissão como elemento participativo das relações e questões que se inscrevem nas relações entre as classes. Localiza o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, atrelada à reprodução das relações da força de trabalho e meios de produção que contornam e preenchem a reprodução material. Sendo este atrelamento seu localizante na reprodução da totalidade do processo social. Nesses termos, Iamamoto(2008), concebe o Serviço Social profissionalizado, como componente inserido tanto na reprodução material quanto na reprodução ideológica dos meios de vida da organização social dos sujeitos.

Essa autora, em especial, é uma preciosidade para a profissão. Nos auxilia na compreensão da concepção de que o Serviço Social inserido nos diferentes espaços sociocupacionais realiza inferências de ações somadas e sistematizadas no âmbito dos serviços que revelam qual a intencionalidade do assistente social e sobre quais determinações o trabalho profissional está inserido. Cláudia Mônica dos Santos(2003), contribui de forma bastante precisa acerca dessa intencionalidade. Ela utiliza o termo "intervenção profissional"

para apontar processo de trabalho e trabalho. A autora compreende que três dimensões⁴⁴ que constituem o trabalho profissional das Assistentes Sociais são fundamentais e merecedoras de destaque. Sejam elas: dimensão técnico operativa, a dimensão teórico- metodológica e a dimensão ético-política. Sendo tais dimensões ressignificadas e assumindo grau de importância diferenciada ao passo que o Serviço Social enquanto profissão e sujeito social coletivo se move no campo das relações sociais. Assim, as diretrizes e direcionamentos de diferentes projetos profissionais são elementos que entoam qual dimensão do trabalho profissional é mais urgente aos diferentes tempos e conjunturas.

A profissão e suas dimensões preponderantes para o processo de trabalho estão ainda condicionadas aos elementos conjunturais não se explicando em si mas condicionada e embebida junto ao movimento histórico do real. Yamamoto(2008) pontua que é de mister importância considerar a categoria trabalho sem que seus fundamentos históricos e sociais sejam descolados, evitando assim que seja concebida como instância autônoma, reduzindo- a em sua forma ao campo da aparência, o que seria em si a fetichização que impede o reconhecimento da mediação existente entre trabalho e a reprodução do capital enquanto relação social.

Para Yazbek(2009) A profissão e o conhecimento que a ilumina, se explicam no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações que implica o entrelaçar das diversas esferas que compõe a vida. As dimensões da sociabilidade são cotidianamente postas para o Serviço Social que é convidado a se posicionar e dar respostas a esse emaranhado de dimensões que se movimentam concomitantemente.

A profissão se afirma enquanto e para demanda do capital por sua condição de assalariamento, o referencial para o trabalho se dava pela junção do discurso humanista cristão como suporte técnico científico de inspiração na teoria social positivista. Para Santos(2003), o caráter técnico operativo da profissão foi amplamente explorado e desenvolvido no processo de sua gênese até o fim dos anos 1960. Em um cenário em que a conjuntura política, econômica e social brasileira estava voltada ao cumprimento de exigências desenvolvimentistas estadunidenses. A Política Social e o aparelhamento que conforma a operacionalidade das políticas pelo Estado, estavam a frente do desenvolvimento

⁴⁴Santos(2003.24p), trata o termo "dimensão" como " as várias"extensões" que determinam a profissão e suas particularidades. Essas "extensões" são constitutivas e constituintes da herança cultural e da herança intelectual da profissão, ou seja, habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos."

do serviço social enquanto profissão, sendo a profissão requerida por tais políticas e fundamentalmente servindo indiscriminadamente aos interesses de manutenção da ordem que estava posta.

O serviço social enquanto profissão não se trata de uma evolução da caridade, embora os processos de caridade pertençam a composição primeira da profissão. Historicamente vem se construindo em sua dimensão teórica, metodológica e prática com um posicionamento político frente a seu objeto de atuação, as expressões da questão social. O trabalho profissional em um espaço ocupacional tão denso de significados fetichizados como o das OSC's, na prestação de serviços de uma política social também fetichizada, como a de Assistência Social requer essa retomada de trajetória para que consigamos internalizar o significado social do espaço de trabalho e o trabalho das assistentes sociais, propriamente dito.

As políticas sociais historicamente cumprem a função de manutenção da ordem e de consonância retroalimentadora ao processo de exploração do trabalho dentro do capitalismo. Contudo, o serviço social alcançou na atualidade um nível de acúmulo de força intelectual e maturidade que possibilita às profissionais, principalmente nesse espaço sócioocupacional em questão, que “profissão não se confunde compolítica pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão (IAMAMOTO,2014. p.610).”

O trabalho das assistentes sociais em OSC's da política de assistência, é constituído sobre um arranjo sistemático bastante complexo, há um enorme engodo acerca do significado social das instituições e ainda, a dimensão de resolutividade última criada pelo Estado burguês brasileiro em destinar a estes espaços profissionais a “missão humanitária” travestida de participação popular enquanto solução final ao trato da questão social.

Iamamoto(2008), nos elucida que o trabalho da categoria, majoritariamente, se conforma enquanto atividade que não está diretamente ligada ao processo de criação de valor, contudo atua de forma indireta sobre o processo de criação de valores. Caracterizando-se assim, como trabalho improdutivo. As atividades de trabalho das assistentes sociais estão, assim, relacionadas à manutenção da força de trabalho. Majoritariamente, suas atividades se realizam dentro das políticas sociais, que dentro da lógica capitalista, se dão enquanto complementares aos salários. Dentro do circuito da reprodução ampliada do capital, o serviço social dá sua contribuição na “criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração de mais valia”. (IAMAMOTO, 1998 p.86).

Dentro do trabalho profissional, é necessário ao cumprimento de sua finalidade a

capacidade de realização de uma leitura macrossocial dos contornos da realidade buscando mediações para que ocorra a ampliação dos direitos sociais revertidos em favor à classe trabalhadora. No entanto, essa finalidade junto à classe trabalhadora atende também a finalidades do capital, uma vez que a profissão está inscrita na relação dinâmica entre as classes. Essa compreensão propicia que dentro das demandas profissionais possam ser extraídas possibilidades que no balanço geral somem a favor do projeto hegemônico da profissão, em curso (Iamamoto,2008). Com isso, podemos avaliar que o trabalho em OSC's, embora carregue suas particularidades, não foge da obstante necessidade de atender a demandas do empregador e da população que acessa os serviços.

A requisição do Estado capitalista Neoliberal brasileiro, por meio do MROSC às OSC's é de um plano de trabalho previamente definido com orçamento, atividades, durabilidade e metas. Necessariamente isso imprime ao trabalho das assistentes sociais expectativas e determinações das finalidades, já concebidas. Os empregadores e as estruturas sociais condicionam o processo de trabalho e imprimem possibilidades, limites, significado e efeito no que tange o trabalho em si e o trabalho enquanto componente desse plano de trabalho contratualizado com o poder público. Sendo o trabalho da assistente social apenas uma das muitas especializações do processo de trabalho em que está inscrita o objeto de ação e o produto de trabalho."Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada da assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (Iamamoto,2009,p.05)".

A autonomia no trabalho não será encontrada nos manuais norteadores da política de Assistência, tampouco no plano de trabalho da instituição. A autonomia está na dimensão política do trabalho.

"Sendo a atuação[trabalho] profissional direcionada[o] por interesses sociais de classes antagônicas, cabe ao profissional definir a quem fortalecer, estabelecendo para isso estratégias profissionais e políticas que definam o caráter político de sua prática. Essa opção não é individual, ela faz parte de um processo de elaboração coletiva de um projeto profissional, mas é atravessada pela singularidade dos agentes profissionais. (SANTOS,2002,p.34)."

Assim como em outros momentos históricos, somos e seremos ainda mais convocadas à campo, assim espero, para compor o engodo da ampliação de OSC's em favor do ajuste fiscal. Rememorando, as assistentes sociais são instrumentos das políticas, não o contrário. Entretanto, no acúmulo histórico da profissão podemos nos reabastecer cotidianamente da

necessidade imperativa de reconhecer quais são as possibilidades a se travar em favor à profissão. Sim, a favor da profissão. Desde o código de ética aprovado em março de 1993, temos o compromisso coletivo de dentro da singularidade do trabalho profissional nos posicionarmos sempre e a favor dos interesses da classe trabalhadora, classe a qual pertencemos. Dentro desse compromisso coletivo, há ainda respaldo para que mesmo nas situações mais degradantes de trabalho, possamos nos posicionar em favor da defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, visando assim, a ampliação e consolidação da cidadania, perspectivando sempre a construção de garantias dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora. Temos ainda, por direito e obrigação, de defender o aprofundamento da democracia. Mesmo nesses tempos de “causalidades não dominadas”, sobre a qual não flutuamos, onde estamos embebidas até a base do queixo dentro do cotidiano de trabalho e das relações sociais reproduzidas pela complexificação da relação capital versus trabalho.

Se ainda nos é possível não estarmos completamente submersas e imóveis sobre essa conjuntura atual, devemos isso à historicidade da profissão e de suas rupturas com as bases conservadoras funcionalistas. O projeto hegemônico profissional não está dado como pronto e acabado, é uma construção que está a mercê de disputas constantes. Embora seja coletivo, pressupõe esse caráter individual que se expressa no trabalho profissional, e as possibilidades de nos posicionarmos frente às instituições contratantes, que também estão inseridas dialética e contraditoriamente nessa relação com o Estado neoliberal capitalista, está no quanto reconhecemos e nos apoiamos na concepção ainda hegemônica de posicionamento e compromisso com a classe trabalhadora. Por isso, fortalecer os trabalhadores que acessam nossos serviços, ainda que precarizados, é fortalecer a profissão em si.

Colocando os pés no solo turbulento dessa nossa realidade, sobre esse contexto complicado para a política de Assistência Social, e demais políticas sociais, e degradante para a classe trabalhadora; composta por muitas categorias profissionais na qual nós, assistentes sociais, somos inclusas, caminhamos. Ainda tem muito trabalho pela frente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo** (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)

A ideologia do “Terceiro Setor”: ensaios críticos / organizador Gabriel Eduardo Vitullo. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRRN, 2013.

ANTUNES,Ricardo,.ALVES,Giovanni.**AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**.Educ.Soc.,Campinas,vol.25,n.87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 21/05/2018

ANTUNES, Ricardo,*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo,2005

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo,1999

_____. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Cortez,1995

ALVES, Giovanni.**Toyotismo Como Ideologia Orgânica da Produção Capitalista**.2019 disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-toyotismo-ideologia.pdf>> acessado em 21/06/2019

ALVES,Giovanni.ANTUNES,Ricardo..**AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL** .Educ.Soc.,Campinas,vol.25,n.87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 21/05/2018

ALVES, Giovanni.Wolff, Simone. **CAPITALISMO GLOBAL E O ADVENTO DE EMPRESAS-REDE: contradições do capital na quarta idade da máquina**. CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 515-528, Set./Dez. 2007

ALVES,Giovanni. CORSI,Francisco Luiz Corsi.**DOSSIÊ “GLOBALIZAÇÃO**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 7-10, nov. 2002

Alves, Giovanni. **Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2, p. 337-345, maio/ago. 2017

Alves, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal–Precarização do trabalho e redundância salarial**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009

AGÊNCIA SENADO. Sancionada a reforma trabalhista. 2017. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/13/sancionada-a-reformatrabalhist>>. Acesso em: 05 AGOSTO. 2019

AMORIM, Saul El Coyote, publicado em 17/08/2017 Saul Amorim encontra-se no link: <<http://elcoyote.org/um-resumo-da-crise-de-2008/>> acessa em 10 de julho de 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez Editora, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Crise do Capital, Fundo Público e Valor**. In: Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p. 13-34

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise**. 2010 Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC44/mc443.pdf>>. Acesso em: 7 março. 2019.

BERWIG, solange Emilene. **OS TRABALHADORES DO SUAS: REGULAÇÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO**. 2018. Tese (Doutorado)- Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUCRS. 2018

BRAGA, Ruy. **Para Onde vai o precariado Brasileiro? Sindicalismo e hegemonia no Brasil contemporâneo**. Perseu Nº 10, Ano 7, 2013.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro; Zarár, 1981. p. 49

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.ht>. Acesso em: 20.mai.2018.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei n. 7.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 jul.2017

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. (Reimpresso em 2014).

BRASÍLIA. Nota Técnica n. 27. O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil – IPEA. Organização de Andrea Barreto Paiva, Ana Cleusa Serra Mesquita, Luciana Jaccoud e Luana Passos. Brasília, setembro, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005: construindo as bases para implantação do sistema Único de Assistência social. Brasília: MDS/SNAS, 2012.

Disponível

em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em: 13.fev.2018

CFESS- Nota pública, Por que dizer não ao programa criança feliz, encontrado em<<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-aoProgramaCriancaFeliz.pdf>> acessado em: 07/08/2019 Não

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: IAMAMOTO, M.V. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010,p.15-50

Código de Ética Profissional do/a Assistente Social - CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2019

DA SILVA, BARBOSA, AZEVEDO, PINHEIRO. **Fundo Público e a usurpação dos direitos do trabalho na atualidade**. Revista de Políticas Públicas. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v21n2p623-640> .2017

DRAIBE, S. – **As políticas sociais e o neoliberalismo**”. In: Revista USP, São Paulo, nº. 17. 1993

DRAIBE, S. **A política social no período FHCe o sistema de proteção social.** Tempo Social– USP. Scielo.2003

ENAP(2019)Lopes, Lais Vanessa Carvalho de Figueiredo (contendista, 2019). Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3845>

FALEIROS, Vicente de Paula 1941- **O que é política social/ Vicente de paula Faleiros.-** São Paulo Brasiliensse. 2004

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos **A economia política do governo Lula /** Luiz Filgueiras, Reinaldo Gonçalves.- Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de György Lukács /** Ronaldo Vielmi Fortes. – Florianópolis : Em Debate/UFSC, 2016.

GARCIA, Marcelo. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Cadernos Travessia – Edição 2 – Novembro. 2009

GRAMSCI. Antonio, 1891-1937. **O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos 1916-1935/** Carlos Nelson Coutinho, organizador.- Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HADDAD, Fernando (Ed.). Chico Oliveira: Entrevista com o sociólogo Francisco de Oliveira. **Teoria e Debate**, [s. L.], p.1-10, 01 mar. 1997. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1997/03/01/chico-oliveira/2/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Harvey, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola. 2008.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da filosofia do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO. Marilda. **O Serviço Social na Cena Contemporânea.** CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez,2008.2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e Formação profissional.** 16ºed. São Paulo. Cortez,2009

_____. **Projeto Profissional, Espaços Socio-ocupacionais e Trabalho do/a Assistente Social na Atualidade.** CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1ª Ed revisada e ampliada. Brasília,2012.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo. Cortez. 1998

_____. **Questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília (DF) ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

IBGE, Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2014- 2015.

KINDLEBERGER, Clarlie.P. ALIBER. Robert. Z.**Manias, Pânicos e crises. A história das catástrofes econômicas mundiais.** Sraiva. 6 edição. 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.

MACHADO &PAVÃO. A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM ACOLHIMENTO NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. Especialista em Políticas Públicas. UFJF. 2015

MARINI. Ruy Mauro **DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política,** livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: MartinsFontes, 1983.

_____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural,1982

_____. **Trabalho Assalariado e Capital.** São Paulo: Edição acadêmica,1987.

_____.;ENGELS, **O manifesto do Partido Comunista** encontrado em:<http://www.portalabel.org.br/images/pdfs/manifesto-comunista.pdf> acessado:20/07/2018

_____. **Crítica a filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo,2005

_____. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: ExpressãoPopular, 2009.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo,2004.

MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recurso financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil que.

MARTINELLI. Maria Lúcia.**O Serviço Social na luta contra a exploração do trabalho -** Revista Conexão Geraes do CRESS-MG nº 4/2013.

MÁRKUS, György. **A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

MESZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2002. (p. 1079-1094)

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEREGE, L. C. **Terceiro Setor: finalmente no PIB**. Revista IntegrAção, 10 abr. 2007.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção**.

4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas, hipóteses e reflexões**. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC44/mc444.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017a.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Barbárie Contemporânea**. Argumentum. Vitória (ES). V. 04 n. 01, p. 202 – 222, jan/jun 2012.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”. Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. 58

_____. **Razão, Ontologia e práxis. Serviço Social & Sociedade**. edição 44. Ano XV. Abril de 1994

OLIVEIRA, Francisco de. **O SURGIMENTO DO ANTIVALOR. CAPITAL, FORÇA DE TRABALHO E FUNDO PÚBLICO**. NOVOS ESTUDOS Nº 22 - OUTUBRO DE 1988

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **Democracia e luta de classes na atual ordem sócio metabólica do capital**. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 103-110, jan./abr. 2017

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **AÇÃO SOCIAL E TERCEIRO SETOR NO BRASIL**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia Política, Puc-sp, São Paulo, 2005. Disponível

em:

<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9192/1/DISSERTACAO%20SIDNEY%20BENEDITO%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PEREIRA, Ilzamar Silva. **PRECARIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PRIVATIZAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO: O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM ANÁLISE**. Tese de Doutorado. UFRJ. 2018

PINTO, Álvaro V. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 3.

ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em 08 de março 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil- São Paulo. Cortez. 2012

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, número especial, p. 96-122, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade e sua Influência Teórico-prática. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 318-339, maio/ago. 2016

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. **“A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995-2000)”**, defendida no Programa de pós- graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá em agosto de 2002. <https://abong.org.br/pesquisas/numeros-e-dados-das-fundacoes-e-associacoes-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil-pesquisa-fasfil-2010-lancada-em-dezembro-de-2012/>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcela-temer-ressalta-importancia-da-primeirainfancia-em-lancamento-do-programa-crianca-feliz,10000080316>. Acesso em: 18/06/2019

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/07/06/dilma-sanciona-sistema-unico-de-assistencia-social>> acessado em: 20/05/2019